



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO

MARIA AUGUSTA WANDERLEY SEABRA DE MELO

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL:
PROCESSO DE TOMBAMENTO E ESTRATÉGIAS DE UTILIZAÇÃO TURÍSTICA DO
CENTRO HISTÓRICO DE NATAL/RN

NATAL
2015

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Melo, Maria Augusta Wanderley Seabra de.

Turismo e patrimônio cultural: processo de tombamento e estratégias de utilização turística do Centro Histórico de Natal/RN / Maria Augusta Wanderley Seabra de Melo. - Natal, 2015.

100f. il.

Orientador: Prof. Dra. Maria Lúcia Bastos Alves.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo.

1. Turismo Cultural - Natal / RN – Dissertação. 2. Patrimônio Cultural – Dissertação. 3. Centro Histórico de Natal - Dissertação. I. Alves, Maria Lúcia Bastos. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.48-6:7/8

MARIA AUGUSTA WANDERLEY SEABRA DE MELO

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL:
PROCESSO DE TOMBAMENTO E ESTRATÉGIAS DE UTILIZAÇÃO TURÍSTICA DO
CENTRO HISTÓRICO DE NATAL/RN

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Mestre em Turismo, na área de Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Maria Lúcia Bastos Alves, Dra.

NATAL
2015

MARIA AUGUSTA WANDERLEY SEABRA DE MELO

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL:
PROCESSO DE TOMBAMENTO E ESTRATÉGIAS DE UTILIZAÇÃO TURÍSTICA DO
CENTRO HISTÓRICO DE NATAL/RN

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Mestre em Turismo, na área de Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Maria Lúcia Bastos Alves, Dra.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Maria Lúcia Bastos Alves, Dra.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Orientadora

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega, Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Examinador

Irene de Araújo Van Der Berg, Dra.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Examinadora

NATAL
2015

Dedicado a Ana Maria, minha mãe e maior companheira de vida.

AGRADECIMENTOS

Toda minha gratidão a Deus;

À professora orientadora Maria Lúcia Bastos Alves, pela competência, apoio, incentivo, confiança e amizade ao longo dessa árdua jornada de amadurecimento acadêmico, profissional e também pessoal.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela oportunidade de cursar o mestrado com uma bolsa de pesquisa, exigindo-me seriedade e compromisso.

Ao professor Horacio Capel, pelas sugestões, incentivo, acolhida e enriquecedoras oportunidades de participar de seus grupos de pesquisa e eventos científicos na Universidade de Barcelona (UB).

Aos professores avaliadores do trabalho, pelos comentários, sugestões e contribuições durante a defesa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGT/UFRN), em especial à secretária Juliane Medeiros, pela receptividade e disponibilidade para tratar de todos os assuntos relacionados ao Programa.

A todos os professores do curso, por seus valiosos ensinamentos, em especial à professora Maria Valéria Pereira de Araújo, por sua acolhida, disponibilidade e contribuições para minha formação profissional no decorrer do estágio docente em sua disciplina.

A todos os colegas de mestrado, pela oportunidade de compartilhar ensinamentos, dúvidas e anseios e pela ajuda ao longo do curso, em especial à minha colega Ana Catarina, pelo companheirismo, apoio, auxílio e incentivo constantes.

A todos os entrevistados, por disponibilizarem o seu tempo e por suas fundamentais contribuições para elaboração deste trabalho.

À minha mãe Ana Maria, pela força, confiança, incentivo e apoio ao longo de toda essa jornada, por ser meu maior exemplo de vida e meu estímulo para seguir sempre pelo caminho do bem, do crescimento e da evolução.

E ao meu anjo da guarda, minha madrinha Isabel, por me ensinar todos os dias a fortalecer minha fé e ser grata pela vida, por seu incentivo e apoio que me fazem acreditar que sou capaz de realizar todos os meus sonhos.

“Quem preserva as raízes culturais eterniza o valor da sua gente”
Luís da Câmara Cascudo

RESUMO

No contexto de uma sociedade globalizada, as relações estabelecidas entre o patrimônio e o turismo se refletem em uma realidade ambígua moldada entre as aspirações de preservação e os interesses por benefícios econômicos. Por um lado, as cidades como principais detentoras e geradoras de ofertas culturais precisam contemplar seu patrimônio como um eixo de desenvolvimento, encontrando na promoção turística voltada para a cultura uma estratégia para suportar os altos custos de recuperação e manutenção de seus centros históricos e suas expressões culturais. Por outro, soma-se as novas exigências da demanda, fazendo com que os projetos turísticos se voltem para o fator cultural na formação de seus produtos, o que permite aos municípios atrair o crescente segmento do turismo cultural. Nesta perspectiva, este estudo se desenvolve em um recorte transversal focado na análise do Centro Histórico de Natal/RN, com o objetivo de compreender como este patrimônio cultural tombado tem sido utilizado pela gestão municipal para fins turísticos. Pelo entendimento do patrimônio como uma referência à identidade e à memória, bem como símbolo cultural da sociedade natalense, caracterizado como um elemento rodeado por situações complexas e estritamente particulares, identificou-se a necessidade de uma abordagem qualitativa para sua profunda compreensão. O estudo aprofundado do caso se desenvolveu em duas etapas, primeiramente a realização de pesquisas bibliográfica e documental; e, posteriormente, a interpretação dos dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores públicos municipais e moradores locais. Os resultados da pesquisa apontam que os representantes oficiais do patrimônio estão preocupados com a preservação da dimensão material do patrimônio arquitetônico da cidade, entretanto, ainda não conseguem atingir e sensibilizar a população local, que parece estar à parte de um processo que deveria ser democrático e fortalecer o sentimento de pertencimento destes habitantes. Finalmente, indica-se uma ausência de estratégias de revitalização por parte da atual gestão pública municipal para o Centro Histórico de Natal, revelando um discurso revestido por uma interpretação positivista da atividade turística, que trata a utilização dos bens patrimoniais pelo viés do empirismo mercadológico.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Turismo Cultural. Centro Histórico de Natal.

ABSTRACT

In a globalized society, the relations between heritage and tourism are reflected in an ambiguous reality, shaped between the interests of preservation and the aspirations for economic benefits. On the one hand, the cities as a main generating cultural offerings needs to contemplate its heritage as a development axis, finding in the cultural tourism promotion a strategy to support the high cost of recovery and maintenance of its historical center and its expressions cultural. On the other, adds to the new requirements of demand, causing the tourism projects to turn to the cultural factor in the formation of their products, which allows municipalities to attract the growing cultural tourism segment. In this perspective, this study develops into a focused cross-cut in the analysis of Natal's Historical City Center, in order to understand how this cultural heritage fallen has been used by the municipal administration for tourism. By understanding the heritage as a reference to identity and memory, as well as a cultural symbol of Natal society, characterized as an element surrounded by complex and strictly private situations, it identified the need for a qualitative approach to his deep understanding. The in-depth case study developed in two stages, first the realization of bibliographical and documentary research; and thereafter the interpretation of data collected through semi-structured interviews with municipal administrators and local residents. The survey results show that the official representatives of heritage are concerned about the preservation of the material dimension of the architectural heritage of the city, however, still can not reach and sensitize the local population, which seems to be part of a process that should be democratic and strengthening the sense of belonging of these people. Finally, it indicates an absence of revitalization strategies by the current municipal public administration for Natal's Historical City Center, revealing a speech covered by a positivist interpretation of tourism, which deals with the use of assets by the scope of the marketing empiricism.

Keywords: Cultural Heritage. Cultural Tourism. Natal's Historical City Center.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esboço de implantação de Natal e seus equipamentos urbanos em 1599	48
Figura 2	Esquema de Natal por volta de 1790	49
Figura 3	Ilustração dos conjuntos urbanos de valorização histórico cultural	55
Figura 4	Mapa de delimitação das poligonais de tombamento	64

LISTA DE SIGLAS

ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
CNRC	Centro Nacional de Referências Culturais
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INBI-SU	Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
OEA	Organização dos Estados Nacionais
OMT	Organização Mundial do Turismo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCH	Programa das Cidades Históricas
PIB	Produto Interno Bruto
RN	Rio Grande do Norte
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZEPH	Zona Especial de Preservação Histórica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PATRIMÔNIO E TURISMO CULTURAL: DIÁLOGOS ENTRE AUTORES	22
2.1	NOÇÃO OCIDENTAL E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL	22
2.2	AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E O CONTEXTO DO NOVO MILÊNIO	27
2.3	TURISMO E CULTURA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?	36
2.4	RELAÇÃO ENTRE TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL	42
3	PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE NATAL/RN	47
4	CENTRO HISTÓRICO DE NATAL/RN	53
4.1	TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE NATAL/RN	53
4.2	AÇÕES DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E VISÃO DOS MORADORES LOCAIS	68
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	84
	APENDICÊS	89
	ANEXO	93

1 INTRODUÇÃO

As relações estabelecidas entre o patrimônio e o turismo se refletem em uma realidade ambígua que se molda entre as aspirações de preservação e os interesses por benefícios econômicos, tomando proporções ainda maiores no contexto de uma sociedade globalizada. Entretanto, apesar das possíveis influências indesejadas que o turismo possa causar ao patrimônio, o fato é que existe uma complementariedade entre ambos, à medida que o patrimônio encontra uma alternativa de sustentabilidade financeira no turismo, que por sua vez também depende diretamente desse patrimônio como atrativo.

Por um lado, as cidades como principais detentoras e geradoras de ofertas culturais precisam contemplar seu patrimônio como um eixo de desenvolvimento, encontrando na promoção turística voltada para a cultura uma estratégia para suportar os altos custos de recuperação e manutenção desses lugares e de suas expressões culturais. Por outro, soma-se as novas exigências da demanda, fazendo com que os projetos turísticos se voltem para o fator cultural na formação de seus produtos e permitindo aos municípios atrair o crescente segmento do turismo cultural.

As pesquisas da Organização Mundial do Turismo (2001) mostram que os viajantes procuram cada vez mais se envolver com a realidade das localidades visitadas e a tendência é de que estes turistas prefiram viajar para locais com características culturais preservadas. Além disso, dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2003), apontam que ainda que com pouca expressão, a emergência da cultura como questão estratégica de desenvolvimento social tem motivado os estados e cidades a reconhecer seu significado econômico e a se interessar por iniciativas que envolvam a preservação e uso do patrimônio cultural.

No contexto brasileiro, a pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo (2007; 2009) sobre os hábitos de consumo turístico do brasileiro, no ano de 2009, aponta a cultura como terceira principal motivação na escolha do destino turístico para o cliente atual, perdendo apenas para a busca por recursos naturais e praias. Em comparação com os dados apresentados na pesquisa realizada no ano de 2007, nota-se que a busca por cultura tem aumentado, passando de 7% em 2007 para 13,2% em 2009, enquanto que a busca por recursos naturais e praias tem diminuído, caminhando de um total de 70% em 2007 para 55,1% no ano de 2009.

Desta forma, ainda que se sobressaia o número de turistas que buscam o contato com a natureza, os dados comparativos das referidas pesquisas revelam que o interesse pelas questões culturais começa a ganhar destaque entre as principais motivações de viagem dos brasileiros, enquanto a procura por belezas naturais e praias tem regredido, diversificando-se entre a cultura, as festas populares e a gastronomia.

Entretanto, ainda que o fenômeno turístico contemporâneo impulse o consumo dos lugares e a produção de novos lugares de consumo, a atividade não deve ser interpretada apenas pelo viés do empirismo mercadológico. O turismo como uma prática social pode incrementar o valor simbólico do patrimônio, reestruturando as relações do lugar com o mundo globalizado e estimulando o estabelecimento de características socioespaciais cada vez mais híbridas, estabelecendo-se, portanto, como elemento motivador para a manutenção da identidade local e trazendo benefícios diretos para população autóctone.

Deste modo, admitir a importância de formas de turismo que utilizem como atrativos elementos como a informação, a cultura e os bens culturais, torna-se um fator primordial para que produtos e destinos turísticos desenvolvam-se em consonância com as novas tendências mundiais de desenvolvimento social e econômico.

No Brasil, variados casos demonstram que a parceria entre os setores público e privado se mostrou eficiente na recuperação do patrimônio cultural das cidades, pelo menos nas fases iniciais, particularmente em centros históricos como os de Salvador e Recife, ainda que gire em torno disso uma discussão a respeito da descaracterização e espetacularização do espaço urbano geradas na utilização destes sítios de representatividade histórica.

Diversos autores, tanto os pesquisadores da área do patrimônio quanto os do turismo, a exemplo de Canclini (1994), Fonseca (2005), Abreu (2007), Magalhães (1985) e Santana (2009) apontam para a necessidade de identificação de usos para o patrimônio cultural preservado, principalmente o edificado, de modo crítico e imaginativo como maior estratégia de garantia de sua conservação, destacando o uso turístico como uma tendência crescente e que quando bem planejado, por meio do envolvimento dos interesses do setor público, privado e especialmente da sociedade, é capaz de gerar não apenas benefícios econômicos, mas também sociais, ressaltando o valor simbólico do patrimônio.

Nesta perspectiva, este estudo se desenvolve levando em consideração as relações e desafios atuais que se estabelecem entre o patrimônio e seu uso turístico, em um recorte transversal focado na análise do patrimônio cultural tombado no Centro Histórico de Natal/RN. Pelo entendimento do patrimônio como uma referência à identidade e à memória, bem como símbolo cultural da sociedade natalense, caracterizado como um elemento rodeado

por situações complexas e estritamente particulares, identificou-se a necessidade de uma abordagem qualitativa para sua profunda compreensão.

O estudo aprofundado sobre o caso de Natal, capital do Rio Grande do Norte, se justifica por a cidade possuir em seu território patrimônios culturais tombados nacionalmente por sua importância e valor histórico, arquitetônico, artístico e paisagístico, que remetem à fundação da cidade e reforçam a identidade cultural do povo potiguar.

Diante do exposto, a presente pesquisa busca responder à seguinte problemática: de que forma o processo de tombamento estabelecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para o Centro Histórico de Natal/RN tem sido utilizado pela gestão municipal para fins turísticos?

Dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2010) apontam que a prática do turismo de cunho cultural em cidades tombadas, quando bem organizado e planejado, tem gerado um aumento na arrecadação de fundos mantenedores do patrimônio e, além disso, tem ampliado o índice de empregos na maior parte dos casos em todo o mundo.

Além dos benefícios econômicos, a recuperação e valorização dos elementos que compõem a memória de uma localidade reforçam a questão identitária, possibilitando o conhecimento da própria população sobre o seu patrimônio. Desta forma, o turismo possibilita vantagens sociais que conferem um acréscimo de valor ao lugar, considerando as cidades como elementos singulares e únicos pela maneira particular com que se constituíram e se apresentam na atualidade.

Pensando no usufruto do patrimônio de valor nacional da cidade de Natal pelas gerações presentes e futuras, a preocupação com as formas e a determinação de usos adequados para os referidos monumentos tombados tornam-se ainda mais urgentes diante da problemática da perda de suas funções originais e consequente abandono, do surgimento de novas centralidades ocasionadas pela expansão da cidade e de novas ameaças de destruição advindas do processo de verticalização urbana e especulação imobiliária. Sendo coerente, portanto, discutir o espaço social dos bairros que compõem o Centro Histórico de Natal como foco de reflexão de diversas questões contemporâneas.

Além disso, diante das limitações do modelo de turismo de sol e praia, amplamente difundido na localidade e fortemente marcado pela sazonalidade, e diante da tendência de turistas cada vez mais exigentes e interessados nos aspectos culturais da localidade visitada, o turismo cultural e urbano pode despontar como o mais significativo para agregar valor à atividade turística já praticada na cidade, como acontece em outras capitais litorâneas do nordeste brasileiro.

No âmbito acadêmico, a escassez de estudos relacionando o uso turístico ao patrimônio cultural tombado da cidade de Natal/RN apresenta-se como uma lacuna, de modo que as discussões sobre a revitalização do centro histórico da cidade permeiam principalmente as questões entre o uso residencial ou comercial, mas com poucos exemplos de aprofundamento no desenvolvimento do turismo como alternativa para preservação do referido patrimônio.

Uma exceção é a pesquisa de Ferraz (2008) denominada “Turismo Cultural na ZEPH-Ribeira: possibilidades e limitações”, que apresenta uma análise dos benefícios da utilização de novas acessibilidades urbanas ao bairro da Ribeira para o surgimento de uma infraestrutura de apoio ao turismo cultural como alternativa de diversificação da oferta turística da cidade de Natal. Entretanto, além de não trabalhar o contexto do Centro Histórico de Natal, por ser uma pesquisa realizada anteriormente ao tombamento, a dissertação de mestrado trás uma análise desenvolvida sob a óptica da arquitetura, mais focada nos aspectos físico-estruturais do patrimônio edificado no bairro da Ribeira e nas perspectivas econômicas da atividade turística.

Em âmbito nacional, há uma gama de pesquisas desenvolvidas, especialmente no nível *stricto sensu*, que tem contribuído para a discussão das questões que se estabelecem entre o patrimônio cultural e o turismo, visando em seus estudos de caso a conservação, revitalização e requalificação urbana de centros históricos. Dentre estas pesquisas, que auxiliaram no desenvolvimento do presente estudo, destaca-se as contribuições da dissertação de mestrado de Silva (2006) intitulada “O saber-fazer do turismo na revitalização de sítios históricos urbanos: um estudo das Praças da Alfândega e Matriz na cidade de Porto Alegre/RS”.

A referida dissertação faz uma análise em torno das contribuições que o saber-fazer do turismo enquanto prática social pode trazer para o fortalecimento das propostas de revitalização em sítios históricos urbanos. Trata-se de uma pesquisa na área de planejamento urbano e regional que faz uma análise crítica sobre a mercantilização do patrimônio cultural e considera o planejamento e as revitalizações como forma de ampliação dos instrumentos de participação, para que o patrimônio se torne propulsor da união de laços entre povos por meio do turismo enquanto fenômeno social, elevando a autoestima das populações e contribuindo para a solidariedade do encontro entre visitantes e visitados.

Diante do contexto exposto, o presente trabalho tem como objetivo geral: Analisar como o processo de tombamento do Centro Histórico de Natal/RN estabelecido pelo IPHAN tem sido utilizado pela gestão municipal para fins turísticos.

Afim de alcançar este objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) Apresentar a representatividade histórica do patrimônio cultural de Natal; b) Analisar o processo de tombamento do Centro Histórico de Natal estabelecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; c) Verificar a percepção da população residente nos bairros de Cidade Alta e Ribeira a respeito do tombamento do Centro Histórico de Natal e sua opinião quanto ao uso turístico do patrimônio cultural da localidade; e d) Identificar as estratégias e ações de incentivo à utilização turística do Centro Histórico de Natal desenvolvidas pelos gestores públicos municipais responsáveis.

No que tange a metodologia, levando em consideração a natureza do problema investigado, bem como seu nível de aprofundamento, optou-se pela utilização do método qualitativo de pesquisa. Richardson (1999, p. 80) destaca que esta abordagem se apresenta principalmente como uma forma adequada de entender a natureza de um fenômeno social, podendo:

[...] descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do indivíduo.

De maneira específica, a presente pesquisa possui como objeto de estudo o patrimônio cultural encontrado no Centro Histórico da cidade de Natal/RN analisado a partir de um estudo de caso. Para Godoy (1995) o estudo de caso se caracteriza por ter como objeto uma unidade que se analisa profundamente, visando o exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular. Neste contexto, o propósito fundamental do estudo de caso é analisar intensivamente uma determinada unidade social.

Desta forma, pretende-se com o estudo de caso enfatizar as múltiplas dimensões, os interesses e os conflitos de preservação e utilização que se apresentam em torno do patrimônio cultural especificamente delimitado, analisando principalmente as suas relações econômicas e sociais com o fenômeno turístico, a fim de contribuir para o debate do patrimônio cultural na cidade investigada.

Diante deste contexto, este estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória. Este tipo de pesquisa é especialmente realizado quando o tema escolhido é pouco explorado e sobre ele é difícil elaborar hipóteses precisas e operacionalizáveis. Portanto, apresenta-se “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos, tendo em vista a

formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1994, p. 43).

Esta pesquisa assume ainda o caráter descritivo, que já se pressupõe como um elemento fundamental da abordagem qualitativa (MARTINS; BICUDO, 1989). De acordo com Gil (1994, p. 44), neste tipo de pesquisa, tem-se como principal objetivo “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

No intuito de investigar as atuações do governo local e a opinião dos cidadãos natalenses com relação ao tombamento e uso turístico do patrimônio cultural da cidade de Natal/RN, se constituem como sujeitos desta pesquisa: os gestores públicos municipais que atuam dos seguimentos da cultura e do turismo, no sentido de analisar a articulação política do patrimônio com a política de desenvolvimento urbano e territorial do município; e a superintendente do IPHAN-RN, a fim de esclarecer a função e as recomendações do Instituto quanto à preservação e a revitalização do Centro Histórico de Natal; além de antigos e novos moradores dos bairros de Cidade Alta e Ribeira, à medida que se constituem, por excelência, como portadores de diversos valores locais, além de serem os primeiros interessados quanto ao uso do patrimônio cultural presente nos bairros citados, que compõem o Centro Histórico da capital potiguar.

A primeira etapa da pesquisa consiste na realização de pesquisa bibliográfica e documental. Para a elaboração do referencial teórico foram utilizados dados secundários acerca principalmente das seguintes temáticas: patrimônio cultural, turismo cultural e gestão de centros históricos. Além disso, fez-se o levantamento bibliográfico dos bens considerados patrimônios culturais da cidade de Natal/RN, destacando sua representatividade histórica. Para Flick (2009, p. 60), “as suposições teóricas ganham relevância como versões preliminares da compreensão do objeto que está sendo estudado e da perspectiva sobre este, as quais são reformuladas, e, sobretudo, ainda aperfeiçoadas no curso do processo de pesquisa”.

No que tange à pesquisa documental, analisou-se o Processo de Tombamento nº 1.558-T-08, visando à compreensão dos critérios e justificativas adotados para a instituição do tombamento do Centro Histórico de Natal; estudou-se o Plano de Valorização Turístico Cultural da Ribeira (PRAC/Ribeira), elaborado em período anterior ao tombamento, para o entendimento dos primeiros interesses e estratégias da gestão municipal buscando a reabilitação de um bairro histórico da cidade baseada no turismo; além da análise dos documentos que correspondem ao atual Programa PAC Cidades Históricas, para compreensão dos projetos e ações que estão sendo colocados em prática para a revitalização do Centro

Histórico de Natal, com foco nas estratégias de incentivo ao desenvolvimento da atividade turística.

Para Godoy (1995), a pesquisa documental se dá pelo exame de materiais de natureza diversa que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reexaminados, em busca de novas interpretações ou interpretações complementares. Este tipo de pesquisa demonstra-se apropriada principalmente quando há a necessidade de se estudar pessoas às quais não se tem mais acesso físico e quando se quer estudar longos períodos de tempo.

Permeando todas as fases da coleta de dados estará a observação como instrumento indispensável, possibilitando ao pesquisador atuar como espectador atento, que baseado nos objetivos da pesquisa e num roteiro de observação, poderá ver e registrar o máximo de ocorrências que interessam ao seu trabalho (GODOY, 1995).

A segunda fase da coleta de dados corresponde à realização de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa. Trata-se de uma técnica característica da pesquisa qualitativa, demorada e que requer muita habilidade do entrevistador. Seu objetivo primário é entender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, a partir das suposições do pesquisador (ROESCH, 1996).

A opção pela utilização de questões abertas permite ao entrevistador entender e captar a perspectiva dos participantes da pesquisa, além de evitar a influência do próprio pesquisador sobre as respostas. É válido ressaltar que a qualidade dos dados obtidos na entrevista depende da habilidade do entrevistador, do nível de confiança que se estabelece entre entrevistador e entrevistado e da relevância da pesquisa para os entrevistados (ROESCH, 1996).

Hayman (1973) apresenta as seguintes vantagens na utilização de entrevistas como instrumento de levantamento de dados: proporciona flexibilidade na obtenção de relatos do indivíduo, portanto, permite alcançar grande profundidade; as perguntas podem ser adaptadas a cada sujeito entrevistado; e permite estabelecer um melhor vínculo com o sujeito.

Para seleção dos personagens investigados, utilizou-se a técnica de amostragem não-probabilística por julgamento, que de acordo com Dencker (2001), é uma técnica em que o pesquisador seleciona a amostra que julga ser melhor para auxiliá-lo no estudo de um problema. Tomando como base os preceitos de uma pesquisa qualitativa, utilizou-se como critérios de delimitação desta amostragem, referente aos moradores locais, a saturação teórica. De acordo com Flick (2009, p. 80), “a amostragem e a integração de mais material são

encerradas quando a saturação teórica de uma categoria ou grupo de casos foi atingida, ou seja, quando não houver mais o surgimento de nada novo”.

Quanto à análise dos dados coletados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Esta técnica se apresenta como um modelo clássico de interpretação de materiais textuais, independente de sua origem. Caracteriza-se essencialmente pelo emprego de categorias obtidas, geralmente, de modelos teóricos. “As categorias são trazidas para o material empírico e não necessariamente desenvolvidas a partir deste, embora sejam, repetidas vezes, avaliadas contrastivamente a esse material e, se necessário, modificadas” (FLICK, 2009, p. 202).

De acordo com Flick (2009), trata-se de uma análise reduitiva de grandes volumes de texto, a partir da segmentação, agrupando categorias relativamente homogêneas e selecionando as categorias de maior relevância. Desta forma, gera-se um esquema uniforme de categorias, facilitando a comparação dos diferentes casos pelos quais ele se aplica.

No Quadro 1, a seguir, apresentam-se em resumo os procedimentos metodológicos do presente estudo relacionados com os respectivos objetivos específicos e com o problema de pesquisa, no intuito de estabelecimento das categorias de análise.

Quadro 1 – Quadro Metodológico.

PROBLEMA	OBJETIVOS	CATEGORIAS DE ANÁLISE	AUTORES/ANO	TÉCNICAS COLETA	TÉCNICAS ANÁLISE
De que forma o processo de tombamento estabelecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para o Centro Histórico de Natal/RN tem sido utilizado pela gestão municipal para fins turísticos?	a) Apresentar a representatividade histórica do patrimônio cultural de Natal	1. Dimensão social	Canclini (1994)	Pesquisa Bibliográfica Pesquisa Documental Entrevistas	Análise de Conteúdo
		2. Dimensão política	Canclini (1994) Fonseca (2005) Botelho (2001)		
		3. Dimensão econômica	Canclini (1994)		
		4. Dimensão cultural	Canclini (2013)		

De que forma o processo de tombamento estabelecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para o Centro Histórico de Natal/RN tem sido utilizado pela gestão municipal para fins turísticos?	b) Analisar o processo de tombamento do Centro Histórico de Natal estabelecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	5. Critérios de conservação	Choay (2008)	Pesquisa Documental Entrevistas Semi-estruturadas	Análise de Conteúdo
		6. Critérios de uso	Canclini (1994)		
		7. Critérios de divulgação	Canclini (1994)		
	c) Verificar a percepção da população residente nos bairros de Cidade Alta e Ribeira a respeito do tombamento do Centro Histórico de Natal e sua opinião quanto ao uso turístico do patrimônio cultural da localidade.	8. Tombamento do patrimônio	Choay (2008) Fonseca (2005)	Entrevistas Semi-estruturadas Observação não-participante	Análise de Conteúdo
		9. Alternativas de uso do patrimônio	Canclini (1994)		
		10. Uso turístico do patrimônio	Urry (2001) Santana (2009) Dias (2003)		
	d) Identificar as estratégias e ações de incentivo à utilização turística do Centro Histórico de Natal desenvolvidas pelos gestores públicos municipais responsáveis.	13. Uso turístico de centros históricos	Dias (2003) Santana (2009) Silva (2006)	Pesquisa Documental Entrevistas Semi-estruturadas Observação não-participante	Análise de Conteúdo
		14. Parcerias público-privadas	Choay (2008) Canclini (1994)		

Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência deste capítulo introdutório, apresenta-se o segundo capítulo com as contribuições de um referencial teórico que expõe o diálogo entre autores acerca de questões relacionadas ao patrimônio e ao turismo cultural. Primeiramente, demonstra-se a configuração da noção ocidental de patrimônio, para que seja possível a compreensão da forma pela qual se desenvolveu a preocupação e as estratégias de preservação do patrimônio cultural no contexto mundial e brasileiro. Em um segundo momento, trata-se da ampliação do conceito de patrimônio cultural no contexto do novo milênio, que se molda a partir de um espaço de

disputa econômica, política e simbólica entre três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais.

É então que surge o questionamento: existe um diálogo possível entre turismo e cultura?. Nota-se neste momento que a pós-modernidade agrega à atividade turística a necessidade de fornecer experiências sociais, culturais e pessoais particulares. Além disso, a emergência das sociedades modernas em resgatar o seu passado, coloca em evidência o patrimônio cultural de valor histórico das cidades, demonstrando, portanto, uma relação evidente entre o turismo e o patrimônio cultural.

Diante deste diálogo teórico, adentra-se no terceiro capítulo, que retrata por meio de uma perspectiva histórica os elementos que deram origem ao patrimônio cultural da cidade de Natal/RN e à formação socioespacial do seu Centro Histórico. Destaca-se que na busca pela definição de um novo conceito para este centro antigo, capaz de agregar valores de memória e identidade, e na tentativa de preservar os vestígios materiais e imateriais que compõem esse espaço de mancha histórica, algumas ações estão sendo gradualmente adotadas pelo poder público. Estas medidas elaboradas a partir da última década do século XX, que sugerem o uso turístico como meio de revitalização, são foco analítico deste trabalho.

Como continuação, o quarto capítulo se aprofunda na investigação da realidade empírica que configura o Centro Histórico de Natal desde seu tombamento. Neste momento, analisam-se as medidas instituídas nos últimos anos para a preservação do patrimônio cultural remanescente no centro antigo da cidade. Trata-se dos planos de reabilitação elaborados pelo poder público, em especial do plano de valorização turístico cultural, que agrega o planejamento participativo.

Mediante tal análise documental, parti-se para a interpretação das entrevistas semiestruturadas realizadas com o intuito de discutir a realidade atual que permeia este lugar de conflito, buscando identificar as novas ações e estratégias adotadas pela gestão pública municipal que visam identificar novos usos, principalmente o turístico, para a revitalização deste espaço, em um paralelo com a visão dos moradores acerca da importância da preservação do patrimônio cultural da cidade e sua opinião quanto ao uso turístico do Centro Histórico de Natal.

Após toda discussão empírica, relacionando a visão dos gestores públicos municipais e a opinião dos moradores locais, apresenta-se o quinto e último capítulo, o das considerações finais, que tenta finalmente responder de que forma o processo de tombamento estabelecido para o Centro Histórico de Natal tem sido utilizado pela gestão municipal para fins turísticos e, por fim, apresentar demais percepções e sugestões acerca desta problemática.

2 PATRIMÔNIO E TURISMO CULTURAL: DIÁLOGOS ENTRE AUTORES

2.1 NOÇÃO OCIDENTAL E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Em uma perspectiva histórica, até o período renascentista as ações voltadas para a preservação de monumentos eram pontuais e realizadas por seguimentos sociais dominantes, basicamente a igreja católica e a aristocracia, visando à conservação dos seus bens para a garantia de sua transmissão através das gerações. Tais bens interessavam principalmente como documentos, dotados também de valor artístico, cujo interesse em guardá-los era compartilhado apenas pelas sociedades dominantes a que pertenciam (FONSECA, 2005).

Para que a prática de preservação dos monumentos se constituísse como tema de interesse público do Estado, Choay (2008) destaca em sua obra *Alegoria do Patrimônio*, que foi necessário o surgimento de ameaças concretas de perda dos monumentos já considerados como expressões históricas e artísticas – destacando-se o vandalismo da Reforma Inglesa e da Revolução Francesa. Na Grã-Bretanha, o vandalismo reformista, conduziu as sociedades de antiquários a uma intensificação de sua função preservacionista das antiguidades nacionais, produzindo farta iconografia e inúmeras coleções, com um saber de caráter eminentemente universalista, caracterizado pelas viagens e trocas de informações.

No caso da França, foi somente após a Revolução Francesa, quando a população revolucionária destruía os vestígios do Antigo Regime, que por meio do alerta de alguns intelectuais se desencadeou uma mobilização para salvaguardar as obras consideradas imprescindíveis para a nação. Portanto, a política de preservação do patrimônio produzida na Revolução se deu por questões práticas, já que com a extinção da monarquia, todos os bens da Coroa, da igreja e do clero passaram para o Estado (CAMARGO, 2002).

Nesta perspectiva, durante o Renascimento a noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, cumprindo as seguintes funções simbólicas: reforçar a noção de cidadania; contribuir para a objetivação, tornando visível e real, a entidade ideal da nação; documentar, como provas materiais, as versões oficiais da história nacional, visando à legitimação do poder do Estado; além de servir para a instrução dos cidadãos (FONSECA).

É a partir do momento em que o Estado assume a proteção dos bens culturais, reconhecendo seus valores laicos, como o histórico e o artístico, que a preservação destes bens surge como um fato social, de legado para uma coletividade, enquanto referências a uma identidade nacional, bem como comenta Fonseca (2005, p. 55):

Foi preciso, portanto, que a noção de monumento – no seu sentido moderno – fosse formulada enquanto monumento histórico e artístico, para que a noção de patrimônio se convertesse em categoria socialmente definida, regulamentada e delimitada, e adquirisse o sentido de herança coletiva especialmente cultural.

Até o século XIX, as ações preservacionistas estabelecidas pela Revolução Francesa continuaram vigentes, entretanto, adquiriram novas significações em função de fatores como a Revolução Industrial e o Romantismo. No período Romântico, o monumento histórico foi integrado ao culto à arte, mas sem perder sua conotação de testemunho do tempo passado. Nos países germânicos e na Inglaterra os sentimentos nacionais se desenvolveram com ênfase nos aspectos típicos culturais; já na França, predominava o nacionalismo político, desenvolvido em torno da ideia de civilização.

Neste contexto, se consolidaram dois modelos de política de preservação: o modelo anglo-saxônico, apoiado pelas associações civis, direcionado para o culto ao passado e valorização ético-estética dos monumentos; e o modelo francês: caracterizado como estatal e centralizador visando atender interesses políticos do Estado, desenvolvendo uma noção de patrimônio de forma planificada e regulamentada. Fonseca (2005, p. 62) destaca que:

A conservação dos monumentos, na França, assumiu um caráter eminentemente museológico: irremediavelmente ligados ao passado, esses bens não teriam mais lugar no fluxo da vida presente. O ideal de modernização e progresso difundido pela ideologia estatal conferia à preservação um compromisso com o saber, um sentido de atividade racionalmente dirigida para interesses presentes.

É exatamente este modelo francês, hoje entendido como “arcaico” (CANCLINI, 1994), que adquire a dimensão de um movimento que se processaria por toda a sociedade ocidental moderna, estando a noção de patrimônio, desde então, indissoluvelmente relacionada à formação dos Estados nacionais (ABREU, 2007). Após predominar entre os países Europeus, o modelo francês é exportado para os países da América Latina, como Brasil e Argentina, na primeira metade do século XX, e para as ex-colônias francesas na África, após a Segunda Guerra Mundial.

Até o início do século XX, a posição particular do Brasil enquanto país periférico, preocupado com a modernização das cidades e buscando se situar entre as grandes nações do ocidente, impossibilitava a emergência de qualquer pensamento preservacionista ou restaurador de coisas do passado. Entretanto, a noção de um patrimônio histórico e artístico nacional começou a surgir no meio intelectual como uma questão de interesse nacional entre as elites políticas e intelectuais do país (ORTIZ, 1994; ABREU, 2007).

Abreu (2007) cita a criação do Museu Histórico Nacional em 1922, no Rio de Janeiro, sob o comando do escritor Gustavo Barroso, como um dos primeiros atos de defesa da importância da preservação de objetos históricos emblemáticos, se opondo às demolições dos prédios públicos decorrentes da Reforma Urbana do Rio de Janeiro que ocorria no início daquele século. Começava a surgir entre os setores da intelectualidade a consciência da importância de preservação de objetos e edifícios públicos capazes de representar a história do país, e, a partir de então, atitudes de violência contra o patrimônio nacional já não passavam despercebidas, gerando acirradas polêmicas.

Nesta perspectiva, nos anos de 1930 a temática da institucionalização da proteção dos bens culturais foi assumida por parte dos intelectuais vinculados ao movimento modernista, que reconheciam esta temática como uma questão de interesse nacional e acabaram por trazê-la para a esfera da administração pública (FONSECA, 1996). Deste modo a ideia de patrimônio começa a refletir a nação e as raízes de um povo, que passam a “ser objeto de medidas administrativas e jurídicas: formulação de leis, decretos e prescrições, criação de comissões específicas, instituição de práticas de conservação” (BARBOSA, 2001, p. 69).

De acordo com as pesquisas de Silva (2002), a partir da Constituição Federal de 1934 passou-se a atribuir à União e aos estados a responsabilidade de proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico ou artístico, impedindo a evasão de obras arte; já a Constituição de 1937 estendeu também aos municípios a responsabilidade de proteção dos bens culturais, que passaram a ser denominados de “monumentos históricos, artísticos”, além da proteção aos bens naturais, sendo estes as paisagens e “os locais particularmente dotados pela natureza”.

É durante o Estado Novo, que a questão do patrimônio efetivamente se institucionaliza com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN), tendo à frente de sua fundação a figura de Rodrigo Mello Franco de Andrade, quando era Ministro da Educação Gustavo Capanema. O decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 institui o tombamento como medida de proteção legal de bens móveis e imóveis, a fim de conter demolições de edifícios públicos considerados referências para a memória nacional. Para a antropóloga Abreu (2007, p. 271):

O trabalho iniciado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937 foi importante não apenas para a implementação e para a consolidação de uma política pública, de âmbito federal, de construção de referências materiais para a

memória nacional. Mais significativa ainda foi a disseminação do conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não apenas para outras esferas do poder público como também para outros domínios da sociedade civil.

A identificação, coleta, preservação, restauração de importantes edifícios públicos, de acervo de todo tipo, de telas, de objetos de arte, de monumentos e conjuntos arquitetônicos constituíram esforços vitais para a fixação de paisagens e para a proteção de objetos de inegável valor histórico e artístico, disponibilizando, para a sociedade brasileira, a própria capacidade de lembrar.

Todavia, ainda que institucionalizada por meio do SPHAN, a proposta de construção de um patrimônio histórico e artístico nacional não era percebida, pela sociedade brasileira de então, como uma necessidade a ser atendida nem construída como uma demanda apoiada por outros setores que não as elites cultas. Tal fato incumbiu aos pioneiros no SPHAN a tarefa de criar uma consciência nacional que desse o suporte necessário a uma prática que limitava o direito de propriedade em nome de noções vagas como “valores culturais” e “documentos da nacionalidade”.

Os adversários – proprietários de imóveis antigos, vigários, prefeitos e até mesmo populações – viam o tombamento como um entrave à modernização, assim como no meio intelectual “em que os critérios de valorização e de restauração utilizados pelo SPHAN iam de encontro ao gosto predominante, fruto de uma cultura ornamental, que valorizava mais a aparência que a autenticidade, a retórica que a pesquisa” (FONSECA, 1996, p. 155).

Diante deste panorama, a socióloga Fonseca (1996) faz um balanço deste período, do ponto de vista social, no contexto do exercício da cidadania, identificando aspectos tanto positivos quanto negativos da atuação do SPHAN:

De positivo, ressalta o fato de se ter tombado um número considerável de bens culturais e de se ter criado um padrão ético de atuação no serviço público brasileiro que foi fundamental no enfrentamento tanto dos interesses particulares quanto das oposições políticas à atividade do SPHAN. [...] Por outro lado, [...] o trabalho do SPHAN havia alcançado, no final dos anos 60, pouca visibilidade social, além de, desde os anos 50, com a industrialização e a difusão dos valores do desenvolvimento e da modernização, ficar mais aguda a distância entre o que então era apresentado como os interesses da nação – expressos em termos de metas econômicas – e os valores culturais que os SPHAN se propunha a preservar.

Paralelamente a este momento, ao longo da segunda metade do século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, a discussão em âmbito internacional sobre o conceito antropológico de cultura começou a ganhar expressão. Explica-se que o trauma do pós-guerra incitou os intelectuais na busca de uma alternativa de construção permanente da paz entre os povos (ABREU, 2007).

A noção antropológica de cultura, que se esboçava na época, trazia em sua constituição as noções correlatas de diversidade, valorização das diferenças, contextualização e revitalização, surgindo como uma adequada solução na luta contra o racismo, o etnocentrismo, o evolucionismo e a hierarquização dos povos numa história única e linear que se baseava em critérios de progresso e de civilização.

Isto porque na dimensão antropológica a cultura se desenvolve por meio da interação social dos indivíduos, que desta forma vão elaborando seus modos de pensar e sentir, construindo seus valores, manejando suas identidades e diferenças e estabelecendo suas rotinas (BOTELHO, 2001). Trata-se de uma perspectiva, bem como destaca Botelho (2001), em que a cultura fornece aos indivíduos o que se denomina de “equilíbrios simbólicos”, “contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários” (CERTEAU, 1994).

É válido destacar que, na esfera mundial, até meados do século XIX não havia no Direito Internacional tratados ou convenções que disciplinassem a proteção dos bens culturais de forma universal. O primeiro tratado internacional multilateral que disciplinou exclusivamente a proteção dos bens culturais em tempos de paz se constituiu em 1935, sendo chamado de Tratado para a Proteção dos Monumentos e Instituições Culturais ou Pacto Roerich.

Seguindo as tendências preservacionistas, em 1945 a proteção internacional dos bens culturais se efetiva com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), recomendando o desenvolvimento de legislações e práticas nacionais, baseadas em padrões internacionais, de proteção aos bens. Tais recomendações “asseguram aos Estados poderes discricionários para, de acordo com suas peculiaridades sociais e econômicas, adotarem os meios legais e administrativos mais adequados para implementação de uma política de preservação dos bens culturais e naturais.” (SILVA, 2002, p. 133).

Em 1972, a expansão das práticas patrimoniais é simbolizada pela convenção de proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, adotada pela Assembleia Geral da UNESCO. A referida convenção sustentava o conceito de patrimônio cultural universal – monumentos, conjuntos de edifícios, sítios arqueológicos ou conjuntos – que apresentassem um valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência. De acordo com Choay (2001, p. 207), um dos desfechos dessa convenção é a seguinte definição de patrimônio cultural:

Monumentos: obras de arquitetura, escultura e pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições cavernas e combinações destas que tenham um valor de relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências; Conjunto de edificações: conjunto de edificações separadas ou conectadas, as quais por sua arquitetura, homogeneidade ou localização na paisagem, sejam de relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências; Sítios: obras feitas pelo homem ou pela natureza e pelo homem em conjunto, e áreas que incluem sítios arqueológicos que sejam de relevância universal do ponto de vista da história, da estética, da etnologia ou da antropologia.

No contexto brasileiro, as propostas de preservação apresentadas pela UNESCO tiveram boa repercussão entre gestores do patrimônio. Para a administração federal surgia a necessidade de compatibilizar a gestão dos bens culturais às exigências do desenvolvimento econômico, integrando o Brasil aos novos parâmetros internacionais de preservação de bens culturais.

2.2 AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E O CONTEXTO DO NOVO MILÊNIO

Vivia-se no Brasil, nos anos de 1960, momentos de efervescência cultural. Já nesta década, a atuação do SPHAN passava a ser considerada como inadequada aos novos tempos, sendo “vista como elitista, pouco representativa da diversidade cultural brasileira, e alienada em relação aos problemas fundamentais do desenvolvimento nacional”, pois se encontrava às margens das questões complexas das relações entre cultura e política debatidas pelos críticos da intelectualidade brasileira da época (FONSECA, 1996, p. 155).

Até os anos de 1970, a prática de proteção inaugurada pelo SPHAN ainda utilizava como único instrumento legal o tombamento, tendo em vista que as dificuldades e resistências encontradas ao longo do processo de proteção decorriam geralmente de protestos à limitação do direito de propriedade e de uso dos bens tombados.

De acordo com Fonseca (2000, p. 11), somente em meados da década de 1970 os critérios adotados pelo SPHAN “começaram a ser objeto de reavaliações sistemáticas, que levaram a proposta de uma nova perspectiva para a preservação de bens culturais”, colocando em destaque a dimensão social e política de uma atividade que costumava ser vista como eminentemente técnica.

Entendia-se neste momento que o patrimônio cultural brasileiro não deveria estar restrito aos grandes monumentos, testemunhos de uma história oficial, onde principalmente as elites se reconhecem, mas sim deveria se incluir também as manifestações culturais que

fossem representativas para os demais grupos que configuram a sociedade brasileira, como os índios, os negros, os imigrantes e as classes populares em geral.

Parafraseando Fonseca (2000), a noção de “referências culturais” foi introduzida no vocabulário das políticas culturais, no sentido de pressupor os sujeitos para os quais essas referências realmente façam sentido, deslocando o foco dos bens para uma dinâmica de atribuição de sentidos e valores, e não mais apenas de representação de monumentalidade, riqueza, poder material e simbólico.

Portanto, ocorre no Brasil, nos anos de 1970, uma reorientação da prática de preservação dos bens culturais implementada pelo Estado em 1937, que, embora estivesse em consonância com mudanças nos diferentes campos das ciências sociais, partia de agentes ligados a outras áreas e durante o exercício de alguma prática institucional e política.

Tais agentes incorporaram em seus discursos, como um dos emblemas de sua proposta, a noção de referências culturais, que veio a se tornar a marca de uma postura inovadora no que diz respeito à noção de patrimônio histórico e artístico, naquele momento remetido ao patrimônio cultural não consagrado (FONSECA, 2000).

Foi no período do regime militar, que os imperativos de ordem econômica passaram a predominar também na esfera da cultura (ORTIZ, 1994). Após a fase mais dura de repressão, foram criadas instituições financiadoras da produção cultural e se desenvolveu um discurso onde a noção de segurança nacional foi praticamente diluída por conceitos como “pluralidade cultural” e “desenvolvimento cultural”, tanto como um meio para reorganizar a esfera cultural quanto como recurso ideológico para a legitimação de um projeto nacional.

Neste contexto, Fonseca (1996) destaca que, em termos práticos, foram tomadas algumas iniciativas, entre as décadas de 1960 e 1970, de adequação da política federal aos novos tempos. Cita-se a realização de encontros governamentais visando discutir, dentre outras questões, a descentralização da gestão do patrimônio cultural nacional; a criação do Programa das Cidades Históricas (PCH), com o objetivo de rentabilizar a preservação e restauração dos bens patrimoniais, em termos econômicos e sociais, principalmente nas regiões carentes.

Esta perspectiva de modernização influenciou também a criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), no ano de 1975 em pleno regime militar, posteriormente incorporado à Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM). Diferentemente do SPHAN de 1930 e 1940, que concentrou suas atividades na salvaguarda dos remanescentes da arte colonial, o CNRC se voltava para “o referenciamento da cultura viva, sobretudo daquela

enraizada no fazer popular, como forma de tornar mais nacional e mais plural a representação da cultura brasileira” (FONSECA, 1996, p. 156).

Sob o comando do designer Aloísio Magalhães, com a colaboração de funcionários do CNRC, foram sendo formulados os fundamentos que justificavam a existência do Conselho. Para Magalhães (1985), ocorreu nas décadas de 1950 e 1960 um achatamento de valores, uma homogeneização da cultura. Tinha-se de um lado a cultura oficial que se referia a um passado morto, museificado; e de outro ocorria uma absorção acrítica dos valores exógenos, da modernização, da tecnologia e do mercado. A forma de reação à este processo deve ser buscada na própria cultura, no domínio particular da diversidade. Fonseca (2000, p. 18) destaca no Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais que:

As referências que o CNRC se propunha a apreender eram as da cultura em sua dinâmica (produção, circulação e consumo) e na sua relação com os contextos sócio-econômicos. [...] E, gradualmente, a preocupação com os novos patrimônios passou a incluir os sujeitos a que se referiam esses patrimônios, primeiro com a ideia de devolução dos resultados das pesquisas às populações interessadas e, posteriormente, como sua participação enquanto parceiros.

Ainda que inúmeros projetos não tenham conseguido chegar a esta fase proposta, o trabalho realizado pelo CNRC representou uma ampliação da noção de patrimônio cultural no Brasil, passando a reconhecer e se aproximar da demanda de setores marginalizados das políticas culturais, como indígenas, negros, populações rurais, periferia urbana, reconhecendo sua participação como coautores do trabalho institucional.

É válido destacar que este discurso participativo das políticas culturais, característico da dimensão antropológica, revela um caráter contraditório de algo que é enunciado pelo Estado, mas que só pode ser concretizado por meio de uma iniciativa da sociedade, exigindo que haja uma reorganização das estruturas sociais, além de uma distribuição de recursos econômicos. Isto significa que o processo depende de mudanças radicais, pois as políticas culturais não conseguem, isoladamente, atingir o plano do cotidiano (BOTELHO, 2001, p. 74).

A partir dos anos de 1980 as experiências de trabalho do CNRC foram introduzidas no discurso oficial com a elaboração dos documentos de Diretrizes para operacionalização da política cultural do então Ministério da Educação e da Cultura (atual Ministério da Cultura – MinC), que reconhecia a necessidade de uma participação efetiva da

comunidade nas decisões e no trato dos problemas relacionados às questões de produção e preservação cultural (FONSECA, 1996; 2000).

É o artigo nº 216 da Constituição Federal de 1988 que alarga o conceito de patrimônio cultural, ao tratar de bens de natureza material e imaterial, nos quais se incluem as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver. “A proteção dos bens imateriais é regulamentada pelo Decreto 3.551/2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial” (SILVA, 2002, p. 134).

O alargamento da definição de patrimônio cultural expresso na Constituição de 1988 se deu por incorporar, segundo Fonseca (2000, p. 13), a “noção de referência cultural, e as inúmeras experiências [à exemplo das do CNRC] que, em seu nome, foram realizadas, [...] juntamente com as releituras de Mário de Andrade no seu anteprojeto” de proteção ao patrimônio artístico nacional, que embasou a elaboração do texto definitivo do Decreto – Lei nº 25/37 e já na década de 1930 preconizava a configuração de um novo conceito de patrimônio cultural.

Em análise ao anteprojeto de Mário de Andrade, Silva (2002) identificou duas tendências contemporâneas relevantes que foram abarcadas pela Constituição de 1988. A primeira diz respeito à proteção dos denominados bens imateriais, aspecto inovador para a época tendo em vista que até 1935 nenhum tratado ou convenção internacional fazia menção a tais bens, que passaram a ser tutelados efetivamente com a Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional (1989). No Brasil, a proteção jurídica dos bens imateriais, como já foi dito anteriormente, alcançou o seu ápice com a promulgação da Constituição de 1988, sendo regulamentada pelo Decreto 3.551/2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

A segunda tendência contemporânea relevante identificada é a noção de que o bem cultural não se constitui necessariamente em um bem monumental de aspecto grandioso. Internacionalmente, a Carta de Veneza (1964) foi a primeira a interpretar o monumento não apenas como grandes conjuntos arquitetônicos, mas também como obras modestas que com o tempo adquiriram uma significação cultural humana.

No Brasil, esta tendência foi adotada também na Constituição Federal de 1988 com o abandono da noção de monumentalidade ligada a bens grandiosos que permeavam as constituições anteriores. Tal Constituição reconhece como bens culturais as edificações e demais espaços destinados ao desenvolvimento de manifestações artístico-culturais (SILVA, 2002).

O novo entendimento de patrimônio cultural, bem como de sua proteção, exaltado por Mário de Andrade, antecipou as tendências modernas e adquiriu continuidade na postura culturalista do designer Aloísio Magalhães. Sua adesão por uma noção antropológica da cultura se reflete no âmbito público, no desenrolar de suas gestões sob o comando do CNRC, na década de 1970, à frente da secretaria de Cultura do MEC, no início de 1980, e ainda no comando da direção do SPHAN, no final desta mesma década.

É válido ressaltar que Magalhães (1985) analisa a dimensão da cultura brasileira diante do processo de desenvolvimento do mundo contemporâneo, que se caracteriza por um rápido e acelerado esquecimento e perda dos componentes fundamentais da própria cultura, numa absorção cada vez maior de elementos exógenos pelos meios de comunicação tecnológicos atuais, absorção esta que na maior parte das vezes é indiscriminada e sem avaliação do impacto das repercussões futuras.

Para o autor, a conscientização do uso adequado dos valores culturais para as políticas de desenvolvimento se destaca como única forma da sociedade brasileira se sobrepôr à inevitável velocidade de transferência cultural entre as nações do mundo de hoje, sendo difícil ocorrer um desenvolvimento harmonioso sem que se considerem, na elaboração das políticas econômicas, as peculiaridades de cada cultura.

Entretanto, o fato é que ainda que a Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 3.551 de 2000 tenham colocado em cena as preocupações de alguns intelectuais com a valorização do tema do intangível, “entre a lei, o papel e sua ação, parecia haver se estabelecido o proverbial fosso de sempre” (ABREU; CHAGAS, 2009, p. 13).

Além do mais, “não se pode esquecer que a área da cultura tende a ser vista como acessória no conjunto das políticas governamentais, qualquer que seja a instância administrativa” (BOTELHO, 2001, p. 76). Na prática, apenas o próprio setor cultural assume as responsabilidades que deveriam ser de toda a sociedade, fazendo com que, mesmo considerando a existência das políticas sociais democráticas, a dimensão antropológica fique em função de limitações concretas, reduzidas ao plano retórico.

Se no século XX o campo do patrimônio cultural se firmou com base em um Estado forte, comprometido com a ideia de que a nação tinha um passado que era preciso salvar do esquecimento, o novo milênio se apresenta com uma nova configuração de conflitos e interesses contraditórios (ABREU, 2009). O delineamento de um patrimônio cultural que costumava ser visto como inimigo dos processos de mudança atuais – como o desenvolvimento urbano, a mercantilização, as industriais culturais e o turismo – já não se adequa mais ao século XXI. De acordo com a perspectiva de Canclini (1994, p. 95), o que

antes era interpretado como ameaça ao patrimônio cultural deve ser entendido, nos dias atuais, como uma condição pela qual os bens históricos continuam a existir, exigindo uma nova interpretação do que seja patrimônio cultural e do que se entende por nação. Isto é, a nação não se configura unicamente do “conjunto de bens e tradições surgidos e mantidos no território historicamente habitado por uma comunidade [pois] a população originária [...] se informa e se entretém com muitos bens e mensagens procedentes do estrangeiro”, que acabam por serem incorporados à sua vida cotidiana.

Pondera-se aqui o fato de uma absorção indiscriminada de fatores exógenos à cultura “nacional”, como já sugeria Aloísio Magalhães (1985). Entretanto, concorda-se que o que se entende como cultura nacional se modifica de acordo com as épocas vividas pelas sociedades. Ainda que existam suportes concretos do que se concebe por nação, como o território, a população e seus costumes, em grande parte o que se interpreta por patrimônio nacional se caracteriza como uma construção imaginária (CANCLINI, 1994).

Sobre esta temática, Ortiz (1994, p. 34), em sua obra *A Moderna Tradição Brasileira*, analisa que o Brasil, assim como outros países periféricos, foi “forçado a se construir sobre fantasmas e sonhos de modernidade”, modernidade esta que passa a ser vinculada à construção da identidade nacional, assumida como um valor em si, sem ser questionada. Diante desta ótica, que desde o início do século XX, são guiadas todas as tentativas de construção de uma nação por meio da cultura ou da atuação do Estado.

Os intelectuais são forçados a repensar a identidade de um Estado que se moderniza, de modo que a problemática do nacional e do popular também passa a se referir a questões econômicas e políticas debatidas pelo Estado. A questão do nacional adquire ainda nova feição com a perspectiva de uma indústria cultural consolidada, transformando-se em uma ideologia que justifica a ação dos grupos empresariais do mercado mundial (ORTIZ, 1994; 2012).

Diante do cenário da indústria cultural, considerando a massificação das sociedades contemporâneas, os problemas relacionados ao patrimônio, e a participação dos atores sociais em seu contexto, são reformulados. “As possibilidades de difusão de massa e espetacularização do patrimônio oferecidas pelas tecnologias de comunicação moderna colocam novos desafios” que ultrapassam as preocupações com uma melhor interpretação ideológica do passado e passam a se voltar principalmente para a identificação de uso desses meios de modo mais imaginativo e crítico, buscando uma consciência social sobre o patrimônio (CANCLINI, 1994, p. 107).

É importante destacar ainda que as novas mudanças de produção, circulação e consumo na cultura se refletem em alterações do patrimônio simbólico com relação aos quais são definidos os perfis da vida cotidiana e os traços de identificação de grupos, exigindo que seja modificado também o entendimento de patrimônio adotado pelas políticas públicas.

Tais afirmativas se confirmam nas interpretações de Isaura Botelho, quando comenta que as políticas culturais não são capazes de atingir, isoladamente, o plano do cotidiano, ou seja, de uma dimensão antropológica da cultura, sendo necessários dois tipos de investimento para que se consiga intervir objetivamente nessa dimensão. A primeira estratégia se refere ao ponto de vista da demanda, isto é, “organização e atuação efetivas da sociedade, em que o exercício real da cidadania exija e impulse a presença dos poderes públicos como resposta a questões concretas e que não são de ordem exclusiva da área cultural” (BOTELHO, 2001, p. 75).

Um segundo investimento seria aquele voltado para a cultura dentro do aparato governamental. Trata-se da delimitação de estratégias específicas para uma atuação diante dos desafios da dimensão antropológica, que será incorporada por instâncias diversificadas de poder, por meio de uma política pública que saiba delimitar claramente seu universo de atuação. “A cultura, em sentido lato, exige a articulação política efetiva de todas as áreas da administração. [...] Para que isso realmente se torne efetivo, a área cultural depende, mais do que tudo, da força política que consiga ter junto ao poder Executivo.” (BOTELHO, 2001, p. 75). Botelho (2001, p. 75) afirma ainda que:

Embora uma das principais limitações das políticas culturais seja o fato de nunca alcançarem, por si mesmas, a cultura em sua dimensão antropológica, esta dimensão é, no entanto, geralmente eleita como a mais nobre, já que é identificada como a mais democrática, em que todos são produtores de cultura, pois ela é a expressão dos sentidos gerados interativamente pelos indivíduos, funcionando como reguladora dessas relações e como base da ordem social. Por isso mesmo, ela acaba sendo privilegiada pelo discurso político, principalmente nos países do Terceiro Mundo, onde os problemas sociais são gritantes e suas economias dependentes.

Ainda nos países que adotam uma noção antropológica de cultura em sua legislação e seus discursos oficiais, conferindo legitimidade a todas as formas de organizar e simbolizar a vida social, existe uma hierarquia dos capitais culturais. As atuais diferenças regionais, surgidas de uma heterogeneidade de experiências e pela divisão técnica do trabalho, possibilita aos setores hegemônicos uma apropriação privilegiada do patrimônio comum. Há de se pensar que “o patrimônio cultural serve, assim, como recurso para produzir as

diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens” (CANCLINI, 1994, p. 97).

Porém, ainda que ocorra uma desigualdade estrutural entre as classes sociais no que tange a produção e apropriação dos bens culturais, as contradições no uso do patrimônio se moldam a partir do espaço de disputa econômica, política e simbólica entre três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais. Quanto a estes últimos, é recente seu interesse na defesa dos usos do patrimônio, que só ocorrera com a expansão demográfica, a urbanização descontrolada e a depredação ecológica, preocupados com a recuperação de bairros e edifícios e em manter o espaço urbano habitável.

De acordo com Canclini (1994), ainda que não sejam aderidos em grande escala pelas classes populares, os novos movimentos sociais, sejam os populares urbanos até os ecológicos, estão ampliando o debate sobre o patrimônio, começando lentamente a mudar a agenda pública, podendo ser identificadas três características de transformação perceptível: a) a questão do patrimônio ambiental – natural e urbano – não é vista como de responsabilidade conferida apenas ao governo; b) compreende-se que sem a mobilização social pelo patrimônio será difícil que o governo o vincule às necessidades atuais e cotidianas da população; c) o efetivo resgate do patrimônio inclui sua apropriação coletiva e democrática, ou seja, necessita-se da criação de condições materiais e simbólicas para que todas as classes possam encontrar nele um significado e compartilhá-lo.

Na perspectiva da relação entre Estado e sociedade, Abreu e Chagas (2009, p. 14) enfatizam que a retomada das discussões sobre o patrimônio neste novo milênio apresenta indicações nítidas do que os próprios autores denominam de uma revolução silenciosa, “quando segmentos da sociedade civil, detentores de saberes tradicionais e locais, associados a profissionais no interior do aparelho de Estado, e possuidores de saberes específicos, colocam em marcha um novo conceito de patrimônio cultural”.

O cenário desta revolução é delineado por meio de características que se multiplicam nos âmbitos federal, estadual e municipal, passando pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a saber: a realização de seminários regionais, nacionais e internacionais; a requisição cada vez maior, por parte do poder público, de profissionais das ciências sociais para a formulação de novas metodologias de pesquisa e novas estratégias de ação que abranjam a nova concepção de patrimônio; além da reivindicação, por parte de segmentos sociais diversos, por um lugar de destaque para manifestações culturais distintas.

Analisa-se aqui que o resultado desta revolução silenciosa pode vir a se converter como um “paradigma participacionista” (CANCLINI, 1994), que concebe o patrimônio e sua

preservação em consonância com as necessidades globais da sociedade, onde a seleção do “o que” e “como” preservar é definida em um processo democrático, de modo que os principais interessados – sociedade – possam intervir no processo decisório a partir de seus hábitos e opiniões.

Nos dias de hoje todos os atores sociais se configuram como agentes ativos, capazes de dar novas interpretações para as experiências históricas, encontrando e transformando os significados entre passado e presente. Torna-se possível, parafraseando Canclini (1994), introduzir mais liberdade e criatividade nas relações com o patrimônio, afinal a arte passou de um mundo hierarquizado para um mundo que rodeia a todos.

Além das ações do Estado e dos movimentos sociais, como já comentado anteriormente, o patrimônio se apresenta como um espaço de disputa que está atravessado também pelas relações regidas pela ação privada, com suas necessidades de acumulação econômica e reprodução da força de trabalho que tomam proporções ainda maiores no contexto de uma sociedade globalizada. “Frequentemente, esta tendência leva a exploração indiscriminada do ambiente natural e urbano, à expansão voraz da especulação imobiliária e do transporte privado, em detrimento do interesse das maiorias” (CANCLINI, 1994, p. 100).

Em parte, a degradação causada ao ambiente natural e urbano ocorre pelo fato das empresas industriais, imobiliárias e turísticas utilizarem o patrimônio em uma perspectiva setorial e competitiva, da maneira que melhor lhes convém. Tais interesses se tornam mais destrutivos quando não existem programas públicos que “definam o sentido do patrimônio para toda a sociedade, regulem energicamente o desenvolvimento econômico e estabeleçam um marco geral – baseado em interesses coletivos – para o desempenho de cada setor do capital” (CANCLINI, 1994, p. 101).

Porém, não existe somente um tipo de capital, tampouco há apenas uma estratégia privada em relação ao patrimônio. Isto é, as ações dos agentes privados nem sempre podem ser reduzidas a uma mera agressão ao patrimônio, pois, como destaca Canclini (1994), alguns grupos apreciam o valor simbólico que incrementa o valor econômico. É neste contexto contraditório, que se insere a atividade turística com relação à preservação e uso do patrimônio cultural. Nesta perspectiva, Luchiari (1999, p. 12) comenta que:

A conclusão mais fácil seria a de que o processo de produção de lugares de consumo turístico acaba por consumir os lugares e subtrair-lhes a identidade cultural. [Entretanto] Em outra perspectiva, pode-se considerar que estas novas paisagens da urbanização turística representam também as novas formas de espacialização das práticas sociais contemporâneas, por meio das quais novas formas de sociabilidade, mais híbridas e mais flexíveis, emergem.

Nessas atuais configurações socioespaciais, gera-se um movimento entre o novo e o velhos, de modo que as novas formas e funções convivem com paisagens antigas e velhos usos num mesmo espaço social, pois entende-se que a identidade do lugar não supõe a cristalização do passado, mas sua constantemente recriação em uma interconexão com o mundo (LUCHIARI, 1999). É nesse contexto de um novo lugar, representado por uma identidade híbrida da sociedade contemporânea, que a atividade turística adquire papel relevante, produzindo novas territorialidades. Em outras palavras, “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”. Cada lugar é extremamente diferente do outro, porém claramente conectado aos demais por um nexo único, devido às forças motrizes de um modo de acumulação hegemonicamente universal (SANTOS, 1988).

2.3 TURISMO E CULTURA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

Mais do que um conjunto de atividades praticadas durante um determinado período de tempo e com fins específicos, como define a Organização Mundial do Turismo – OMT (2013), o turismo se caracteriza como um fenômeno social, cuja realização envolve uma ruptura limitada de rotinas e ações cotidianas, permitindo que aqueles que o praticam se abram para um conjunto de estímulos que contrastam com o que é habitual, especialmente com o que está baseado no lar e no trabalho remunerado.

Considera-se, portanto, a figura do turista como objeto de análise capaz de conduzir à compreensão do significado e da evolução do fenômeno turístico, por meio de múltiplos “olhares” que, de acordo com Urry (2001) em sua obra *O Olhar do Turista*, são construídos diante da diferença, de acordo com cada sociedade, com os grupos sociais e com os períodos históricos vividos.

Em uma perspectiva histórica, a figura do “ser turista” se constitui como uma das características da experiência “moderna”. É apenas durante o Renascimento, com o surgimento do *Grand Tour* na Inglaterra, que as viagens apresentam grandes mudanças, passando a representar um fator de ascensão social e cultural em círculos de jovens estudantes e gerando atividades remuneradas nas localidades receptoras.

O referido fenômeno tinha como propósito principal a obtenção de conhecimento e já se apresentava consolidado no atendimento aos filhos da aristocracia e da pequena fidalguia no final do século XVII, sendo incluídos os filhos da classe média profissional no final do século XVIII (URRY, 2001). Diante das deficiências práticas da formação humanista,

pela compreensão de que os conteúdos teóricos necessitavam de uma corrente empírica que os provasse, as viagens passam a ser vistas como uma extensão do tempo acadêmico da jovem elite masculina inglesa.

Envolvendo essencialmente viagens à Paris e um circuito pelas principais cidades italianas, tendo Roma como o apogeu, o *Grand Tour* desempenhou papel importante no reconhecimento, descrição e representação visual dos monumentos históricos da Europa, influenciando a formação das primeiras teorias modernas sobre conservação e preservação. Os cadernos de viagens escritos sob os “olhares” dos estudantes possibilitaram a identificação e estudo de monumentos, que posteriormente foram dados ao conhecimento do público por meio de obras ilustradas representativas dos primeiros livros de história da arte e arquitetura. De acordo com Urry (2001, p. 19), ao longo de 1600 e 1800:

[...] os estudos sobre as viagens iam desde uma ênfase escolástica do turismo enquanto oportunidade para um discurso até o conceito de viagem como observação de um testemunho ocular. Havia uma visualização da experiência da viagem ou o desenvolvimento do “olhar”, ajudado e assistido pelo crescimento de livros de orientação para turistas, que promoviam novos modelos de ver.

Nota-se que o próprio caráter da excursão foi se modificando, passando de um “*Grand Tour* clássico”, baseado em observações e registros imparciais de museus, galerias e artefatos culturais, para um “*Grand Tour* romântico”, baseado em uma experiência mais particular e apaixonada para admiração da paisagem na visualização da beleza e do sublime (URRY, 2001). De fato, o *Grand Tour* parece representar o início das viagens motivadas pelo conhecimento e pela cultura, sendo o primeiro indício do surgimento do que hoje se denomina turismo cultural, ainda que permanecessem viagens socialmente seletivas, indicativas de *status* social e à disposição de uma elite relativamente limitada.

Com o surgimento de novos contornos, o *Grand Tour* perdeu gradativamente suas ideias e motivações originais entrando em declínio e dando lugar para novas práticas turísticas. Para Camargo (2002), é mais adequado situar o fenômeno como antecessor das práticas futuras do turismo que, entre 1765 e 1820, vão de um ideal pedagógico mais centrado para uma característica mais “mundana”, à medida que a demanda de atrativos culturais diversifica-se e a busca por atividades prazerosas acentua-se. Para o autor, a “mundanidade” é um termo que assenta a perspectiva de turismo conhecida nos dias atuais e apoia-se na sazonalidade da oferta e nas temporadas, ganhando reflexos nítidos com o ajuste do tempo social de trabalho que começava a se impor na época.

Com as modificações ocorridas no século XIX, devido ao surgimento das cidades industriais no norte da Inglaterra e o estabelecimento de fábricas em seu perímetro urbano, o olhar do turista se volta para as paisagens naturais, outrora já valorizadas para fins medicinais, como ato de recusa à Revolução Industrial e à sociedade modernista. As tentativas de fuga da era tecnológica e o desenvolvimento das redes de transporte auxiliaram no estabelecimento do que Urry (2001) denomina de “veraneio social”, a chamada viagem a banhos, capaz de rejuvenescer o corpo.

Ainda que inicialmente realizada apenas pelas classes mais abastadas, as viagens a balneários marítimos foram se massificando ao longo de poucos anos e o *status* da viagem passava a ser traçado entre distintas classes de viajantes. Na virada do século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, gerou-se certo otimismo político e social que ajudou a reconstruir as cidades e as sociedades, onde as populações passaram a ter direito ao lazer pago. Ocorre uma aceitação geral da visão de que as férias constituíam-se como a base da renovação pessoal, tornando-se uma marca de cidadania, de direito ao prazer à beira-mar (URRY, 2001). Desta forma, o conceito de turismo da sociedade industrial surge como sinônimo de viagem de massa, como prêmio de dedicação ao trabalho.

Há neste período do pós-guerra, portanto, uma “explosão” da atividade turística, que se tornou objeto de interesse do governo e das empresas privadas por se caracterizar, ou pelo menos aparentar se caracterizar, como um nicho de mercado capaz de atrair bons investimentos, com retorno rápido e possibilidade de redução de determinados índices de pobreza. Encarado como “tábua da salvação”, o turismo parecia ser uma forma eficaz de diminuir o abismo entre regiões urbanas e as regiões rurais agrícolas. De acordo com Krippendorff (2000, p. 45), para muitos:

O único meio de frear o êxodo rural é melhorar as condições de vida da população nos lugares onde a agricultura não garante rendas suficientes, onde a indústria não se implante em razão de uma localização desfavorável e não haja nada mais a vender senão o sol, a paisagem, a neve ou o mar.

Ainda que por variadas razões esses balneários tenham perdido popularidade na Europa e migrado de exceção à banalidade, sendo comuns a todas as classes sociais, na maioria dos casos os resultados apontaram para os efeitos indesejados de um turismo mal planejado, protegendo o lado dos investidores e eliminando, entre outras coisas, as experiências produtivas das comunidades receptoras, o que acabou por trazer prejuízos e conflitos de identidade para o povo local.

Tais efeitos intensificam-se quando saem de uma realidade europeia para a realidade vivida nos países “periféricos” – distintos dos países centrais localizados na América do Norte e Europa. “Abraçado” como “motor do desenvolvimento” a partir da década de 1950, depois de sucessivos fracassos no processo de modernização, o turismo nos países periféricos acaba por afetar a vida das populações, seus espaços de trabalho, de convivência social, suas “tradições” culturais e artísticas, que passam a “vender-se” para compradores em busca de experiências exóticas e de espetáculos (OURIQUES, 2005).

Esta visão da atividade turística como “produto” de lazer para o consumo da sociedade industrial (RODRIGUES, 2009), acaba por gerar reflexões, que perduram até os dias atuais, acerca dos efeitos negativos do turismo de massa. Diante deste cenário, a partir dos anos de 1960, a cultura passou a novamente ocupar lugar de destaque nas sociedades ocidentais, refletindo largas modificações que caracterizam uma condição pós-moderna (URRY, 2001). O que ocorre é uma dissolução das fronteiras que engloba as próprias práticas culturais, como é o caso do turismo, isto é, o advento da globalização, com a massificação dos meios de comunicação, acabou por modificar mais uma vez a experiência turística.

A pós-modernidade agrega ao “produto” turístico a necessidade de fornecer um prazer lúdico, mais flexível e que envolva experiências sociais, culturais e pessoais particulares, em contraposição ao turismo massificado. Ocorre, portanto, o surgimento do que Urry (2001) denomina de pós-turismo, diante da formação de um pós-turista. A realidade é que o pós-turista se “delicia” com as diversas possibilidades do que escolher como objetivo para sua próxima viagem, pois tem consciência de que pode escolher as características que melhor lhe convém.

De acordo com Santana (2009, p. 118), a partir dos anos de 1980, além da fuga ao turismo de massa e das facilidades da globalização, a formação do pós-turista coincidiu historicamente com um momento de preocupação e crise nos âmbitos ambiental, econômico e ideológico, que conduziu para um movimento coletivo de individualização e diferenciação:

A consciência coletiva, os interesses macroeconômicos e o olhar de grandes planejadores, embora com motivações diferentes, convergiram em territórios e características que alguns anos antes foram abandonados à sua própria sorte ou não foram considerados recursos aptos para a exploração turística. Basicamente a tendência da demanda definiu que os novos produtos oferecidos estivessem relacionados a dois grandes “pacotes” fortemente vinculados: meio ambiente cultural (patrimonial-identitário) e meio ambiente físico (natureza).

Desta forma, popularizam-se os produtos antes apresentados como minoritários, como é o caso do turismo cultural. Para Richards (*apud* SANTANA, 2009), em uma

perspectiva conceitual, o turismo cultural corresponde ao movimento de pessoas rumo aos atrativos culturais que se encontram fora dos seus limites habituais de residência, no intuito de obter informações e experiências que satisfaçam suas necessidades culturais.

Para Barretto (2000), o turismo cultural tem como principal atrativo o que não seja a natureza, mas sim algum aspecto relacionado à cultura humana, como a história o cotidiano, o artesanato e inúmeros aspectos relacionados ao conceito de cultura. Portanto, este tipo de turismo está atrelado à atração do turista por experimentar um cotidiano cultural diferente, seja com relação à cultura popular, arte, arquitetura, aos eventos festivos, museus ou lugares patrimoniais históricos.

Entretanto, apesar de uma nova ordem turística voltada para a importância da cultura, Santana (2009) alerta que o turista cultural está sendo “superdimensionado”, o que efetivamente parece ocorrer. O fato é que, em sentido estrito, trata-se de um pequeno número de viajantes individuais e não de um turismo massivo. Portanto, o autor sugere uma distinção entre os próprios consumidores turísticos da cultura, a saber: o turista cultural direto, aquele que seria de fato o “pós-turista” descrito por Urry (2001) ou o “peregrino moderno” denominado por Cohen (1979); e o turista cultural indireto, identificado em um novo turismo de massa.

A clientela direta se caracteriza como aquela que sofreu uma transformação mais profunda quanto às responsabilidades turísticas e possui interesse primordial pela natureza e pelas manifestações culturais. Trata-se de turistas que podem estar ávidos pelo conhecimento, que estão dispostos a tentar observar, entender e ficar encantados com os elementos mostrados e surpresos com os detalhes. Já os clientes indiretos do atrativo cultural são aqueles que utilizam a atividade turística para relaxar, descansar ou sair da sua vida cotidiana.

É importante destacar que estes últimos, a clientela indireta, fazem parte da maioria dos consumidores turísticos e não procuram como primeira opção o patrimônio cultural ou os “pacotes culturais” em geral. “Estes chegam ao patrimônio simplesmente porque se encontra em seu caminho ou, ainda, pelo prestígio social que representa falar e/ou demonstrar a visita a tal ou qual identidade de reconhecido valor sociocultural” (SANTANA, 2009, p. 130). Ou seja, embora não seja o mais desejado, este tipo de turista é o que mais visita o patrimônio cultural em uma escala global, apenas como uma atividade complementar à sua viagem.

Desta forma, os destinos têm sido readaptados às novas demandas turísticas, os custos têm sido reduzidos e as possibilidades de geração de atrações turísticas têm aumentado, de modo que as elites irão modificar seus hábitos de viagem conforme as classes médias

forem ocupando seus lugares de férias. Porém, ainda que os destinos baseados na cultura pretendam atrair turistas com um nível de gasto mais alto, a rentabilidade do patrimônio cultural, principalmente o monumental e artístico, exige a obtenção de um determinado número de pessoas e de frequência de visitas, que acaba por englobar a demanda turística cultural de modo geral.

Portanto, é de se supor que as características culturais procuradas e/ou imaginadas pelos turistas podem não ser as mesmas vividas do ponto de vista dos residentes da localidade receptora, o que resulta na necessidade de preservar e utilizar o patrimônio levando em consideração as opiniões de ambas as partes envolvidas no processo, de modo a reconhecer o objeto cultural aos turistas e a utilização de um patrimônio “próprio” aos residentes.

Neste ponto, destaca-se a importância da participação da população local como cidadãos ativos no planejamento e desenvolvimento turístico das suas cidades. É fato que as mudanças na forma de consumir ocorridas na “pós-modernidade” alteram as possibilidades e maneiras de exercer a cidadania, como discute Canclini (1999) em *Consumidores e Cidadãos*. Entretanto, diante da degradação da política e da descrença em suas instituições, devido à “dominação” do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa, outros modos de participação se fortalecem.

Nesta perspectiva, ser cidadão não é apenas ter direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais por nascer em um determinado território, mas está relacionado também às práticas sociais e culturais que proporcionam sentido de pertencimento. “Implica tanto em reivindicar os direitos de aceder e pertencer ao sistema sociopolítico como no direito de participar na reelaboração do sistema”, definindo aquilo do qual se quer fazer parte (CANCLINI, 1999, p. 47).

Tal revisão de vínculos que ocorre entre o Estado e a sociedade deve, portanto, ocorrer levando em consideração as novas condições culturais de rearticulação entre o público e o privado, como é o caso do turismo, de modo que, por meio da reconquista criativa dos espaços públicos, o consumo seja útil como lugar de reflexão e ação para a renovação da vida social. Portanto, repensar e redefinir as relações que se estabelecem entre turismo e patrimônio cultural, seja nos aspectos econômicos, políticos ou sociais, constitui uma característica da pós-modernidade.

2.4 RELAÇÃO ENTRE TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL

Surgido desde o século XVIII, o diálogo entre turismo e patrimônio cultural ocorrer a partir do desenvolvimento do *Grand Tour*, na perspectiva de uma sociedade “moderna” em um período que antecede a Revolução Industrial, como já foi detalhado anteriormente. Bem diferentes das condições pós-modernas de rearticulação e estabelecimento de “múltiplas identidades” (CANCLINI, 2013), há de se imaginar que as atuais relações entre turismo e patrimônio cultural se estabelecem mediante conflitos e concorrências entre organizações, governos e populações quando convocados pela atividade turística a manterem estilos de vida interpretados como “autênticos” para obtenção de uma demanda supostamente interessada no contato com outras culturas e modos de vida. Para Santana (2009, p. 125), diante deste cenário, estes agentes precisam superar um paradoxo que se estabelece entre:

[...] proteger espaços-saberes por meio de sua preservação absoluta (resguardá-los intactos para o futuro), conservá-los abrindo-os para seu uso como recreação das novas formas de turismo de massa (democratizar seu consumo) ou conservá-los para seu uso como recreação por parte de um turismo minoritário e capaz de pagar altas quantias (protegido para o desfrute das elites socioeconômicas).

Na primeira situação, a apropriação poderia ser apenas científica, pois seus usos ficam altamente restritos e limitados. Já nos dois outros casos se desenvolvem formas de usurpação do bem para sua utilização estética, experimental e em alguns casos cultural, separando-os de sua produção primária e ligando-os de forma direta ao seu consumo como bens e serviços associados.

Diante da opção pelo uso turístico, são impostos requisitos pela demanda turística que vão desde a concretização do patrimônio como imagem até a implementação de atividade turísticas de visitação aos monumentos, surtindo necessariamente algum tipo de efeito sobre o ambiente-paisagem, a sociedade e os bens culturais. Entretanto, ainda de acordo com Santana (2009, p. 126), estes impactos vão variar consideravelmente, “de acordo com as formas de turismo praticadas, que devem ser consideradas tanto no planejamento e gestão quanto na análise dos produtos oferecidos”.

Para Santana (2009, p. 125), a elaboração de projetos que sigam os preceitos do desenvolvimento sustentável ou do turismo responsável, promovidos tanto de forma exógena como endógena, possibilita experiências positivas para os visitantes, “por meio do consumo

visual, da participação interativa ou da ajuda desinteressada em danificar o ambiente cultural”.

Desta forma, ocorre a mobilização de capitais e justificativas que valorizam e defendem a consciência cultural e ambiental. Além disso, o desenvolvimento desses tipos de projeto pode gerar aspectos benéficos também para as populações locais, melhorando a conscientização quanto à proteção de aspectos e elementos culturais, gerando renda complementar, reduzindo a emigração e possibilitando a construção de infraestrutura.

Sabendo da valorização de museus e patrimônio histórico com atrativos culturais, a procura da demanda turística tem levado ao crescimento do turismo nas cidades, na busca pela cultura atual e passada, por lugares ligados às histórias locais ou aos grandes feitos da história política e social mais ampla (BARRETTO, 2000).

Em suma, diante da diversidade cultural das zonas urbanas, as cidades se apresentam como importante lugar de ofertas culturais e, conseqüentemente, de atratividade turística, “o que permite a elaboração de políticas urbanas que levem em consideração o turismo cultural como um valioso instrumento para a regeneração urbana em todos os aspectos”, seja relacionado ao crescimento físico e econômico, à ampliação de postos de trabalho ou à criação de novos negócios para o atendimento de turistas (DIAS, 2003, p. 172).

Desta forma, a conservação do patrimônio cultural e a qualidade da oferta cultural assume maior importância para as zonas urbanas como forma de aumentar seus atrativos. A necessidade das sociedades modernas em resgatar o seu passado, coloca em evidência o patrimônio cultural de valor histórico das cidades. Principalmente os monumentos edificadas, tornam-se elementos motivadores do fluxo de visitantes aos destinos urbanos (SILVA, 2006).

Entretanto, tem-se que admitir que “ao mesmo tempo que o turismo pode gerar recursos para promover a preservação e a conservação de sítios históricos e naturais, pode também arruinar os lugares e as práticas culturais que eles abrigam” (MURTA, 2002, p. 140). Esta realidade ambígua tem se refletido tradicionalmente nos centros históricos urbanos como foco de conflito entre as aspirações de preservação e os interesses do turismo, onde de um lado há a preocupação com o planejamento e de outro existe a pressão por números cada vez maiores de turistas, visando os benefícios econômicos. De acordo com Murta (2002, p. 140):

As forças de mercado que movem o turismo tendem a transformar alguns sítios históricos em meros cenários e as comunidades que aí vivem em museus performáticos de práticas patrimoniais, convertendo-as num pastiche irrelevante de si mesmas, com poucas ou nenhuma ligação com o seu presente, num parque de diversão para o deleite de visitantes, que aí deixam seu dinheiro.

Essa reformulação de centros históricos urbanos para atender às demandas turísticas, muitas vezes implica em camuflar ou remover elementos “indesejáveis”, ao mesmo tempo em que se enfatiza ou simplesmente “cria” elementos desejáveis, sem qualquer ligação com a história ou a cultura da localidade, resultando em um processo de “espetacularização” (HARVEY, 1996).

De acordo com Avighi (2000, p. 103) este modelo convencional de turismo forjado pela Revolução Industrial está se esgotando. De modo que a concepção retrograda de grupo cultural “fetichizado”, “que vende um estilo para estrangeiro curioso, além de mão de obra turística”, não se adequa mais à realidade dos tempos atuais, sendo “políticas que tendem a mascarar a realidade, desviando a atenção das pessoas dos problemas relacionados ao desenvolvimento urbano e social das cidades, concentrando o foco de interesse no aspecto econômico, com resultados no curto prazo” (SILVA, 2006, p. 35).

Em contrapartida, os órgãos de preservação que são responsáveis pela gestão de grande parte dos atrativos históricos, naturais, culturais e ambientais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – antigo SPHAN – e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e seus similares estaduais e municipais, encarregam-se de buscar alternativas de sustentabilidade financeira, entre as quais se destaca a atividade turística, que por sua vez também depende diretamente destes mesmos atrativos para se sustentar (MURTA, 2002).

Por um lado, os gestores que buscam contemplar o patrimônio cultural como um eixo de desenvolvimento encontram na promoção turística voltada para a cultura uma estratégia para suportar os altos custos de recuperação e manutenção desses lugares e de suas expressões culturais. Por outro, do ponto de vista do turismo cultural, esses bens culturais possuem o valor de serem “objetos indispensáveis, cujo consumo constitui a base de sustentação da própria atividade” turística (RODRIGUES, 2009, p. 16).

No Brasil, diversos casos demonstram que a parceria entre os setores público e privado se mostrou eficiente na recuperação do patrimônio cultural das cidades, pelo menos nas fases iniciais, particularmente em centros históricos como os de Salvador e Recife. Em outras realidades, o processo de revitalização acontece por iniciativa de órgãos públicos, por meio do financiamento de organismos internacionais, a exemplo da UNESCO, mas posteriormente a iniciativa privada é convidada a participar. “Em todos os casos, a discussão versa sobre os reais benefícios sociais e econômicos de tais iniciativas no futuro, pois inúmeras críticas têm ressaltado a descaracterização e maquiagem do espaço urbano que ocorrem na utilização desses sítios” (SILVA, 2006, p. 35).

É do interesse em proporcionar sustentabilidade financeira ao patrimônio cultural preservado como um projeto inserido nos planos de desenvolvimento nacional, que ocorre a primeira aproximação entre o patrimônio e a atividade turística no Brasil, a partir de 1964. Tais iniciativas de intervenção do Estado brasileiro na cultura se consolidaram a partir do encontro promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizado no Equador em 1967, que resultou na elaboração da Carta de Quito, assinada pelos países participantes, inclusive o Brasil (RODRIGUES, 2009).

Recomendava-se neste documento que os projetos de valorização do patrimônio fossem realizados de maneira simultânea com os equipamentos turísticos das regiões envolvidas. Indicava-se ainda que para o desenvolvimento desses projetos se levasse em consideração a cooperação dos interesses privados e o respaldo da opinião pública.

Em 1975, foi desenvolvido o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas, juntamente com diversas atividades que objetivavam a ampliação das preocupações do órgão federal para além dos cuidados com as edificações, com a pretensão de “criar linhas de crédito especiais para a restauração de imóveis destinados ao aproveitamento turístico, à concessão de incentivos tributários e a formação de mão-de-obra especializada em restauro, além de outras medidas” (RODRIGUES, 2009, p. 22).

De acordo com dados do IPHAN (2013), o Brasil já possui mais de oitenta cidades e núcleos históricos tombados em todo o território nacional, contemplando todas as cinco regiões brasileiras. São lugares que representam as referências urbanas do país, onde se podem vislumbrar os processos de transformação que constituem a história da nação, cuja preservação própria de cada período histórico garante as gerações futuras possibilidade de vivenciá-los.

Trata-se de cidades e vilas que começaram a se desenvolver desde o período colonial, principalmente ao longo da extensão litorânea do país, que além da função portuária, serviam como porta de saída dos produtos coloniais e de entrada dos artigos advindos da metrópole portuguesa. Devido à função histórica desses núcleos urbanos, estas cidades são marcadas por um cenário urbano diferenciado, que se relacionam com manifestações culturais tradicionais e com eventos históricos que têm sido preservados ao longo dos anos.

No contexto do novo milênio, é inegável que este patrimônio urbano preservado tem passado por algum tipo de transformação, seja de formas ou de intensidades de uso ou apropriação, a exemplo do uso para a atividade turística, configurando novos desafios nas políticas de preservação do país. Segundo palavras da presidente do IPHAN, Jurema Machado, “agora, mais do que nunca, é essencial ter alcance para fazer dialogar o passado

com o presente desses lugares, concebendo projetos de preservação que sejam associados a políticas mais amplas, de desenvolvimento, em especial em sua dimensão urbana” (IPHAN, 2013, p. 2).

Diante dessas profundas transformações, um projeto atualmente apresentado pelo IPHAN, em parceria com o Ministério da Cultura, é o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC das Cidades Históricas. Atuando inicialmente em 44 cidades, de 20 estados da federação, busca-se posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante dentro das estratégias de desenvolvimento econômico e social articuladas pelo governo federal, numa perspectiva de gerar sustentabilidade dessas localidades e qualidade de vida para os cidadãos.

Além dos investimentos para recuperação, restauro e qualificação destes conjuntos urbanos e monumentos, serão proporcionadas linhas especiais de crédito disponibilizadas para financiar obras em imóveis particulares ou mesmo investimentos em adaptação destes edifícios para exploração econômica, principalmente por meio de atividades do segmento turístico (IPHAN, 2013). Inserida nesse Programa encontra-se a cidade de Natal/RN e seu patrimônio cultural.

3 PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE NATAL/RN

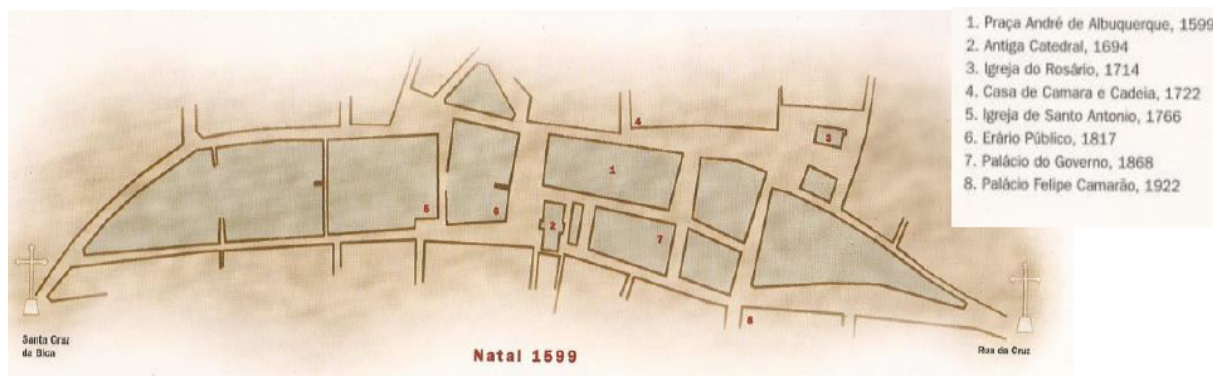
Como consequência de uma estratégia militar para garantia da posse colonial portuguesa, Natal foi fundada em 25 de dezembro de 1599. A dominação do território já delimitado como Capitania do Rio Grande, até então habitado pelos indígenas, frustrou os donatários João de Barros e Aires da Cunha que não obtiveram êxito nas tentativas de tomarem posse das terras recebidas em sesmaria na primeira metade do século XVI. Enquanto isso os corsários franceses exploravam o pau-brasil, de Pernambuco ao Maranhão, e mantinham relações comerciais com os índios potiguares.

Para defender o território colonial contra as incursões francesas, o Rei de Portugal e Espanha Felipe II, ordenou em 1580 a reconquista do território do Nordeste e encarregou Manoel Mascarenhas Homem a realização de duas grandes tarefas no Rio Grande do Norte: construir uma fortaleza e fundar uma cidade (SOUZA, 2008).

Desta forma, o sucesso da colonização ocorreu com a entrada da armada na barra do Rio Potengi e com o início da construção da Fortaleza dos Reis Magos em dezembro de 1597, com término no ano seguinte (CASCUDO, 2010). Firmada a colonização do território e estabelecido um acordo de paz com os índios, fundou-se a cidade em 1599 durante uma missa celebrada na capela erguida em um alto elevado e firme, há cerca de 10 quilômetros da Fortaleza, cujo marco zero foi estabelecido no largo corresponde à atual Praça André de Albuquerque, no bairro de Cidade Alta.

Incumbiu-se a Jerônimo de Albuquerque a demarcação dos primeiros limites da cidade, estabelecidos por duas cruzes de madeira seguindo costume da cristandade medieval. O limite ao norte (Rua da Cruz) localizava-se próximo à atual Praça das Mães, e ao sul (Santa Cruz da Bica), na atual descida do Baldo, ambos na Cidade Alta (CASCUDO, 2010), conforme esboço demonstrado na Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Esboço de implantação de Natal e seus equipamentos urbanos em 1599.



Fonte: Miranda (1999).

Desta forma, o referido bairro corresponde ao núcleo primitivo da cidade do Natal. De acordo com Souza (2008, p. 107):

Este sítio urbano já nasceu, portanto, com a vocação para desempenhar a função governamental. Por isso, de acordo com a tradição portuguesa, a Cidade Alta reuniu ao longo do tempo, os monumentos que simbolizavam o poder colonial: a Igreja Matriz (Velha Catedral), a sede do Governo, a cadeia e os demais poderes.

Entretanto, nos primeiros anos de vida da cidade o povoamento foi muito lento, interessando ao Rei apenas a Fortaleza, a situação estratégica e o ponto militar de defesa territorial (CASCUDO, 2010). Durante o século XVII, a invasão holandesa (1633-1654) deixou um legado de exploração, massacre religioso e destruição. O nome da cidade foi modificado para Nova Amsterdã e a Fortaleza dos Reis Magos se tornou Castelo de Keulen, em homenagem ao diretor da Companhia das Índias Ocidentais vindo na expedição conquistadora (SOUZA, 2008).

Antes de serem expulsos, os flamengos trataram de destruir a capela primitiva da Praça André de Albuquerque e de incendiar os livros de registros da cidade. Somente após esse período Natal começou a ser reedificada e nas primeiras décadas do século XVIII o bairro de Cidade Alta foi se expandindo até atingir a Ribeira. “Conhecida também por Cidade Baixa, nasceu banhada pelas águas do Rio Potengi e o seu desenvolvimento urbano foi impulsionado pela construção do porto, cujas obras foram iniciadas no final do século XIX” (SOUZA, 2008, p. 233), momento em que o bairro da Ribeira já indicava a sua vocação comercial, povoado de grandes armazéns onde se guardavam e exportavam importantes mercadorias.

Iniciava-se então a consolidação de dois núcleos na cidade do Natal, a Cidade Alta e a Ribeira, cujas concentrações eram ligadas por uma ponte construída na terceira década do século XVIII cruzando o braço do Rio Potengi responsável pelos constantes alagamentos na parte baixa da cidade, conforme demonstrado na Figura 2. A partir de então, a fisionomia da Ribeira, que anteriormente se desenvolvia muito lentamente, começou a ser delineada.

Figura 2 – Esquema de Natal por volta de 1790.



Fonte: Melo e Silva Filho (2007).

Durante o século XIX, a Guerra de Secessão nos Estados Unidos e os investimentos da Inglaterra no mercado brasileiro, resultaram na enorme expansão da cotonicultura potiguar, possibilitando um aumento significativo das rendas do Estado e contribuindo efetivamente para a realização de maiores investimentos, tanto públicos quanto privados, na capital. Desta forma, a partir de meados desse século a paisagem urbana de Natal se enriqueceu com diversos novos prédios (SOUZA, 2008).

Repercutiram-se neste período as construções de estilo neoclássico, devido às influências da instalação da corte portuguesa no Brasil a partir de 1808 gerando grandes transformações sociais, políticas e culturais. “O estilo neoclássico, trazido pela Missão Artística ao Brasil, atravessou todo o século XIX e deixou alguns exemplares arquitetônicos significativos, ainda existentes no Rio Grande do Norte, especialmente em Natal” (NESI, 1994, p. 10).

O desenvolvimento comercial da capital potiguar refletiu em ares de relevância para a Ribeira, que em 1870 recebeu a sede administrativa provincial, até então localizada no bairro de Cidade Alta, em um de seus sobrados na antiga Rua do Comércio (atual Rua Chile), próximo ao estãõ recém construído cais da Avenida Tavares de Lira. Do final do século XIX

ao início do século XX, o bairro recebeu os primeiros serviços de saneamento e aterro (SOUZA, 2008) interligando-se à Cidade Alta e abrigando a Praça Augusto Severo e o antigo Teatro Carlos Gomes (atual Teatro Alberto Maranhão), inaugurados em 1904, além do Cine Politheama, inaugurado em 1911, e de cafés, clubes e hotéis que representavam os principais espaços de sociabilidade e lazer da cidade do Natal.

Na segunda década dos anos de 1900 surgem na capital potiguar a energia elétrica, a rede de telefone e o bonde elétrico, além da construção de uma ponte inglesa, Ponte de Igapó, sobre o Rio Potengi. De acordo com Arrais (2008), Natal viveu até meados de 1930 a sua *Belle-Époque*, sofrendo influências dos principais centros urbanos da Europa. A busca por um ideal de cidade moderna faz com que os conceitos de higienização e embelezamento conduzam as intervenções urbanísticas. As linhas retas e edifícios no estilo eclético e neoclássico, com arquitetura de ferro e ornamentos em *art nouveau*, acaba por conferir um caráter segregador à população. Deste modo, moradores que não conseguiam se adaptar às novas exigências acabavam por migrar para áreas periféricas à cidade velha, como o Alecrim, as Rocas e o Passo da Pátria.

O século XX trouxe consigo o progresso decorrente da Revolução Industrial. “Natal antecipou-se ao Movimento Modernista Nacional, com a criação do primeiro Plano Urbanístico da cidade” (NESI, 1994, p. 10). O Plano da Cidade Nova previa a expansão de Natal para o atual bairro de Petrópolis, possibilitando a segregação sócio espacial desejada pelas classes dominantes, que poderiam se proteger do contato com más condições ambientais e epidêmicas que ainda existiam na cidade antiga.

Em 1929, ocorreu ainda a elaboração do Plano Geral de Sistematização de Natal, introduzindo intervenções relacionadas ao calçamento de ruas e avenidas nos bairros de Cidade Alta e Ribeira, além da abertura de estradas de rodagem e vias de acesso aos bairros das Rocas e Cidade Nova e às Praias do Meio e de Areia Preta. Alguns anos depois, em 1935, novas melhorias ocorrem com o novo Plano de Expansão de Natal, principalmente quanto à infraestrutura de abastecimento de água, devido à construção de estação elevatória e reservatórios e de uma rede de esgotamento sanitário, atendendo inicialmente os bairros de Cidade Alta e Ribeira por serem os mais populosos da cidade (ARRAIS, 2008).

Com a decretação do Estado de Guerra no Brasil, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, o Rio Grande do Norte, “devido a sua privilegiada posição geográfica, foi o local escolhido pelos militares americanos para instalação de uma base aérea”, que ficou conhecida como *Parnamirim Field* (NESI, 1994, p. 10). Diante deste cenário, Natal passa por um novo impulso de crescimento e modernização, de modo que a população da cidade salta de 55 mil

para 85 mil habitantes entre 1941 e 1943. Cerca de 10 mil novos habitantes eram soldados americanos, além da presença de militares brasileiros e de migrantes em busca de oportunidades de trabalho na construção da base militar (BORBA, 2007).

Neste período ocorreu a instalação da Base Naval Ari Parreira, no bairro das Quintas, e da Base Fluvial da Rampa, em Santos Reis, numa área contígua à Ribeira às margens Rio Potengi, onde atracavam as patrulhas de hidroaviões da Marinha (CASCUDO, 2010). A partir de então foi crescente a evolução urbana de Natal, com a abertura de largas avenidas e de novos bairros.

Um eixo norteador de crescimento da cidade foi a construção de 20 quilômetros de estradas ligando Natal à Base Aérea de Parnamirim, fazendo surgir os bairros de Tirol, Lagoa Seca e Lagoa Nova. Estas tendências de crescimento tiveram como eixo Norte-Sul a Avenida Hermes da Fonseca - Salgado Filho - BR 101 e como eixo Leste-Oeste a Avenida Alexandrino de Alencar. À medida que a população passou a residir em novos bairros, as residências antigas dos bairros de Cidade Alta, Ribeira e Alecrim transformavam-se em locais de comércio e prestação de serviços (MIRANDA, 1999).

As iniciativas de modernização e o progresso da cidade para outras áreas, aliadas ao fim da Segunda Guerra Mundial, contribuíram para o gradual esvaziamento dos bairros de Cidade Alta e Ribeira, que acabaram por adentrar em um processo de estagnação de suas funções primárias, decadência e esvaziamento (MEDEIROS; VIEIRA, 2013). Estudos de Trigueiro e Medeiros (2002, 2007) apontam que essa expansão da ocupação urbana em Natal foi elemento fundante para o deslocamento do seu centro ativo, os núcleos primitivos de Cidade Alta e Ribeira, para leste e sudeste da cidade, alastrando-se posteriormente para diversas direções.

Segundo pesquisa de Ferraz, Trigueiro e Tinoco (2007), o progressivo crescimento urbano de Natal fez com que, ao final do século XX, a Cidade Alta e a Ribeira estivessem às margens de um centro ativo difuso e expandido para a escala metropolitana, tornando-os bairros cada vez mais esvaziados de uso residencial e predominantemente voltados para o mercado de média e baixa renda. Diante do máximo aproveitamento do espaço, do mínimo de investimento e da ausência da definição de um novo conceito para o centro antigo, capaz de agregar valores de memória e identidade, o que ocorre é a possibilidades de descaracterização do conjunto arquitetônico dos primeiros bairros da cidade.

Agregado a isso, o crescimento da construção civil no país, impulsionado pelo capital estrangeiro, fez com que Natal experimentasse nos últimos anos um processo de ampla expansão imobiliária, atingindo não somente as áreas litorâneas, onde o turismo aparece como

importante indutor, mas também ameaçando a modificação da paisagem urbana dos bairros de ocupação mais antiga, pois à medida que a cidade se verticaliza a especulação imobiliária busca áreas centrais para novos investimentos (MEDEIROS; LUNA, 2012).

Esse modo de urbanização periférica comumente visto no Brasil, de usos ou desusos que reproduzem os menos esquemas em quase todas as partes, em ritmos e modos violentos, sem critérios de seletividade, sem justiça social ou adequações topográficas, além de refletirem fortemente no relevo, anulando características primitivas, nivelam os aspectos morfológicos em detrimento de possíveis afirmações positivas de identidades espaciais. Entretanto, “muitas cidades antigas conseguiram, com alguma substancialidade, selecionar elementos de sua paisagem, porque conheceram traços de resistência desde tempos passados” (YÁZIGI, 2001, p. 14).

Isto não significa dizer que tais lugares recusassem novos valores, mas sim que mantiveram e reinterpretaram os antigos no contexto dos novos. Portanto, mesmo diante de novas condições sociais, da problemática da perda de suas funções originais, do surgimento de novas centralidades ocasionadas pela expansão da cidade e de novas ameaças de destruição advindas do processo de verticalização urbana e especulação imobiliária, o acervo construído, incluindo a sua característica simbólica, nos bairros de Cidade Alta e Ribeira constitui a expressão cultural de Natal, caracterizando-se como uma resistência em meio à globalização e ao padrão de metropolização brasileiro.

De acordo com Pires (2002), em muitas das grandes cidades e capitais brasileiras, esse processo de crescimento urbano fez com que a preservação dos bens de representatividade histórica e cultural ficasse seriamente comprometida, devido à ocorrência de demolições, resultando na existência de microrregiões de casarios antigos cercadas de largas avenidas e construções modernas e formando manchas históricas em regiões urbanas. Estas manchas podem extrapolar limites administrativos entre bairros, por estarem estrategicamente situadas entre esses limites, como é o caso do patrimônio arquitetônico que compõe os bairros de Cidade Alta e Ribeira.

É na tentativa de preservar os vestígios materiais e imateriais que compõem esse espaço de mancha histórica, que algumas ações estão sendo gradualmente adotadas pelo poder público visando a preservação do patrimônio cultural da cidade, dentre estas, a delimitação de um Centro Histórico de Natal, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

4 CENTRO HISTÓRICO DE NATAL

4.1 TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE NATAL

As primeiras discussões voltadas para a preservação do Centro Histórico de Natal se iniciaram em 1990, originadas da preocupação com a destruição de importantes exemplares da arquitetura nas áreas de ocupação mais antigas da cidade. Neste mesmo ano entrou em vigor a Lei Municipal nº 3.942, a primeira com destinação específica de proteção do patrimônio cultural de valor histórico remanescente na cidade de Natal, definindo a Zona Especial de Preservação Histórica – ZEPH, que contemplava o bairro da Ribeira, uma porção do bairro de Cidade Alta e pequeno trecho do bairro das Rocas.

A ZEPH tinha como objetivo a preservação de prédios e sítios com notável valor histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico e devido a sua criação foram estabelecidos gabaritos para a área e proibidas as demolições sem autorização. Notadamente, tratou-se de um primeiro reconhecimento da importância dos bairros como espaços simbólicos de memória e identidade cultural da cidade, entretanto, de acordo com Ferraz, Trigueiro e Tinoco (2007), apenas ações pontuais foram efetivamente desenvolvidas, como a restauração de alguns edifícios públicos, recuperação de fachadas e incentivo a implantação de equipamentos turístico-culturais, sobretudo de entretenimento noturnos.

Alvo de interesses de preservação manifestados por órgãos públicos e pela iniciativa privada, especialmente por empresários do turismo, a partir do século XXI o sítio histórico de Natal começa a ser contemplado com programas de reabilitação urbana. O bairro da Ribeira, particularmente, destacou-se com o Plano de Reabilitação de Áreas Centrais – PRAC/Ribeira iniciado em 2005 (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008), visando à reutilização de edifícios históricos fechados ou subutilizados por meio da habitação, além de outros usos e funções urbanas, como o turismo.

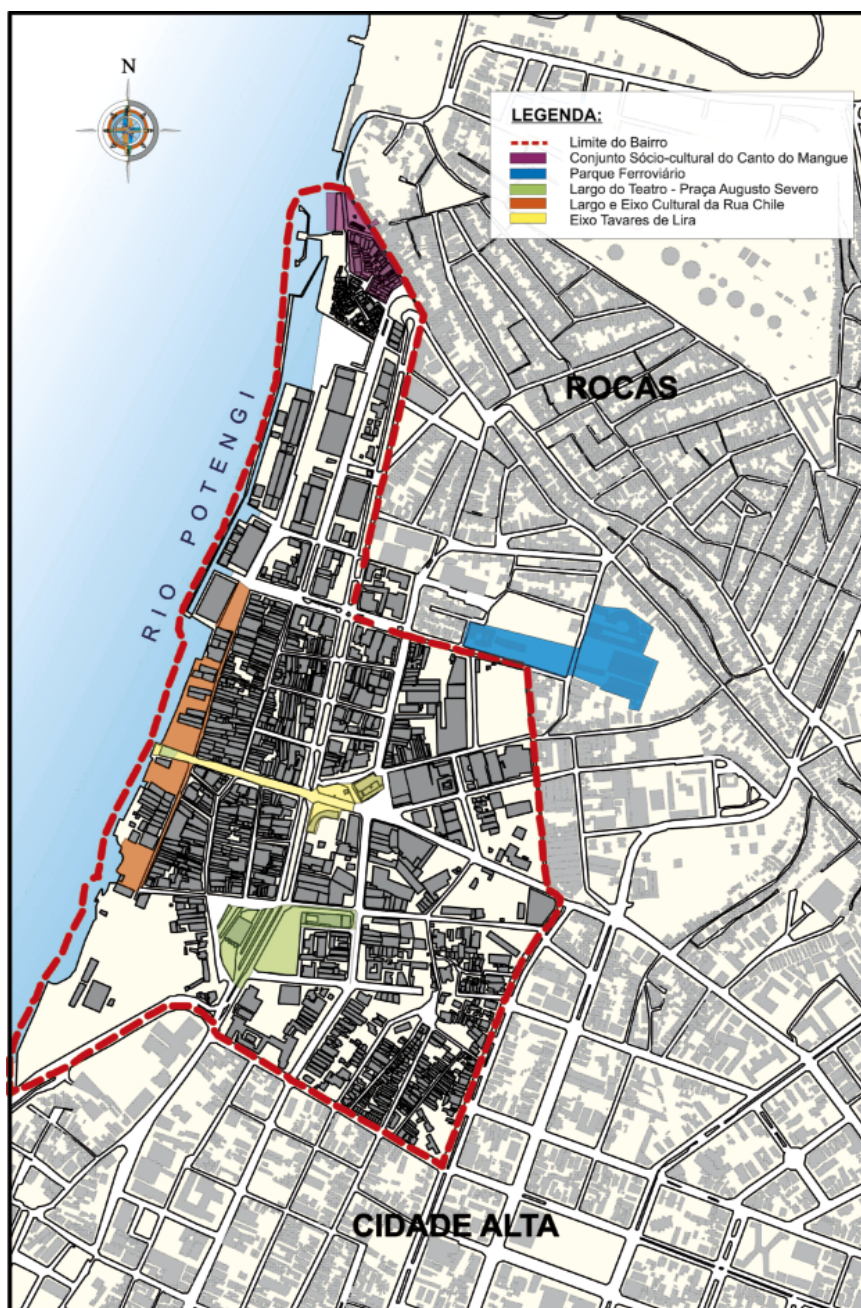
Revisando os limites do sítio histórico de Natal, o PRAC/Ribeira teve como objetivo a ampliação dos mecanismos de proteção e salvaguarda do patrimônio arquitetônico remanescente no núcleo histórico e na sua área de entorno, tendo em vista as ameaças dos projetos de intervenção urbana em curso na cidade, que se destacavam pela construção de grandes equipamentos, somados a alterações no sistema viário, incompatíveis com a morfologia e dimensões originais do bairro (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008).

Coordenado pela Prefeitura Municipal e desenvolvimento por uma equipe multidisciplinar, composta por sociólogos, turismólogos, arquitetos, engenheiros e geógrafos, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o PRAC/Ribeira realizou o cadastro dos imóveis de relevante valor histórico, arquitetônico e cultural do bairro, além de apontar frações urbanas de grande apelo simbólico integrantes do tecido construído.

A revisão deste patrimônio histórico, visto a partir de então como um conjunto, acabou por redefinir os limites do núcleo histórico de Natal. De acordo com o documentos resultante do PRAC/Ribeira (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008, p. 191-192), para as alterações dos limites foram consideradas as seguintes qualidades inerentes aos edifícios e grupos de edifícios: objeto de proteção institucional; manutenção de vestígios de época; antiguidade, os maiores demarcadores da ocupação da Ribeira; características originais bem preservadas em imóvel bem conservado, os marcos reconhecidos da Ribeira; raro exemplar de uma época, parte de conjunto herdado de determinada época; parte de conjunto representativo de épocas sucessivas; uso atual compatível com natureza material e simbólica do edifício e da área; e porte local apropriado ao uso misto.

Tais alterações propostas seguiram critérios distintos de acordo com as especificidades de cada setor de ajuste, resultando na delimitação de seis conjuntos urbanos de valorização histórico cultural para definição de limites, de acordo com a Figura 3 a seguir:

Figura 3 – Ilustração dos conjuntos urbanos de valorização histórico cultural.



Fonte: Tinoco; Bentes Sobrinha; Trigueiro, 2008.

A definição desses conjuntos de valorização histórico cultural repercutiu na releitura dos limites delimitados como Zona Especial de Preservação Histórica, com a identificação dos sítios de valor histórico, artístico, cultural e arquitetônico e de habitação.

Além de revisar os limites do sítio histórico de Natal, o PRAC/Ribeira foi o primeiro projeto de reabilitação de áreas centrais da cidade a elaborar um Plano de Valorização Turístico Cultural da Ribeira, demonstrando uma primeira iniciativa da gestão

pública municipal em tratar o turismo como um meio de utilização de espaços históricos visando a sua revitalização.

O turismo no Estado do Rio Grande do Norte, especialmente na cidade de Natal, constitui-se como uma significativa fonte geradora de emprego e renda. Os desdobramentos desta atividade como fator de desenvolvimento local tiveram o respaldo do poder público com as Políticas Regionais de Turismo no Nordeste, iniciadas na década de 1980.

As concessões públicas iniciadas na época tiveram como consequência a expansão da rede hoteleira e a gradual implementação de alguns equipamentos urbanos voltados para os transportes, como: pontes, viadutos, pavimentação de vias expressas, ampliação e restauração de portos e aeroportos. E ainda que não objetivassem transformar a cidade apenas para o turismo, tendo em vista a existência de outras atividades econômicas de sustentação local, tais investimentos governamentais não podiam deixar de levar em consideração a expressiva participação da atividade turística para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, nem sequer deixar de reconhecer que o fenômeno se apropria da infraestrutura que nem sempre lhe é detinada de forma direta (FURTADO, 2008).

Parecendo atender sempre aos interesses de classes hegemônicas em comum acordo com os dirigentes públicos, ainda que os governos municipal e estadual, contanto com recursos federais, passassem a beneficiar a capital com uma infraestrutura, que em determinados instantes, vinculava-se diretamente à demanda turística, os projetos realizados até meados dos anos 2000 vislumbravam como único segmento do turismo para a cidade, o turismo de sol e mar, cujo comportamento dos turistas e a quantidade destes costumam refletir em um turismo massificado (FURTADO, 2008; MEDEIROS; LUNA, 2012).

É possível que a partir dos primeiros efeitos indesejados do turismo de massa e pensando em diversificar o produto turístico de Natal, tendo em vista a representatividade da atividade para a manutenção e o crescimento da economia local, tenha surgido entre os gestores públicos e os empresários do turismo o interesse pelo desenvolvimento do turismo cultural na localidade.

Nesta perspectiva, o mencionado Plano de Valorização Turístico Cultural da Ribeira elaborou um diagnóstico turístico, a fim de visualizar as condições da Ribeira naquele momento e possibilitar a seleção de serviços de alimentos e bebidas, clubes, comércios, meio de hospedagem e casas de entretenimento para compor o diagnóstico da área. De acordo com o documento “as questões centrais se deram em função da situação atual, a relação com a Ribeira, aspectos positivos e negativos da área, principais problemas e as possibilidades de

revitalização turístico-cultural” (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008, p. 217).

A elaboração do diagnóstico/inventário turístico ocorreu por meio da observação *in loco* e de entrevistas realizadas com moradores, trabalhadores locais, gestores do patrimônio, comerciantes e lideranças da sociedade civil organizada, na busca de compreender o significado deste espaço para cada um destes grupos. Além disso, utilizou-se como base uma pesquisa de demanda então realizada pela Secretaria de Turismo de Natal, visando compreender os turistas atuais e suas expectativas com relação ao produto turístico. Ademais, foram ouvidos gestores das principais agências de turismo receptivo da cidade, com o intuito de identificar a oferta real e saber se a Ribeira poderia ser caracterizada como um produto turístico, mediante o que se oferece desta área para o turista.

É válido ressaltar que, segundo o Plano de Valorização (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008, p. 217), “esse diagnóstico tem como princípio a ideia de que a representação do local para a população que nele vive é elemento fundamental para o desenvolvimento turístico sustentável”, o que vai ao encontro das análises de Canclini (1994) quanto afirma que o efetivo resgate do patrimônio inclui sua apropriação coletiva e democrática, necessitando-se da criação de condições materiais e simbólicas para que todas as classes possam encontrar neste um significado e compartilhá-lo.

Além disso, a elaboração de projetos que sigam os preceitos do desenvolvimento sustentável ou do turismo responsável, possibilita experiências positivas também para os visitantes, por meio da participação interativa ou da ajuda desinteressada em danificar o ambiente cultural. Ocorrendo, desta forma, a mobilização de capitais e justificativas que valorizam e defendem a consciência cultural e ambiental (SANTANA, 2009).

Neste contexto, a partir de um mapeamento dos grupos organizados da sociedade civil e da elaboração de um perfil das lideranças da área, foram elaboradas oficinas de participação popular para discutir um plano para a Ribeira. Os objetivos destas oficinas foram: identificar a representatividade que membros presentes exercem sobre a comunidade; sensibilizar para a questão do planejamento participativo e a importância da atuação permanente de cada um dos membros ao longo do processo; analisar as expectativas do grupo com relação ao projeto e as experiências anteriores dos planos para a área; propor a construção coletiva de planos de ação tendo em vista a questão da viabilidade econômica, social e ambiental; construir conjuntamente os projetos para a Ribeira, atendendo às demandas da população, avaliando impactos positivos e negativos, promovendo o envolvimento e a participação de todos, de forma a gerar sustentabilidade; e auto avaliar

permanentemente o processo de realização das oficinas, verificando se os interesses estão sendo representados, se os mediadores estão sendo hábeis e se os membros percebem que estão produzindo uma proposta conjunta (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008).

Ao serem apontados os objetivos de sensibilizar as lideranças e moradores locais para a questão do planejamento participativo e de suas atuações permanentes no decorrer do processo e em propor uma construção coletiva dos planos de ação, imprimi-se no discurso do Estado o reconhecimento da necessidade de uma relação mais íntima e participativa entre este e a sociedade, remontando ao que Abreu e Chagas (2009) intitulam de “revolução silenciosa”.

Isto é, quando profissionais no interior do aparelho de Estado, possuidores de saberes específicos, associados aos segmentos da sociedade civil, com seus saberes tradicionais e locais, colocam em progresso um novo conceito de patrimônio cultural, cujo resultado pode vir a se converter em um “paradigma participacionista” (CANCLINI, 1994), concebendo o patrimônio e sua preservação em consonância com as necessidades globais da sociedade, onde a seleção do “o que” e “como” preservar é definida em um processo democrático, de modo que os principais interessados – sociedade – possam intervir no processo decisório a partir de seus hábitos e opiniões.

É válido lembrar que este discurso participativo das políticas culturais, característico da dimensão antropológica, revela um caráter contraditório de algo que é enunciado pelo Estado, mas que só pode ser concretizado por meio de uma iniciativa da sociedade, exigindo que haja uma reorganização das estruturas sociais, além de uma distribuição de recursos econômicos. Isto significa que o processo depende de mudanças radicais, pois as políticas culturais não conseguem, isoladamente, atingir o plano do cotidiano (BOTELHO, 2001).

A realização das oficinas de participação popular resultou na criação de quadros com a delimitação dos principais problemas e das prioridades para o bairro da Ribeira (Anexo A). A partir dos referidos quadros, os grupos de discussão indicaram as ações necessárias para a Ribeira e construíram um cenário futuro, tomando como base o que se considerava ideal para uma efetiva reabilitação do bairro (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008).

Apresentaram-se como ações sugeridas: a) bairro com moradias e com infraestrutura para a fixação dessas moradias (os grupos concluíram que essa estrutura virá em consequência das reivindicações dos futuros moradores); b) patrimônio histórico valorizado e restaurado (identificação do que deve ser restaurado e trabalhado para o turismo); c)

efetivação de um turismo cultural (que valorize todo o potencial histórico); d) valorização do Rio Potengi com o aproveitamento de seus recursos naturais como um potencial turístico; e) um Rio que possibilite passeios fluviais/prática de esportes náuticos; f) porto com terminal de passageiros no largo da Rua Chile; bairro boêmio (com vida noturna, casas de shows/eventos/pólo cultural de Natal); g) imagem recuperada de Centro Histórico e de detentor de valorosas memórias de Natal; h) drenagem e limpeza pública eficientes (erradicação desses problemas); i) um bairro seguro, com uma polícia comunitária eficiente.

Fazendo um paralelo com a realidade atual, nota-se que a insatisfação com a segurança pública ainda é questão recorrente quando o assunto é a revitalização do Centro Histórico de Natal. Durante novas entrevistas com os moradores locais (DADOS DA PESQUISA, 2015) todos os respondentes declararam que estão insatisfeitos e que a segurança pública nos bairros que compõe o Centro Histórico está “péssima” e/ou em estado de “calamidade”.

Alguns entrevistados destacaram que após o início da atual administração do Governo do Estado do Rio Grande do Norte – que assumiu em janeiro de 2015 –, notou-se a presença de maior policiamento nos bairros, entretanto, ainda de maneira incipiente e apenas durante o dia. O período noturno foi apontado como o mais perigoso, momento em que a população tem uma maior sensação de insegurança e os prédios históricos ficam vulneráveis a invasões e furtos, pois só contam com vigilância privada durante os turnos matutino e vespertino.

Analisando as demais ações sugeridas no Plano de Valorização para o cenário futuro da Ribeira, nota-se que emerge do discurso da própria sociedade civil organizada a percepção da necessidade de restaurar e valorizar o patrimônio cultural da cidade, percebendo a efetivação da atividade turística de cunho cultural um dos meios de revitalização e valorização do potencial histórico e cultural da área da Ribeira.

Diante deste cenário, apresentam-se como metas do plano de valorização turístico cultural do PRAC/Ribeira: promover a requalificação da Ribeira como produto turístico-cultural, de forma que as intervenções possam significar a emergência de uma identidade para o bairro como centro histórico e cultural de Natal, consolidado pela valorização do patrimônio histórico e pelo o aproveitamento do espaço para lazer cultural e entretenimento, privilegiando as manifestações culturais e proporcionando qualidade de vida para a população; e posicionar a transformação da Ribeira em espaço para o desenvolvimento do empreendedorismo, do exercício da cidadania e para a geração de emprego e renda através

dos princípios do turismo sustentável (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008).

Com o objetivo de atingir as metas propostas, o Plano de Valorização apontou algumas ações necessárias contidas em projetos, que se justificam pelas demandas e sugestões feitas durante a realização do diagnóstico e das oficinas de participação popular. O documento PRAC/Ribeira (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008, p. 221) destaca que o plano de ações “parte do princípio de que educação e organização da sociedade civil são elementos básicos e fundamentais em qualquer projeto de desenvolvimento do turismo cultural”, assim sendo apresentam-se como base se dois projetos considerados suportes: educação patrimonial e ribeira organizada.

Quadro 2 – Ações sugeridas no diagnóstico participativo com as lideranças

AÇÕES NECESSÁRIAS	
Grupo 1: “Nova Ribeira”	1 Incentivo à moradia; 2 Turismo cultural; 3 Política de bairros (preocupação efetiva com o desenvolvimento do bairro colocando projetos em prática); 4 Reaproveitamento dos prédios vazios: equipamentos públicos (trazer para o bairro escolas de informática, base de guardas municipais, entre outras coisas que possam “dar vida”).
Grupo 2: “Para dar vida a Ribeira”	1 Moradia: 50% do bairro habitado; 2 Zona de comércio com estímulos fiscais; 3 Turismo por via fluvial: passeio de barco (aproveitamento da beleza do por do sol); 4 De volta a boêmia: casas de show, casa culturais e restaurantes (espírito boêmio do passado recuperado); 5 Segurança: polícia comunitária atuante; 6 Abrigar centros administrativos: governo federal, estadual e municipal; 7 Manutenção das drenagens e limpeza pública; 8 Ribeira para todos (sem diferenciação social, sem discriminação para o turista e para a população).

Grupo 3: “Ribeira para todos”	1 Ribeira para todos: habitação, comércio, turismo, serviços, lazer, cultura e educação; 2 Ribeira de frente para o rio: por um porto setoriado (sem ampliação da sua área fiscal), dotado de terminal de passageiros no Largo da Rua Chile; realocação das empresas de pesca. 3 Ações: vontade política dos governantes através de ações concretas; melhorias da infra-estrutura; ações de vanguarda para com o patrimônio arquitetônico; criação de imagem positiva para o bairro; política de desenvolvimento para o bairro que contemple todos os segmentos econômicos, assegurando seu desenvolvimento sustentável com a preservação do seu patrimônio cultural; 5 Exploração dos potenciais do bairro.
--------------------------------------	--

Fonte: Tinoco; Bentes Sobrinha; Trigueiro, 2008.

O Plano de Valorização Turístico Cultural ressalta “a ausência de valorização da área como patrimônio histórico pela população natalense e a falta de identidade da Ribeira” como pontos levantados como empecilhos para um projeto de desenvolvimento da área. De acordo com o Plano é “fundamental, portanto, recuperar o valor histórico do bairro e a importância de seu patrimônio no cenário potiguar.” Ainda de acordo com o Plano (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008, p. 223):

Transformar o patrimônio em atrativo turístico significa atribuir-lhe um valor econômico, que está intimamente relacionado ao valor simbólico, ou seja, ao que esse patrimônio significa em seu local de origem. Para resgatar esse valor simbólico e promover a compreensão da importância e a conseqüente valorização do patrimônio é necessário um processo educativo.

Aponta-se, portanto, a educação patrimonial como um instrumentos de gestão, como um caminho pedagógico desenvolvido junto à comunidade local, a partir de ações educacionais, com o intuito de promover e estimular a conscientização do entendimento e preservação dos bens patrimoniais. Este processo permanente e sistemático de trabalho educacional tem como objetivo levar os sujeitos sociais envolvidos a um processo ativo de conhecimento, de apropriação e de valorização de sua própria herança cultural, a partir de uma capacitação para o melhor usufruto dos bens patrimoniais, propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999). De acordo com Barros (2004), por meio deste processo educativo-cultural, no qual o patrimônio é fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, é possível evitar o desenraizamento dos moradores, uma vez que será gerada uma política de valorização e de conscientização.

Nesta perspectiva, o Plano de Valorização baseia os objetivos e estratégias (anexo A) do projeto de educação patrimonial no entendimento de que esta deve ser discutida e acontecer de forma permanente no espaço escolar, nas bibliotecas, museus e nas próprias ruas. Fazendo-se necessário “o estímulo a pesquisa e criação de novas metodologias que possam enriquecer o processo de ensino e aprendizagem e extrapolar os muros da escola, adentrando-se no universo da família e da própria comunidade.” (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008, p. 223).

De acordo com a superintendente do IPHAN-RN (DADOS DA PESQUISA, 2015), é função primordial do Instituto promover as ações voltadas para a educação patrimonial, a fim de estabelecer um contato direto com os proprietários de imóveis preservados, para explicar e informar sobre o tombamento e suas restrições, além de abrir um canal mais efetivo de comunicação com a população, com o intuito de educar para o patrimônio.

Entretanto, a entrevistada salienta que ainda que todas as intervenções do IPHAN devam acontecer paralelamente às ações de educação patrimonial, estas raramente acontecem pois esbarram na grande demanda de trabalho e na escassa infraestrutura de recursos humanos da instituição no Rio Grande do Norte, assim como na maioria dos estados brasileiros (DADOS DA PESQUISA, 2015).

Além da preocupação com a realização continuada da educação patrimonial, o Plano de Valorização destaca também a importância central de uma gestão conjunta para seu desenvolvimento e sustentabilidade. Sugere-se, portanto, o projeto Ribeira organizada, contemplando a formação de uma comissão de acompanhamento e monitoramento de ações (objetivos e estratégias do projeto detalhados no Anexo A).

Porém, a realidade é que o Plano de Valorização Turístico Cultural da Ribeira, assim como a maior parte dos planos desenvolvidos visando à revitalização do sítio histórico da cidade, não obteve força para ser realizado na íntegra, de modo que apenas algumas ações pontuais foram contempladas. Sobre o assunto, a superintendente do IPHAN (DADOS DA PESQUISA, 2015) explica que o conflito de interesses entre os setores público e privado, relacionados à restrição de uso dos bens e ao usufruto econômico destes, dificulta e até mesmo impossibilita a realização de uma ação coordenada entre os agentes federados, estagnando o desenvolvimento de um planejamento conjunto à longo prazo. Por várias questões de ingerência política, de prazos, de carência de recursos humanos e financeiros, os projetos acabam sendo paralisados.

Tal realidade somada aos altos custos preservacionistas, que inviabilizavam os projetos ou permitiam somente implantações parciais, e à forte pressão imobiliária sofrida pelo crescimento da cidade ameaçando suas áreas de ocupação mais antigas, compõe os fatores que justificaram e resultaram em um trabalho de pesquisa direcionado para o tombamento do sítio histórico de Natal (MELO; SILVA FILHO, 2007).

Em 2006 foram iniciados os estudos pela então Sub-Regional do IPHAN no Rio Grande do Norte – atual Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Norte – com apoio do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) visando o tombamento federal do Centro Histórico de Natal. As pesquisas realizadas no intuito de conhecimento do processo de formação e evolução da cidade de Natal permitiram a identificação e documentação das edificações que já haviam sido tombadas isoladamente e das de interesse de preservação.

Posteriormente compilados em um dossiê, os resultados desses estudos embasaram a solicitação de tombamento apresentada em 2008, por meio do Processo de Tombamento nº 1558-T-08, e aprovada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no ano de 2010. Isto significa que o “Centro Histórico de Natal foi reconhecido como Patrimônio Cultural Nacional [...] devendo, portanto, ser preservado e protegido de qualquer dano ou destruição, para usufruto de todas as gerações presentes e futuras” (IPHAN, 2010, s/p).

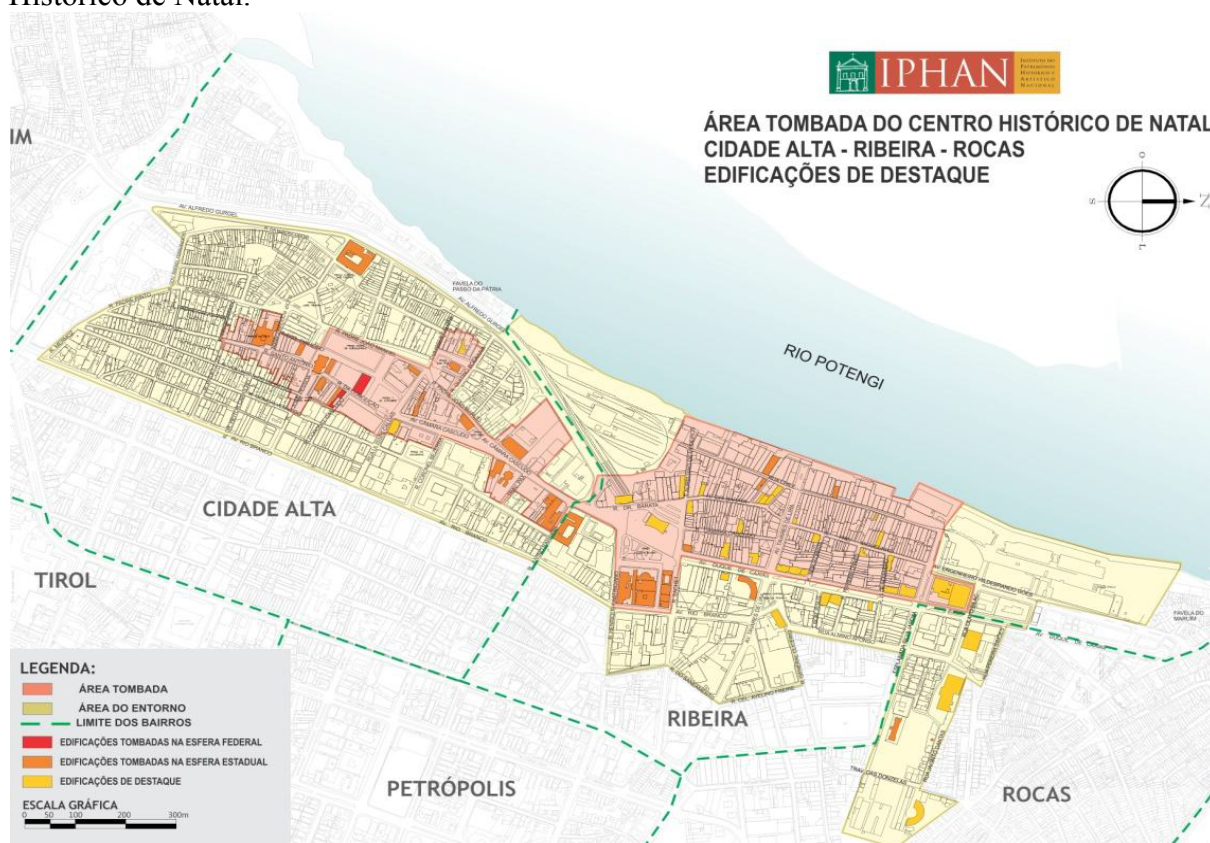
O levantamento técnico realizado para subsidiar a proposta de tombamento utilizou a metodologia do Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos (INBI-SU) do Departamento de Documentação do IPHAN, que leva em consideração três abordagens distintas e inter-relacionadas: a pesquisa histórica, a fim de coletar informações gerais a respeito da formação e desenvolvimento do sítio; o levantamento físico-arquitetônico, por meio do registro das características e condições físicas de cada edificação; e a entrevista com moradores e usuários, para abordar dados socioeconômicos e registrar opiniões sobre a cidade (REZENDE, 2007).

Segundo Melo e Silva Filho (2007), na publicação Centro Histórico de Natal, durante o estudo foram realizados dois tipos de levantamento das edificações para o pedido de tombamento: o levantamento completo, adotado para as edificações de notável mérito histórico e/ou artístico; e o levantamento resumido, utilizado para o restante do sítio, incluindo edificações contemporâneas, tendo em vista que todas as edificações localizadas no perímetro de tombamento tinham que ser documentadas. Quanto aos critérios adotados para a delimitação da poligonal de tombamento, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2008, p. 187-188) indica que:

Na Cidade Alta, ainda hoje importante centro administrativo e religioso, recortou-se o tecido de ocupação mais antiga onde estão implantadas diversas edificações protegidas em âmbito estadual e outras duas tombadas individualmente pelo próprio IPHAN. Descendo para a Ribeira – por onde passava o caminho de acesso à fortaleza dos Reis Magos –, área de entrada e saída da cidade inicialmente pelo rio Potengi e posteriormente pela ferrovia, destacou-se o tecido que guarda maior harmonia entre a estrutura de quadras e lotes e o volume das edificações.

Esta poligonal de tombamento, representada na Figura 4, a seguir, possui a função de “disciplinar os usos compatíveis com a importância cultural do seu Centro Histórico e combater as pressões negativas exercidas sobre o local”, no intuito de trazer benefícios econômicos e sociais, contribuindo para o desenvolvimento das cidades e melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes (IPHAN, 2010, s/p).

Figura 4 – Ilustração da delimitação das poligonais de tombamento e de entorno do Centro Histórico de Natal.



Fonte: Adaptada de IPHAN (2010).

O processo de tombamento entende que os quarteirões que compõem esta poligonal ainda conservam características que remetem aos primeiros séculos da história do Brasil, com importantes aspectos da ação da colonização portuguesa, por meio de um conjunto que concentra edificações, tanto de expressão quanto modestas, que precisam ser preservadas por “contar” parte significativa da história da cidade.

Caracterizadas como áreas eminentemente comerciais e de serviços, os bairros de Cidade Alta e Ribeira têm também uma forte presença de edifícios com uso institucional. Concentradas em 55%, além de 15% dos imóveis vagos, estas atividades resultam em um esvaziamento da área principalmente no horário noturno e nos finais de semana, o que aumenta a sensação de perigo e medo para os habitantes. Diante disto, tem sido consenso a importância do incentivo ao uso habitacional deste espaço, a fim de dar vida aos bairros em tempo integral e possibilitar o aumento do sentimento de pertencimento da população com o local (MELO; SILVA FILHO, 2007).

De acorno com pesquisas de Elali (2006) e de Monteiro, Trigueiro e Roazzi (2003), o bairro da Ribeira é visto pela população de Natal como um local antigo que guarda valor histórico e cultural – identificada como principal qualidade urbana positiva pelos respondentes das pesquisas mencionadas –, sendo representado principalmente por seu conjunto edificado, frequentemente citado como imagem que sintetiza e identifica o bairro.

A ocupação residencial apresenta-se mais significativa na Cidade Alta, apresentando em 2010 um número de 7.123 habitantes com residência em áreas contíguas à poligonal de tombamento. Em contrapartida, a Ribeira apresenta uma baixa densidade habitacional, com 2.222 residentes até 2010, segundo dados da Prefeitura Municipal (NATAL, 2012), resultando em diversos planos de reabilitação urbana concentrados no bairro, como o PRAC/Ribeira anteriormente analisado.

Os dados coletados na presente pesquisa (2015), por meio da realização de entrevistas com moradores da Ribeira e da Cidade Alta, apontam que a população local interpreta o Centro Histórico de Natal como a representação da memória da cidade, onde é possível encontrar e observar construções antigas que contam a evolução história da cidade. Além disso, os respondentes da pesquisa destacaram a importância de se preservar o centro antigo de Natal, a fim de que as novas gerações, tanto de moradores quanto de turistas, tenham acesso à conhecer a história da cidade por meio do patrimônio cultural preservado.

Na última década, a cidade de Natal foi contemplada com dez projetos aprovados no PAC Cidades Históricas pelo Governo Federal. As obras já iniciadas na cidade contam com um investimento total de R\$ 43.478.414,26 para o restauro dos seguintes monumentos: Fortaleza dos Reis Magos, Casarão do Arquivo Arquidiocesano, antigo Grupo Escolar Augusto Severo, prédio da Secretaria de Tributação do Município, Armazém Real da Capitania e do Palácio Felipe Camarão, além da requalificação de dez praças do Centro Histórico e a restauração do Casarão da Escola de Danças do Teatro Alberto Maranhão. Visando o desenvolvimento turístico regional, as ações apresentadas pelo Programa estão

relacionadas à instalação de mobiliário urbano e sinalização turística, à capacitação de agentes para o desenvolvimento do turismo cultural, além da promoção do patrimônio cultural das cidades históricas (BRASIL, 2013).

É válido destacar que os interesses de uso das áreas tombadas relacionados com o turismo cultural e o ecoturismo são estimulados e apoiados pelo IPHAN por meio da Lei nº 6.513/77, que dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico e sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural. De acordo com o Instituto (IPHAN, 2013), o incentivo ao turismo cultural se justifica pela inter-relação do turismo com o patrimônio, sendo este último objeto de interesse do primeiro.

Entretanto, a superintendente do IPHAN-RN (DADOS DA PESQUISA, 2015), alerta para os efeitos negativos que podem ser gerados com o desenvolvimento de um turismo mal planejado e baseado apenas nos benefícios de caráter econômico advindos da atividade. De acordo com a entrevistada, vários modelos implementados em outras cidades brasileiras, como Salvador, Paraty e Tiradentes, geraram ótimos resultados para o turista, mas em contrapartida ocasionaram uma supervalorização dos imóveis dos centros históricos, afastando a população destes espaços.

O que aconteceu nestes casos foi o efeito “rebote” do turismo, pois ao mesmo tempo em que as cidades passaram a se beneficiar com os lucros financeiros gerados pela atividade, possibilitando a manutenção do patrimônio local; as populações residentes foram excluídas do processo, característica que foge aos preceitos do planejamento participativo e do turismo sustentável (ABREU; CHAGAS, 2009; CANCLINI, 1994).

A superintendente do IPHAN (DADOS DA PESQUISA, 2015) pondera que a atividade turística não pode ser inteiramente conduzida de acordo com as demandas e forças do mercado, pois estas muitas vezes vão de encontro às medidas de preservação necessárias aos centros históricos urbanos, seguindo pelo viés dos benefícios econômicos e, consequentemente, estimulando a criação de centros de consumo e a espetacularização do patrimônio cultural.

Tais afirmativas corroboram com as análises de Harvey (1996) sobre as reformulações de centros históricos urbanos a fim de atender às demandas turísticas. O processo de “espetacularização”, ou seja, de camuflagem ou remoção de elementos “indesejáveis”, ao mesmo tempo em que se enfatiza ou simplesmente “cria” elementos desejáveis, sem qualquer ligação com a história ou a cultura da localidade, tendem a transformar os sítios históricos em cenários banais e as comunidades locais em museus performáticos de práticas patrimoniais.

Estes modelos característicos da pós-modernidade nas cidades têm como base, portanto, o consumo e não a produção, refletindo em uma ideologia empresarial do governo que concebe o planejamento de forma fragmentada, selecionando áreas capazes de atrair o capital. De acordo com Luchiari (2005, p. 101), em diversos países o redesenvolvimento de zonas portuárias e de centros históricos de cidades industriais são exemplos dessa prática de gestão, com a realização de projetos de revitalização que capturam as singularidades do lugar, manifestadas em seu patrimônio arquitetônico e imaterial, reinventando a memória local, resgatando o seu capital simbólico e cultural como espetáculo, e padronizando as suas formas, “tornando-as atrativas para a mercantilização do lugar que, no processo de acumulação flexível, é transformado em mercadoria turística”.

Esta perspectiva setorial e competitiva se torna mais destrutiva quando não existem programas públicos que “definam o sentido do patrimônio para toda a sociedade, regulem energicamente o desenvolvimento econômico e estabeleçam um marco geral – baseado em interesses coletivos – para o desempenho de cada setor do capital” (CANCLINI, 1994, p. 101). Diante dessas novas mudanças de produção, circulação e consumo na cultura que se refletem em alterações do patrimônio simbólico com relação aos quais são definidos os perfis da vida cotidiana e os traços de identificação de grupos, exige-se que seja modificado também o entendimento de patrimônio adotado pelas políticas públicas, a fim de minimizar os efeitos negativos advindos da “exploração” do patrimônio cultural.

De acordo com Botelho (2001, p. 75) “a cultura, em sentido lato, exige a articulação política efetiva de todas as áreas da administração. [...] Para que isso realmente se torne efetivo, a área cultural depende, mais do que tudo, da força política que consiga ter junto ao poder Executivo”. Portanto, sabendo que as políticas culturais não são capazes de atingir, isoladamente, o plano do cotidiano, ou seja, de uma dimensão antropológica da cultura, uma importante estratégia capaz de intervir objetivamente nessa dimensão seria aquela voltada para a cultura dentro do aparato governamental. Trata-se da delimitação de estratégias específicas para uma atuação diante dos desafios da dimensão antropológica, que será incorporada por instâncias diversificadas de poder, por meio de uma política pública que saiba delimitar claramente seu universo de atuação.

4.2 AÇÕES DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E VISÃO DOS MORADORES LOCAIS

O recente tombamento do Centro Histórico de Natal pelo IPHAN se sobrepôs às normas locais de regulação do solo urbano, representando uma importante mudança na condução do processo de planejamento da gestão pública do município. Portanto, para dar continuidade às ações dirigidas ao Centro Histórico, os gestores públicos precisam necessariamente considerar este novo contexto, dialogando com ele e com os diferentes agentes públicos e privados que compõem esse cenário.

Destaca-se que o tombamento se configura como um instrumento de proteção da área histórica bem mais rigoroso do que a lei que trata da ZEPH, e, embora o perímetro da ZEPH não seja coincidente com a poligonal de tombamento, está totalmente inserido nos limites da área de entorno, o que significa que toda a área que atualmente é regida pela ZEPH, passou a estar sob a tutela do IPHAN (NATAL, 2010).

Entretanto, isto não retira do município o poder de legislar sobre a área protegida, pelo contrário, é justamente o resultado das diretrizes do IPHAN somadas à consolidação de uma legislação municipal adequada que pode conduzir pelo caminho necessário para a boa gestão do Centro Histórico. Nesta perspectiva, visando compreender o campo investigado e atingir ao objetivo de identificar as estratégias e ações de incentivo à utilização turística do Centro Histórico de Natal desenvolvidas pelos gestores públicos municipais responsáveis, a pesquisa empírica foi realizada por meio de reuniões previamente agendadas com gestores públicos municipais – à saber, com o secretário municipal de turismo Fernando Bezerril e o secretário municipal de cultura Dácio Galvão – e com a superintendente do IPHAN-RN Andréa Virgínia Freire Costa, baseadas em um roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndices A, B e C, respectivamente).

Além dos encontros com gestores públicos municipais, realizaram-se visitas esporádicas – entre os meses de novembro de 2014 e abril de 2015 – aos bairros que compõem o Centro Histórico de Natal para entrevistar moradores locais. Neste momento, utilizaram-se métodos de observação e diálogos informais com a população residente nos bairros de Cidade Alta e Ribeira, buscando verificar a percepção da referida população à respeito do tombamento do Centro Histórico mencionado, além da opinião de tais personagens quanto ao uso turístico do patrimônio cultural da localidade.

Utilizou-se a técnica qualitativa de saturação teórica que resultou numa amostra de 50 moradores locais, sendo 25 destes residentes do bairro de Cidade Alta e os outros 25

do bairro da Ribeira. Os moradores entrevistados vivem nos referidos bairros há um período de tempo que varia entre 2 e 40 anos, destes, apenas 5 dos entrevistados vivem no bairro a menos de 5 anos, ou seja, começaram a residir nos bairros após a oficialização do tombamento do Centro Histórico de Natal. Quanto ao grau de escolaridade, 35 entrevistados possuem segundo grau completo e os demais, 15 moradores, possuem nível superior completo.

Foi unânime entre os gestores públicos e os moradores locais entrevistados o reconhecimento da importância de se preservar o Centro Histórico de Natal, como garantia de que as gerações futuras terão a oportunidade de vivenciar este espaço de história e cultura. Quanto ao tombamento do centro antigo, o secretário municipal de cultura afirma que se caracteriza como aspecto positivo a existência de uma lei que proteja esta área histórica e seus monumentos. Entretanto, destaca que apenas a existência da lei não garante um aspecto de revitalização para este espaço, sendo necessárias ações por parte do poder público para resgatar os aspectos simbólicos deste espaço perante a população e, consequentemente, atrair os turistas.

Para se discutir as dimensões materiais e simbólicas de um determinado espaço geográfico, faz-se necessário compreender o lugar como uma construção social em permanente estado de transformação, com a participação de distintos agentes que interagem entre si, resultando em relações repletas de significados. Tais significados representam um conjunto de valores, códigos culturais e posturas que configuram um elo entre os habitantes do lugar com um passado socialmente construído, possuidor de memória e identidade coletiva (LYNCH, 1988). Sob esta ótica, o patrimônio cultural de um lugar possibilita a recordação da própria ação humana em diferentes períodos de tempo, de modo que todo cidadão acaba estabelecendo numerosas relações com algumas partes da cidade, criando uma imagem cheia de memórias e significações.

Os centros históricos, neste contexto, apresentam-se como portadores de elementos que compõem a paisagem urbana, por meio dos quais se estabelecem constantes fluxos de relações sociais e culturais, de circulação de bens simbólicos, de deslocamento de visitantes e manifestações culturais (CASTROGIOVANNI, 2001). Tais espaços devem, portanto, ser apreendidos como lugares dinâmicos em constante transformação, como símbolos de práticas cotidianas, de consagração popular e entretenimentos de vivências compartilhadas, como mecanismo de reposição de memórias e identidades. De acordo com Carvalho e Simões (2012, p. 199):

Todos esses símbolos são identificados pelos moradores e integram um conjunto de referências que permitem aos habitantes de um dado espaço geográfico torná-lo significativo, transformando-o em lugar antropológico. Assim, pensar a cidade como representação social equivale a identificar as nuances das práticas sociais dos atores locais nos seus espaços de vivência, na medida em que ela se constitui em materialidade, de legados culturais, construtos de heranças compartilhadas pelos grupos sociais traduzidas em símbolos e significados conferidos ao longo dos processos históricos.

Desta forma, o patrimônio cultural é capaz de oferecer aos visitantes a possibilidade de identificarem a sua própria origem. Esta representação da memória vincula os indivíduos a experiências pessoais marcantes, enriquecendo os lugares com a atribuição de funções simbólicas, recebidas da decorrência de acontecimentos sociais (BALANDIER, 1980). Esta “capacidade do patrimônio de construir elos entre identidade e lugar na sociedade contemporânea relaciona-se intensamente ao modo como as políticas de preservação articulam as noções de história, memória e cultura local, regional ou nacional” (CARVALHO; SIMÕES, 2012, p. 199).

Mesmo diante da representatividade cultural do patrimônio, “não se pode esquecer que a área da cultura tende a ser vista como acessória no conjunto das políticas governamentais, qualquer que seja a instância administrativa” (BOTELHO, 2001, p. 76). Na prática, apenas o próprio setor cultural assume as responsabilidades que deveriam ser de toda a sociedade, fazendo com que, mesmo considerando a existência das políticas sociais democráticas, a dimensão antropológica fique em função de limitações concretas, reduzidas ao plano retórico.

Para a superintendente do IPHAN, o tombamento do Centro Histórico de Natal já teve por si só um significado simbólico, pois se caracterizou como uma desmontração de que a cidade reconhece que possui uma história e precisa preservá-la. Já do ponto de vista prático, destaca-se positivamente o aspecto de proteção, como uma forma de evitar e freiar a perda de monumentos históricos que ocorreu até então. Em contrapartida, o que aconteceu em Natal e na grande maioria dos centros históricos brasileiros é que o processo de tombamento ocorreu de maneira muito fechada, isto é, com pouco ou nenhuma participação da população no decorrer do processo.

Parece não haver, portanto, o reconhecimento da população como agente central no processo de efetivação da revitalização dos centros históricos urbanos. Ainda segundo a superintendente, na maior parte do planejamento e implantação das ações da gestão públicas a participação da população acaba não acontecendo. “Em diversos casos nota-se que é como se o processo de revitalização tivesse ocorrido a parte da própria população. A sensação que

passa é que para as pessoas que moram nos espaço de preservação, pouco importa se aquele lugar foi tombado ou não, elas continuam apropriadas do espaço da mesma maneira que eram antes” (DADOS DA PESQUISA, 2015).

Revela-se no discurso dos representantes oficiais do patrimônio a preocupação com a dimensão material do acervo arquitetônico, já enunciadas em documentos oficiais. Entretanto, ainda não conseguem atingir e sensibilizar a população local, que parece estar alheia a um processo que deveria ser democrático e fortalecedor do sentimento de pertencimento destes habitantes.

Outro aspecto negativo apontado é a relação conturbada (disputa de valores) que se dá entre os proprietários dos imóveis e o IPHAN, que impõe diversas restrições para o uso e a manutenção destes bens históricos. De acordo com a superintendente, tal aspecto negativo se agrava pela cultura da população, ou seja, pelo modo com que a população enxerga e interpreta as coisas, baseado em um modelo de desenvolvimento importado dos Estados Unidos da América, onde se impõe o progresso e o avanço, a construção do novo em detrimento do antigo, que acaba gerando uma disputa de valores entre o preservar a história e o abrir o caminho para o desenvolvimento – pelo menos pelo que a grande maioria dos brasileiros entende por desenvolvimento.

Neste ponto, remete-se aos valores de desenvolvimento e modernização propagados outrora – década de 1950, que abriram precedentes para a consolidação do modelo “arcaico” (CANCLINI, 1994) de política de preservação francês, caracterizado como estatal e centralizador visando atender interesses políticos do Estado, desenvolvendo uma noção de patrimônio de forma planejada e regulamentada, irremediavelmente ligados ao passado, de modo que os bens não conseguem ser inseridos no fluxo da vida presente. Parece, portanto, que os órgãos de incentivo ao patrimônio não foram capazes de sensibilizar de maneira eficiente a sociedade, de um modo geral, quanto a importância de preservação dos bens e seus valores simbólicos.

O secretário de turismo apontou como importante iniciativa da atual gestão municipal a criação de uma secretaria especificamente e exclusivamente destinada à cultura. De acordo com o referido gestor, uma vertente administrativa para a cultura auxilia diretamente a secretaria de turismo na realização de eventos de divulgação da cidade, além de possibilitar parcerias com projetos de renúncia fiscal advindos de leis tanto municipais como estaduais. Diante disto, não resta dúvidas de que o reconhecimento da importância do patrimônio cultural do Centro Histórico de Natal, por meio de iniciativas públicas, começa a

fazer parte da agenda dos discussos políticos e é alvo de investimentos para fins turísticos e recreacionais.

Sobre o assunto, o secretário de cultura destaca como importante ação da atual gestão municipal o estímulo e apoio contínuos à realização de festas tradicionais, ainda que principalmente às festividades de cunho católico. De acordo com o entrevistado, atualmente a secretaria auxilia as comunidades que solicitam verbas financeiras, por meio das leis de incentivo do governo federal e das emendas parlamentares com editais específicos.

Ainda que considere um novo e grande avanço o fato dos vereadores estarem atentos e conscientes quanto à destinação de recursos financeiros para tais finalidades, o secretário de cultura destaca que é preciso atentar para a divulgação dessas manifestações culturais, no intuito de que sejam realizadas não apenas internamente, mas também fora da cidade e do estado, de modo a atrair os turistas. Pois ainda hoje as iniciativas de divulgação da cidade realizadas em grandes eventos nacionais e internacionais, com o auxílio da secretaria de turismo e da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), por exemplo, são de pouco ou nenhum foco cultural, estando totalmente vinculadas ao turismo de sol e praia.

Destaca-se como uma iniciativa de cunho cultural que obteve sucesso na cidade, a ação domingo no parque, comandada pela prefeitura municipal, que gerou uma grande visitação ao museu Parque da Cidade. De acordo com o secretário de cultura, há uma participação significativa de visitação da população local nos espaços culturais de Natal, principalmente nos museus da cidade. Nota-se que quando a população frequenta estes espaços, o turista se sente atraído e começa a visitar também estes lugares. E para que isto ocorra no espaço correspondente ao Centro Histórico de Natal, a gestão municipal precisa pensar em transformar este espaço atrativo para a população, como, por exemplo, promover feiras de artesanato, de gastronomia e de música nas praças, que ocorram com determinada frequência. Existem pelo menos cinco equipamentos culturais concentrados só no espaço correspondente ao Centro Histórico, mas que esbarram na questão da violência e da insegurança pública.

É consenso entre os pesquisadores da área do patrimônio e do turismo a necessidade de identificação de usos para o patrimônio cultural preservado, principalmente o edificado, de modo crítico e imaginativo como maior estratégia de garantia de sua preservação, destacando o uso turístico como uma tendência crescente e que quando bem planejado é capaz de gerar não apenas benefícios econômicos, mas também sociais, ressaltando o valor simbólico do patrimônio (CANCLINI, 1994; FONSECA, 2005; ABREU, 2007; MAGALHÃES, 1985; SANTANA, 2009).

Sobre a temática, a superintendente do IPHAN-RN comenta que os estudiosos do patrimônio têm discutido cada vez mais que não se pode pensar em um uso exclusivo para os monumentos históricos tombados, pois o que garante a manutenção da preservação ao longo do tempo é o uso diversificado, em uma mistura de residências e serviços. É essa mescla de funções e de usos que gera a vitalidade dos centros históricos.

De acordo com a entrevistada, todas as iniciativas no Brasil e no mundo que tentaram definir um uso exclusivo para os centros históricos, acabaram não sustentando a vitalidade destes espaços. O que permite a sustentação de um centro dinâmico é a prática de diversos usos ao longo do dia e nos diferentes dias da semana. Entretanto, é válido ressaltar que a cidade tem vida própria, e ainda que o poder público tenha a função de incentivar a revitalização, traçar objetivos e ações que estimulem este processo, estas estratégias de gestão precisam ser coordenadas entre governos federal, estadual e municipal, sendo continuamente revistas e readequadas ao longo das alternâncias de governo, para que não sejam paralisadas no decorrer de seu desenvolvimento e acabem sendo abandonadas.

Ainda sobre o assunto, o secretário municipal de turismo comenta que a recuperação de diversos sítios históricos no Brasil e no mundo aconteceu quando se fez a junção da habitação com a recuperação de projetos culturais, como é o caso da Ribeira. Para o entrevistado, o bairro da Ribeira já começou a mudar sua imagem devido ao nascimento da estação de passageiros do porto, no valor de 70 milhões de reais, cujo primeiro imóvel é um prédio histórico tombado que remete à Segunda Guerra Mundial; além disso, “vamos trazer inclusive o projeto do pôr do sol do Iate Clube para este prédio, para que este atrativo turístico passe a ser um grande negócio” (DADOS DA PESQUISA, 2015).

Neste momento, aparece arraigado no discurso do gestor público os interesses pelos benefícios econômicos advindos do turismo, tratando a atividade e os bens históricos apenas como um grande negócio. É esta visão o responsável pela atual transformação do valor cultural em valor de mercado (MENEZES, 1999), proponto a fruição meramente visual dos lugares, subtraindo o significado cotidiano de cultura, assim como os sentimentos e símbolos que representam o pertencimento dos habitantes locais.

Quando solicitada a fazer uma avaliação das estratégias da atual gestão pública municipal para a revitalização do Centro Histórico de Natal, a superintendente do IPHAN-RN afirmou não recordar de ações recentes. Lembrou-se apenas de ações pontuais do governo federal, como por exemplo o PAC cidade históricas, visando a restauração de algumas praças, mas que não dispõem de ações contínuas capazes de propiciar a “revitalização” destes espaços. “Não se consegue ainda estabelecer uma ação coordenada entre todos os agentes

federados, o que inviabiliza o desenvolvimento de um planejamento à longo prazo, pois se começa a esbarrar em diversas limitações, em vários e distintos interesses – com as quais o setor público municipal está sempre muito atrelado – entre o setor público e privado (devido as interesses de restrição de uso do bem e com relação ao usufruto econômico destes)” (DADOS DA PESQUISA, 2015).

Tais percepções correspondem ao entendimento que diante da inserção do patrimônio no viés da produção e do consumo globalizado, surgem conflitos entre as limitações impostas pelos órgãos de preservação e as propostas de reformas e adequações dos prédios tombados feitas pelo agentes interessados na utilização destes bens. É exatamente a limitação do uso que se caracteriza como uma problemática que surge ao redor da questão preservacionista, de modo que os dispositivos legais que buscam resguardar o patrimônio vão de encontro com as tendências de especulação imobiliária.

Segundo a superintendente, percebe-se que trabalhar com a revitalização e com a compra de edificações tombadas para fazer de moradia popular, por exemplo, acaba mexendo com pessoas que estão especulando estes imóveis e não estão dispostas a abrir mão destes bens ou refuncionalizá-los, o que acaba surgindo como obstáculo e paralisando ações e projetos. Portanto, para que a revitalização possa acontecer surge a necessidade da implantação de um projeto global, reunindo múltiplos usos e atendendo à diferentes interesses.

Para o secretário municipal de cultura, existe um interesse muito grande por parte da gestão municipal por uma política de revitalização. Entretanto, de modo geral, as ações desenvolvidas atualmente envolvem apenas a produção de eventos culturais esporádicos nos espaços históricos.

Do ponto de vista do patrimônio o gestor admite que as ações ainda são muito morosas, pois quando se começa a trabalhar com equipamentos como o bens históricos, subentende-se a necessidade de uma infraestrutura muito maior e de um projeto realizado à longo prazo, capaz de restaurar, revitalizar, e transformar um monumento em um equipamento cultural, por exemplo. Além disso, ainda se faz necessária uma manutenção constante, o que demanda um recurso financeiro regular por parte das instituições mantenedoras. Percebendo esta realidade, compreende-se que após a legitimação das políticas de preservação, “o tombamento se torna uma pedra no sapato de qualquer gestor público, pois há a necessidade de um suporte financeiro muito mais amplo para tomar conta do patrimônio” (DADOS DA PESQUISA, 2015).

É da necessidade de encontrar uma sustentabilidade financeira para os bens patrimoniais que surge a prática da atividade turística nos centros históricos tombados. Por meio da promoção turística voltada para a cultura, as cidades buscam contemplar o patrimônio cultural como um eixo de desenvolvimento e desenvolvem uma estratégia para suportar os altos custos de recuperação e manutenção desses lugares e de suas expressões culturais (MURTA, 2002).

De acordo com o secretário de turismo, os interesses do poder público municipal para a ampliação da oferta turística da cidade com foco no desenvolvimento do turismo cultural são muito grandes, destacando como principal motivo a ampliação de tempo de permanência dos visitantes na cidade. “Sabemos que o turismo internacional busca o nosso destino de sol e praia, mas quando chega aqui se depara com uma cidade histórica, que tem um acervo cultural enorme, relacionado com a Segunda Guerra Mundial inclusive, que precisa ser melhor trabalhado e promovido”.

Na visão do secretário municipal de turismo a atividade turística pode auxiliar no processo de revitalização, por meio da “venda do turismo cultural, nos trabalhos de divulgação do turismo em Natal. O problema é que são trabalhos que nascem quando outro ainda não foi implementado. Quando ocorre a alternância de governo muda tudo, não tem continuidade. Eu conheço entre uns 6 ou 8 trabalhos muito bons [não soube apontar quais trabalhos]. Precisa-se botar todos esses em uma cesta e transformar em um, a fim de ampliar a permanência do turista na cidade” (DADOS DA PESQUISA, 2015).

Para o referido gestor municipal, a atividade turística é muito importante neste processo, pois se apresenta como “metade da revitalização, porque traz o turista, que traz o dinheiro, que aquece a economia, que valoriza, gera emprego e renda, gera vida. A espaços turísticos e culturais da cidade não vivem só da participação do cidadão, porque este costuma visitar estes espaços apenas uma vez e não volta mais”.

Identifica-se na fala do gestor o entendimento da cultura, e dos bens materiais e simbólicos que a compõem, como mercadoria turística, que pode ser comercializada por meio da sua transformação em espetáculo para o estímulo de um processo de acumulação flexível (LUCHIARI, 2005; OURIQUES, 2005; CANCLINI, 1994). Percebe-se, diante desta ótica, um planejamento e gerenciamento de políticas públicas que seguem rumo a uma herança adquirida e consolidada por uma visão tecnocrata, centralizando as decisões em detrimento do planejamento participativo.

Sobre o assunto, o secretário municipal de cultura afirma que “com certeza o turismo pode auxiliar no processo de revitalização”, destacando como exemplo para tal

constatação a importante representatividade da visitação turística aos museus como equipamentos sustentáveis para as comunidades. Está havendo uma transformação em vários países onde os museus são construídos especificamente para auxiliar na revitalização de áreas degradadas ou em processo de degradação, e neste caso conta-se com o retorno da comunidade, mas principalmente com os recursos obtidos com as visitas turísticas (DADOS DA PESQUISA, 2015).

Entretanto, este mesmo gestor do ramo da cultura pondera que, em uma perspectiva recente, não existe por parte da gestão pública municipal ações que estimulem a população a conhecer os espaços de cultura da cidade. “A educação patrimonial é muito precária em Natal e em todo o Estado do Rio Grande do Norte”. Trata-se de uma questão cultural, que vem gradativamente se modificando diante das discussões para o desenvolvimento de novas políticas públicas relacionadas à cultura e outros aspectos. Percebe-se que o pensamento moderno está começando lentamente a despertar um novo entendimento dos gestores e da população, mas é uma consciência que só vai se modificar a médio e longo prazo (DADOS DA PESQUISA, 2015).

Quanto às ações e programas do poder público municipal que vislumbram o desenvolvimento da atividade turística como alternativa para a revitalização do Centro Histórico de Natal, o secretário de turismo afirmou que existem ações com a parceria da Capitania das Artes e da Fundação José Augusto, que ocorrem durante os grandes eventos do turismo para difundir o patrimônio cultural da cidade. Além dessas parcerias para ações de divulgação, existem projetos de sinalização turística em fase de implantação. Quanto à educação patrimonial, acaba de ser desenvolvido o projeto da prefeitura municipal chamado Educando para Turismo em escolas municipais com jovens de 9 a 17 anos [não soube explicar como se desenvolve o projeto].

Quanto às parcerias estabelecidas com empresas privadas como incentivo ao desenvolvimento do turismo no espaço correspondente ao Centro Histórico de Natal, o gestor destacou a “existência de parcerias com a Federação do Comércio e com o Sebrae (Sistem S) visando capacitação de idiomas e prestação de serviços turísticos, além do auxílio na divulgação do destino Natal, por meio da Fundação Natal Convention Bureau. Existe uma proximidade muito grande das instituições públicas com as privadas, isso é um sucesso de Natal principalmente no ramo da hotelaria que auxilia muito na divulgação do destino. Existe parceria com espaços culturais como a Casa da Ribeira, o Solar Bela Vista e mesmo quando a secretaria não dispõe de recursos para disponibilizar, faz-se o papel de captação de recursos junto ao Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste”.

Já o secretário municipal de cultura afirmou desconhecer a existência de tais parcerias, acreditando que estas não estão acontecendo. Justifica-se tal afirmativa salientando que praticamente todos os museus e equipamentos culturais do Centro Histórico de Natal estão em condição de degradação, como por exemplo o Museu Café Filho, o Museu de Arte Sacra, o Memorial Câmara Cascudo, por falta de principalmente auxílios financeiros mantenedores destes espaços.

Quanto às diretrizes estabelecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que orientem o modo como a atividade turística deve ser desenvolvida em lugares e prédios tombados, a superintendente do Instituto no estado do Rio Grande do Norte informou que esta é uma questão que fica à cargo da administração de cada bem tombado estabelecer diretrizes específicas que deverão ser seguidas pela atividade turística. As funções do IPHAN relativas à gestão do Centro Histórico de Natal permeiam pela anuência de alteração em qualquer edificação dentro do perímetro de tombamento. “Qualquer projeto de alteração ou reforma (como pintura, troca de esquadria, modificação interna, etc.) deve ser apresentado ao IPHAN, a fim que sua realização seja avaliada e possivelmente autorizada pelo Instituto. Caso o projeto não esteja adequado e não seja autorizado, o IPHAN dispõe de técnicos que irão orientar os melhores ajustes e procedimento a serem realizado” (DADOS DA PESQUISA, 2015).

A superintendente ressalta a escassez de arquitetos (no mercado de trabalho de modo geral) qualificados para trabalhar com a complexidade dos projetos de restauro. Toda intervenção em bem tombado deve passar pelo IPHAN atualmente, seja em bens privados ou bens e espaços públicos. Todo grande projeto ou grande ação que contemple alguma área tombada também passa pela análise do IPHAN. É função do Instituto ainda a realização de fiscalizações permanentes desses bens e espaços tombados. Ademais, a grande missão do Instituto é a questão da preservação do patrimônio, isto é, incentivar a compreensão da importância dos bens tombados e de sua preservação para toda a sociedade.

Quanto à previsão de um futuro para o centro histórico com relação à preservação, utilização e revitalização deste espaço, deparou-se com duas visões distintas. O secretário de cultura apresentou uma visão pessimista, afirmando que no âmbito da museologia não vê saída, principalmente após o insucesso dos projetos que vislumbra o legado da Copa do Mundo de Futebol, organizada pela Federação Internacional de Futebol – FIFA, que prometeu recursos para restaurar e revitalizar todos os museus da cidade, mas “não saiu do papel”.

Já o IPHAN-RN apresentou uma expectativa particularmente muito otimista. Acredita-se que com as obras do PAC Cidades Históricas cada vez mais o turismo cultural

vem crescendo, não apenas em Natal mas no Brasil. Observa-se que os turistas estão cada vez mais autônomos e interessados pelos aspectos culturais. Acredita-se que o tombamento do Centro Histórico de Natal foi um passo muito importante para a preservação, mas é relevante que os prédios chaves, ou seja, os principais monumentos dentro do perímetro de tombamento, sejam cada vez mais destacados para atrair a visitação do espaço tombado como um todo.

Frisa-se a necessidade de se criar um hábito, uma cultura de conhecer e frequentar esse bens, de ir aos museus e de apresentar o Centro Histórico aos visitantes. A própria população precisa se apropriar da sua cidade e dos seus aspectos culturais. O turismo cultural vem ganhando muita evidência e tem tudo para melhorar ao longo do tempo, o que gera para o IPHAN uma responsabilidade muito grande, de disciplinar, de orientar, de tentar traçar os vetores para a preservação do Centro Histórico.

Analisando todos os discursos apresentados, parece não haver um diálogo entre os gestores municipais e os órgãos oficiais de preservação do patrimônio, nem mesmo um consenso entre a própria gestão pública municipal. Constata-se, deste modo, que não há um processo integrado de planejamento da gestão pública do município voltado para a administração sustentável do Centro Histórico de Natal. Tampouco, ocorre uma interação efetiva com a sociedade civil, a fim de integrá-la ao processo de planejamento desse espaço simbólico e de memória.

Apesar de pouco privilegiada e sensibilizada à respeito da preservação de seu próprio patrimônio cultural, toda a amostra de moradores locais entrevistados nesta pesquisa reconheceu a importância do tombamento do Centro Histórico de Natal, como um primeiro passo para a conservação da história local e para garantia do conhecimento das gerações futuras e dos turistas sobre a história da cidade.

Os moradores entrevistados declararam não ter percebido mudanças significativas na dinâmica dos espaços históricos após o tombamento dos prédios e praças da Cidade Alta e Ribeira. Alguns chegaram a declarar que os cuidados com a preservação “ocorreram só no papel”, pois a maioria dos prédios históricos continua em constante processo de degradação e decadência (DADOS DA PESQUISA, 2015).

Apesar de demonstrarem certa indignação por não perceberem iniciativas de restauração dos bens tombados e de revitalização do Centro Histórico, os moradores entrevistados afirmaram que estão satisfeitos com o legitimado do processo de tombamento estabelecido pelo IPHAN, pois é uma “forma de garantir/auxiliar a preservação do patrimônio”. Agregando informação, os próprios respondentes frisaram que o tombamento

não garante a revitalização deste espaço de memória, sendo fundamental a função dos governantes em gerir este patrimônio preservado (DADOS DA PESQUISA, 2015).

Quando questionados sobre os usos adequados para os prédios e monumentos tombados, os moradores foram unânicos em sugerir a utilização destes como repartições públicas, além de museus, espaços culturais e turismo. Todos os entrevistados acreditam que o desenvolvimento da atividade turística no Centro Histórico de Natal é uma alternativa de uso e deve ser incentivada. Defendeu-se que os gestores locais não deve divulgar e investir apenas o turismo de sol e mar, mas também o turismo cultural.

Os moradores declararam perceber a presença das visitas turísticas no Centro Histórico de Natal, tanto nacionais quanto internacionais, afirmando que estes visitantes demonstram um genuíno interesse pela cultura e história da cidade, muitas vezes mais do que seus próprios habitantes. Além disso, os respondentes apontaram que o desenvolvimento da atividade turística no mencionado espaço histórico pode sim beneficiar a comunidade local, gerando mais empregos e renda, estimulando o crescimento do comércio na área e trazendo verbas para a manutenção dos bens patrimoniais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com influências da pós-modernidade, a revalorização do patrimônio cultural e de seus elementos históricos tem atribuído às paisagens urbanas um novo sentido no âmbito do consumo cultural. Como reflexo da mundialização das relações, dos valores e das manifestações culturais, o patrimônio edificado se transformou em um cenário revestido por interesses mercadológicos, muitas vezes sem compromisso com o passado e com o lugar.

Ganhando uma relevância cada vez maior para o capitalismo, a apropriação dos bens culturais e a refuncionalização do patrimônio acabam moldando-se à uma ideologia do consumo em detrimento das práticas culturais que valorizam e fortalecem os sentimentos de pertencimento das populações locais. Essa atribuição de novos significados às formas herdadas do passado vem sendo acentuada diante da valorização do patrimônio cultural pela atividade turística, apresentando-se como um vetor contraditório que intensifica a produção de lugares de consumo e o consumo de lugares, como bem comenta Luchiari (2005).

Parece usual a conclusão de que a produção de lugares de consumo turístico seja negativa, capaz apenas de usufruir dos lugares e subtrair sua identidade cultural. Entretanto, apresenta-se como possibilidade considerar que as novas paisagens urbanas moldadas pelo turismo podem representar novas configurações socioespaciais contemporâneas, de onde emergem novas formas de sociabilidade cada vez mais híbridas e flexíveis. Neste caso, o mais relevante não é a preocupação com a espetacularização que permeia o patrimônio cultural na atualidade, mas sim com as condições de uso social deste patrimônio, compreendendo-o como um campo de disputa entre três sujeitos sociais: o Estado, o setor privado e a sociedade civil.

É da interação dinâmica assumida entre estes três agentes que surgem as contradições no uso do patrimônio cultural urbano. Diante da opção pelo uso turístico, são impostos pela demanda turística determinados requisitos que vão desde a concretização do patrimônio como imagem até a implementação de atividade turísticas de visitação aos monumentos, surtindo necessariamente algum tipo de efeito sobre a paisagem, a sociedade e os bens culturais. À medida que os impactos decorrentes da atividade variam consideravelmente de acordo com as formas de turismo praticadas, cabe ao Estado estabelecer e incentivar o tipo de turismo que considera mais adequado para o desenvolvimento do seu planejamento e gestão.

Diante das relações ambíguas e complementares que se estabelecem entre o patrimônio e o turismo, com proporções ainda maiores no contexto de uma sociedade

globalizada, o presente estudo buscou trazer contribuições para o debate das possibilidades do uso turístico sustentável do patrimônio cultural da cidade de Natal. Pela preocupação tardia por parte do poder público em proteger e pensar em novos usos para o acervo construído, visando a preservação de suas características simbólicas, o Centro Histórico de Natal lida na atualidade com problemáticas relacionadas ao surgimento de novas centralidades ocasionadas pela expansão da cidade e de novas ameaças de destruição advindas do processo de verticalização urbana e especulação imobiliária.

Este conflito de interesses entre os setores público e privado, relacionados à restrição de uso dos bens e ao usufruto econômico destes, dificulta e até mesmo impossibilita a realização de uma ação coordenada entre os agentes federados, estagnando o desenvolvimento de um planejamento conjunto à longo prazo. Por várias questões de ingerência política, de prazos, de carência de recursos humanos e financeiros, os projetos acabam sendo paralisados. Desta forma, os planos de revitalização já desenvolvidos para o sítio histórico da cidade, não obtiveram força para serem realizados na íntegra, de modo que apenas algumas ações pontuais foram contempladas.

O recente tombamento do Centro Histórico de Natal pelo IPHAN se sobrepôs às normas locais de regulação do solo urbano, representando uma importante mudança na condução do processo de planejamento da gestão pública do município. Portanto, para dar continuidade às ações dirigidas ao Centro Histórico, os gestores públicos precisam necessariamente considerar este novo contexto, dialogando com ele e com os diferentes agentes públicos e privados que compõem esse cenário.

Entretanto, os resultados da pesquisa apontaram para uma gestão pública municipal com interesses voltados principalmente para os benefícios econômicos advindos do turismo, tratando a atividade e os bens históricos apenas como um grande negócio. É esta visão a responsável pela atual transformação do valor cultural em valor de mercado (MENEZES, 1999), propondo a fruição meramente visual dos lugares, subtraindo o significado cotidiano de cultura, assim como os sentimentos e símbolos que representam o pertencimento dos habitantes locais.

Identificou-se nas falas do gestor municipal do turismo o entendimento da cultura, e dos bens materiais e simbólicos que a compõem, como mercadoria turística, que pode ser comercializada por meio da sua transformação em espetáculo para o estímulo de um processo de acumulação flexível. Percebeu-se, diante desta ótica, um planejamento e gerenciamento de políticas públicas que seguem rumo a uma herança adquirida e consolidada por uma visão tecnocrata, centralizando decisões em detrimento do planejamento participativo.

É perceptível a ausência de diálogo entre os gestores municipais e os órgãos oficiais de preservação do patrimônio, nem mesmo um consenso entre a própria gestão pública municipal. Constatou-se, deste modo, que não há um processo integrado de planejamento da gestão pública do município voltado para a administração sustentável do Centro Histórico de Natal. Esta perspectiva setorial e competitiva se torna mais destrutiva quando não existem programas públicos que definam o sentido do patrimônio para toda a sociedade, regulando energicamente o desenvolvimento econômico e estabelecendo um marco geral, baseado em interesses coletivos, para o desempenho de cada setor do capital, como ressalta Canclini (1994).

Diante dos discursos dos gestores públicos municipais, indica-se a ausência do reconhecimento da população como agente central no processo de efetivação da revitalização dos centro histórico urbano de Natal, de modo que nas ações públicas o planejamento participativo acaba não acontecendo. Os gestores públicos municipais precisam compreender que a paisagem só existe em relação ao homem e segundo sua forma de percebê-la. Como um objeto de contemplação, a paisagem torna-se patrimônio cultural, coletivamente percebido como memória e imaginário, sendo uma porção do espaço. É preciso identificar a multiplicidade de formas e tempos que compõem a paisagem, ou seja, compreender que, no âmbito do planejamento cada item demanda estratégias diferenciadas para intervenção, com técnicas, tempos e políticas adequadas (SANTOS, 1988; YÁZIGI, 2001).

Não é raro que nos processos de revitalização de centro históricos a população seja menosprezada ou excluída, fato que impede que as comunidades que vivem nas áreas patrimoniais tenha uma maior participação nos benefícios gerados pelos projetos oficiais de gestão do patrimônio cultural urbano (MURTA, 2002). Apesar de pouco privilegiada e sensibilizada à respeito da preservação de seu próprio patrimônio cultural, toda a amostra de moradores entrevistados reconheceu a importância do tombamento do Centro Histórico de Natal, como um primeiro passo para a conservação da história local e para garantia do conhecimento das gerações futuras e dos turistas sobre a história da cidade.

Os moradores locais demonstraram acreditar que o desenvolvimento da atividade turística no Centro Histórico de Natal se constitui como uma alternativa de uso que deve ser incentivada pela gestão pública municipal. Ademais, apesar de afirmarem estar satisfeitos com o legitimação do processo de tombamento, o moradores lamentaram não perceber mudanças práticas para a efetiva revitalização deste espaço de memória, apontando uma certa indignação e expectativa quanto a função dos governantes em gerir este patrimônio preservado.

Percebendo o patrimônio e sua preservação em consonância com as necessidades globais da sociedade, identificou-se a necessidade do estabelecimento de uma maior aproximação entre os órgãos de preservação do patrimônio local e gestores públicos municipais com a população local, que parece estar a parte do processo. Além disso, identificou-se a necessidade de maior representatividade dos moradores no que tange ao planejamento urbano e às práticas preservacionistas, ampliando o sentimento de pertencimento do moradores e possibilitando o surgimento de uma cidadania cultural. Neste processo democrático, os principais interessados, ou seja, a sociedade deve intervir no movimento decisório a partir de seus hábitos e opiniões.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- _____. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. *In*: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- _____. CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ARRAIS, Raimundo. **O corpo e a alma da cidade**: Natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRRN, 2008.
- AVIGHI, Carlos Marcos. Turismo, globalização e cultura. *In*: LAGI, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O despertar do turismo**: um olhar crítico sobre os não lugares. São Paulo: Aleph, 2001.
- BRASIL, Ministério da Cultura e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **PAC Cidade Históricas**: patrimônio, desenvolvimento e cidadania. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=1332>>. Acesso em: 12 dez 2013.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Hábitos de consumo do turismo do brasileiro**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/Pesquisa_Habitos_2007-_MTur_FINAL_xModo_de_Compatibilidadex.pdf>. Acesso em: 22 maio 2010.
- _____. **Hábitos de consumo do turismo do brasileiro**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/13.11.09_Pesquisa_Hxbitos_2009.pdf>. Acesso em: 22 maio 2010.
- BORBA, Adriana Carla de Azevedo. **Meio ambiente e planejamento**: a relação cidade natureza nos Planos Urbanísticos da cidade de Natal no século XX. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- BOTELHO, Isaura. Dimensão da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, abr/jun 2001, p. 73-84.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 4 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

_____. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. 6 reimp. São Paulo: USP, 2013 (Ensaio Latino-Americanos, 1).

_____. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 23, 1994, p. 94-115.

CARVALHO, Karolity Diniz; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. Análise do modelo de preservação do centro histórico de São Luís do Maranhão: uso social e uso turístico. **Turismo Visão e Ação**, vol. 14, n. 2, maio-ago 2012, p. 193-213.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. 4 ed. Natal: EDUFRN, 2010 (Coleção História Potiguar).

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Turismo e ordenação no espaço urbano. *In*: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Tradução: Teresa Castro. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

COHEN, Eric. A phenomenology of tourist experiences, **Sociology**, n. 13, 1979, p. 179-202.

DENCKER, A. de F. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 5 ed. São Paulo: Futura, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

ELALI, G. A. Imagem socioambiental de áreas urbanas: um estudo na Ribeira, Natal, RN-Brasil. **Psicologia para América Latina**, n. 10, jul 2007.

FERRAZ, Valéria de Souza; TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria; TINOCO, Marcelo Bezerra de. **Turismo cultural e revitalização de centro antigo**: reciclando arquitetura pré-moderna e moderna. Seminário DOCOMOMO Brasil, 7, Porto Alegre, out 2007.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, 1996, p. 153-164.

_____. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro / Brasília: Editora UFRJ / MinC-IPHAN, 2005.

_____. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *In*: Inventário Nacional de Referências Culturais. **Manual de Aplicação**. Brasília, IPHAN, 2000.

FURTADO, Edna Maria. A espacialidade do turismo na cidade de Natal – RN. **Vivência – Revista de Antropologia**, n. 34, 2008, p. 143-152.

- GASTAL, Suzana. O produto cidade: caminhos de cultura, caminhos de turismo. *In*: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (Org.). **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35. n. 3. mai/jun 1995, p. 20-29.
- HAYMAN, John. **Investigación y educación**. Bueno Aires: Editorial Paidós, 1973.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartilha informativa: tombamento do Centro Histórico de Natal**. Natal: IPHAN, 2010.
- _____. **Folder do PAC Cidades Históricas**. Brasília, 2013. Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 17 set 2013.
- _____. **Processo de tombamento nº 1.558-T-08**. Brasília, 2008.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- _____. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 17, 2005, p. 95-105.
- MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro / Brasília: Nova Fronteira / Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- MARTINS, Angela Maria Moreira. Turismo realmente sustentável: um conceito a desenvolver. *In*: MUNIZ, José Norberto; GOMES, Elaine Cavalcante. **Participação social e gestão pública: as armadilhas da política de descentralização**. Viçosa: UFV, 2002.
- MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida. **Pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: EDUC, 1989.
- MEDEIROS, Arilene Lucena de; LUNA, Isaac Joatan de. **Memória e patrimônio: um estudo do Centro Histórico de Natal**. CONNEPI, 7, Palmas, out 2012.
- MEDEIROS, Elaine de Albuquerque; VIEIRA, Natália Miranda. **O sítio histórico de Natal agora é tombado como patrimônio nacional. E daí?**. ArquiMemória 4 - Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, maio 2013.
- MELO, Carina Mendes dos Santos Melo; SILVA FILHO, Romero de Oliveira e (Orgs.). **Centro Histórico de Natal**. Natal: IPHAN/RN, 2007.

MENEZES, Ulpiano T. B. de. **Valor cultural, valor econômico**: encontros e desencontros. Seminário Internacional de História de Energia, 2, São Paulo, 1999.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. **Evolução urbana de Natal em 400 anos**: 1599-1999. Natal: Prefeitura de Natal, 1999.

MONTEIRO, C.; TRIGUEIRO, E; ROAZZI, A. *et al.* **Morar no centro**: pesquisa de demanda habitacional no centro histórico de Natal. Relatório de Projeto de Pesquisa. Natal: UFPE/UFRN, 2003.

MURTA, Stela Maris. Turismo histórico-cultural: parques temáticos, roteiros e atrações âncora. *In*: _____; ALBANO, Celina (Orgs.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. _____; ALBANO, Celina (Orgs.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

NATAL, Prefeitura Municipal. **Anuário Natal 2011/2012**. Natal: SEMURB, 2012.

_____. **Projeto de modernização da gestão administrativa e fiscal do município de Natal**. Produto 9: módulo urbanístico. Subprojeto 2: atualização e consolidação da legislação. Natal: IBAM, 2010.

NESI, Jeanne Fonseca Leite. **Natal Monumental**. Natal: Fundação José Augusto, 1994.

OMT, Organización Mundial del Turismo. **Referencias básicas sobre estadísticas de turismo**. Madrid: OMT, 2001. Disponível em: <www.world-tourism.org>. Acesso em: 15 set 2013.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5 ed. 14 reimp. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas: Alínea, 2005.

PIRES, Mário Jorge. **Lazer e turismo cultural**. 2 ed. Barueri: Manole, 2002.

REZENDE, Maria Beatriz. **Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos Tombados INBI-SU**: cidades históricas, inventário de pesquisa, manual de preenchimento. Brasília: IPHAN, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. *In*: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projeto de estágio do curso de administração**. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTANA, Agustín. **Antropologia do Turismo**: analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009 (Série Turismo).

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Adriana Pisoni da. O turismo nos sítios históricos urbanos: o patrimônio para além dos monumentos. In: BARRETTO, Margarita. **Turismo, cultura e sociedade**. Caxias do Sul: EDUS, 2006.

SILVA, Fernando Fernandes. Mário e o patrimônio: um projeto ainda atual. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 30, 2002, p. 128-137.

SOUZA, Itamar de. **Nova História de Natal**. 2 ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2008.

TINOCO, Marcelo Bezerra de Melo; BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço; TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria (Orgs.). **Plano de Reabilitação de Áreas Centrais – PRAC/Ribeira**. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2008.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. **The bridge, the market, a centrality forever lost and some hope**: studying alternatives for re-qualifying an old town centre. International Space Syntax Symposium, 6, İstanbul, 2007. Disponível em: <<http://www.spacesyntaxistanbul.itu.edu.tr/papers%5Clongpapers%5C036%20-%20Triguerio%20Medeiros.pdf>>. Acesso em: 05 mar 2014.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. **Marginal heritage**: studying effects of change in spatial over land-use patterns and architectural in the old town centre of Natal, Brazil, 2002. Disponível em: <<http://www.spacesyntax.net/symposia/SSS4/fullpapers/20Trigueiro-Medeiropaper.pdf>>. Acesso em: 05 mar 2014.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel / SESC, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001 (Coleção Turismo Contexto).

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista com os Secretário Municipal de Turismo

1 – Nome:

2 – Grau de escolaridade/Formação acadêmica:

3 – Cargo ocupado:

4 – Na sua visão, o que representa o tombamento do Centro Histórico de Natal? Quais são os aspectos positivos e negativos deste tombamento?

5 – Quais as estratégias de ação do poder público municipal com relação à utilização do referido patrimônio tombado?

6 – Quais os novos usos incentivados pelo poder público municipal para a revitalização deste patrimônio?

7 – Qual a sua avaliação quanto às estratégias e ações do poder público municipal para a revitalização do centro histórico de Natal?

8 – Quais os interesses do poder público municipal para a ampliação da oferta turística da cidade com foco no desenvolvimento do turismo cultural?

9 – Na sua visão, a atividade turística pode auxiliar no processo de revitalização do Centro Histórico de Natal?

10 – Quais as ações e programas do poder público municipal que vislumbram o desenvolvimento da atividade turística como alternativa para a revitalização do Centro Histórico de Natal?

11 – Quais são as parcerias estabelecidas com empresas privadas como incentivo ao desenvolvimento do turismo no espaço corresponde ao Centro Histórico de Natal?

12 – Como o poder público municipal prevê o futuro do Centro Histórico de Natal com relação à preservação, utilização e revitalização deste espaço?

13 – Alguma sugestão e/ou observação que julgue necessária e que não foi contemplada no roteiro de entrevistas?

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com os Secretário Municipal de Cultura

1 – Nome:

2 – Grau de escolaridade/Formação acadêmica:

3 – Cargo ocupado:

4 – Na sua visão, o que representa o tombamento do Centro Histórico de Natal? Quais são os aspectos positivos e negativos deste tombamento?

5 – Quais as estratégias de ação do poder público municipal com relação à utilização do referido patrimônio tombado?

6 – Quais os novos usos incentivados pelo poder público municipal para a revitalização deste patrimônio?

7 – Qual a sua avaliação quanto às estratégias e ações do poder público municipal para a revitalização do centro histórico de Natal?

8 – Quais os interesses do poder público municipal para a ampliação da oferta turística da cidade com foco no desenvolvimento do turismo cultural?

9 – Na sua visão, a atividade turística com foco nos aspectos culturais pode auxiliar no processo de revitalização do Centro Histórico de Natal?

10 – Quais as ações e programas do poder público municipal que vislumbram o desenvolvimento da atividade turística cultural como alternativa para a revitalização do Centro Histórico de Natal?

11 – Quais são as parcerias estabelecidas com empresas privadas como incentivo ao desenvolvimento do turismo cultural no espaço corresponde ao Centro Histórico de Natal?

12 – Como o poder público municipal prevê o futuro do Centro Histórico de Natal com relação à preservação, utilização e revitalização deste espaço?

13 – Alguma sugestão e/ou observação que julgue necessária e que não foi contemplada no roteiro de entrevistas?

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista com a Superintendente do IPHAN

1 – Nome:

2 – Grau de escolaridade/Formação acadêmica:

3 – Cargo ocupado:

4 – O que representa o tombamento do Centro Histórico de Natal? Quais são os aspectos positivos e negativos deste tombamento?

5 – Quais os novos usos sugeridos e/ou indicados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para revitalização do Centro Histórico de Natal?

6 – Quais as funções do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Norte relativas à gestão do Centro Histórico de Natal após o tombamento?

7 – Quais as funções do poder público municipal quanto à gestão do Centro Histórico de Natal após o tombamento?

8 – Qual a sua avaliação quanto às estratégias e ações do poder público municipal que veem sendo adotadas nos últimos anos visando a revitalização do centro histórico de Natal? Por quê?

9 – Qual o papel da população autóctone no processo de revitalização de Centros Históricos tombados?

10 – Na sua visão, a atividade turística pode auxiliar no processo de revitalização do Centro Histórico de Natal? Por quê?

11 – Existem diretrizes estabelecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que orientem o modo como a atividade turística deve ser desenvolvida em lugares e prédios tombados?

12 – Quais os cuidados sugeridos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para evitar que a atividade turística gere aspectos negativos para os lugares tombados e sua população?

13 – Como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Norte prevê o futuro do Centro Histórico de Natal com relação à preservação, utilização e revitalização deste espaço?

14 – Alguma sugestão e/ou observação que julgue necessária e que não foi contemplada no roteiro de entrevistas?

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista com os Moradores

1 – Nome:

2 – Grau de escolaridade:

3 – Profissão:

4 – Bairro de residência:

5 – Há quantos anos mora no bairro?

6 – O senhor(a) trabalha com comércio no bairro? Qual o tipo de comércio? Em que função atua?

7 – Qual o significado que os prédios e praças preservados no seu bairro têm para o senhor(a)? O que eles representam?

8 – Na sua visão, é importante que esses prédios e praças permaneçam preservados? Por quê?

9 – O que mudou no seu bairro e no seu dia-a-dia após o tombamento dos prédios e praças da Cidade Alta e Ribeira?

10 – O senhor(a) está satisfeito com o tombamento desses prédios e praças dos bairro de Cidade Alta e Ribeira? Por quê?

11 – Na sua opinião, como os prédios tombados deveriam ser utilizados? Como residência, comércio, prédios públicos, como locais de prestação de serviços?

12 – O que o senhor(a) acha sobre o desenvolvimento da atividade turística no espaço que corresponde ao Centro Histórico de Natal? O que pensa sobre isso?

13 – O senhor(a) acredita que com o desenvolvimento da atividade turística no Centro Histórico de Natal a comunidade poder ser beneficiada? De que forma?

14 – Qual o contato que o senhor(a) tem com esses prédios tombados? Já frequentou ou frequenta algum deles? Quais?

15 – O senhor(a) está satisfeito com a segurança nos bairros de Cidade Alta e Ribeira? Em que precisa melhorar?

16 – Mais algum comentário que deseje fazer e não foi perguntado?

ANEXO

ANEXO A – Plano de Valorização Turístico Cultural da Ribeira

PLANO DE VALORIZAÇÃO TURÍSTICO CULTURAL

DIAGNÓSTICO E INVENTÁRIO

A elaboração de um diagnóstico turístico permitiu a visualização das atuais condições da Ribeira por meio de observações in loco, entrevistas com moradores, trabalhadores do local, comerciantes e lideranças e a compreensão do significado desse espaço para o grupo descrito. O inventário serviu como base a fim de que determinados serviços de Alimentação e bebidas, Clubes, Comércio, Meios de Hospedagem, Casas de Entretenimento fossem selecionados para comporem o diagnóstico da área. As questões centrais se deram em função da situação atual, a relação com a Ribeira, aspectos positivos e negativos da área principais problemas e as possibilidades da revitalização turístico-cultural. Assim, foram ouvidos gestores de restaurantes e entretenimento e meios de hospedagem, gestores de locais que representam o Patrimônio Histórico, moradores antigos, organizadores de manifestações culturais que ocorrem na área e lideranças da sociedade civil organizada.

Por tratar-se da base de um plano de valorização turístico cultural o diagnóstico utilizou-se da pesquisa de demanda turística realizada pela Secretaria de Turismo de Natal a fim de compreender quem são os turistas atuais que escolhem como destino o Município de Natal e quais suas expectativas com relação ao produto turístico. Foram ouvidos os gestores das principais agências receptoras de Natal a fim de identificar a oferta real e se a Ribeira pode ser caracterizada como produto turístico analisando o que se oferece dessa área para o turista atualmente. É importante ressaltar que esse diagnóstico tem como princípio a idéia de que a representação do local para a população que nele vive é elemento fundamental para um desenvolvimento turístico sustentável.

OFICINAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

As oficinas foram realizadas na Ribeira, no auditório da CBTU, nos meses novembro de 2006 e março de 2007. A partir do mapeamento dos grupos organizados da Sociedade Civil e a elaboração do perfil das lideranças, os convites da oficina foram cuidadosamente direcionados para lideranças que pudessem trazer seu grupo para a discussão de um plano para a Ribeira. As oficinas tiveram os seguintes objetivos:

- Identificar a representatividade que membros presentes na oficina exercem sobre a comunidade;
- Sensibilizar para a questão do planejamento participativo e a importância da atuação permanente no processo de cada um dos membros;
- Analisar as expectativas do grupo com relação ao projeto e as experiências anteriores (crédito, descrédito) dos planos para a área;
- Propor a construção coletiva de planos de ação tendo em vista a questão da viabilidade econômica, social e ambiental;
- Construir conjuntamente os projetos para a Ribeira, atendendo às demandas da população, avaliando impactos positivos e negativos, promovendo o envolvimento e a participação

de todos, de forma a gerar sustentabilidade;

- Auto-avaliar permanentemente o processo de realização das oficinas, verificando se os interesses estão sendo representados, se os mediadores estão sendo hábeis, e se os membros percebem que estão produzindo uma proposta conjunta.

A partir dos quadros de problemas e prioridades produzidos nas oficinas, os grupos de discussão indicaram as ações necessárias para a Ribeira e construíram um cenário futuro (Quadros 3 e 4):

Estigma de Zona Portuária

Falta de organização viária

Falta de paisagismo

Falta de áreas de lazer

Falta de projetos de lazer

Falta de estacionamento

Falta de integração intermodal

Falta de incentivo fiscal

Falta de iluminação

Falta de manutenção

Falta de segurança

Falta de moradia

Falta de bancos

Prédios abandonados

Drenagem: falta de manutenção permanente

Lixo acumulado

Má conservação das ruas

Falta de incentivos para revitalização de prédios antigos

Prostituição

Assaltos

Grande número de barracas irregulares

A população não dá valor a história do bairro

Falta de continuidade de projetos iniciados pelo Governo

Os projetos ficam sempre apenas no papel não se efetivando

A população natalense não reconhece o valor do bairro

Desertificação do bairro

Quadro 3. Principais problemas na Ribeira

Fonte: Oficina de Participação Popular realizada na Ribeira (nov 2006).

Falta de segurança

Falta de iluminação

Falta de incentivo fiscal

Falta de área de lazer

Falta de estacionamento

Prédios vazios

Falta de drenagem das ruas

Quadro 4. Problemas prioritários na Ribeira

Fonte: Oficina de participação popular realizada na Ribeira (nov 2006).

CONSTRUÇÃO DE UM CENÁRIO FUTURO PARA A RIBEIRA

Com base no inventário, nas oficinas de participação popular e nas entrevistas com trabalhadores, empresários e moradores locais que compuseram o diagnóstico, foi possível construir o cenário atual e os cenários futuros da Ribeira:

A partir do levantamento dos problemas e a sinalização das ações necessárias para a transformação do espaço, foi construído, conjuntamente com as lideranças locais, um “cenário futuro” para a Ribeira, com base no que se considera ideal para a efetiva reabilitação do bairro:

- Bairro com moradias e com infra-estrutura para a fixação dessas moradias (os grupos concluíram que essa estrutura virá em consequência das reivindicações dos futuros moradores);
- Patrimônio Histórico valorizado e restaurado (identificação do que deve ser restaurado e trabalhado para o turismo);
- Efetivação de um turismo cultural (que valorize todo o potencial histórico);
- Valorização do Rio com o aproveitamento de sua beleza como um potencial turístico;
- Um Rio que possibilite passeios fluviais/prática de esportes náuticos;
- Porto com Terminal de Passageiros no Largo da Rua Chile;
- Bairro Boêmio (com vida noturna, Casas de Shows/Eventos)/Pólo Cultural de Natal;
- Imagem recuperada de Centro Histórico e de detentor de valorosas memórias de Natal;
- Drenagem e limpeza pública eficientes (erradicação desses problemas);
- Um bairro seguro, com uma polícia comunitária eficiente.

METAS DO PLANO DE VALORIZAÇÃO TURÍSTICO-CULTURAL

Promover a requalificação da Ribeira como Produto Turístico-Cultural, de forma que as intervenções possam significar a emergência de uma identidade para o bairro como centro histórico e cultural de Natal consolidado pela valorização do Patrimônio Histórico e pelo o aproveitamento do espaço para lazer cultural e entretenimento, privilegiando as manifestações culturais e proporcionando qualidade de vida para a população. Proporcionar a transformação da Ribeira em espaço para o desenvolvimento do empreendedorismo, do exercício da cidadania e para a geração de emprego e renda através dos princípios do turismo sustentável.

PLANO DE AÇÕES E PROJETOS SUPORTES

A fim de se atingir a meta proposta no Plano de Valorização Turístico-Cultural e a construção do cenário futuro da Ribeira, aponta-se algumas ações necessárias, inseridas em projetos que se justificam pelas demandas e sugestões obtidas na realização do diagnóstico e nas oficinas de participação popular (Quadro 5).

É importante observar que o Plano de Ações, parte do princípio de que educação e organização da Sociedade Civil são elementos básicos e fundamentais em qualquer projeto de desenvolvimento do Turismo Cultural. Dessa forma, se estrutura com base em dois projetos considerados suportes (Educação Patrimonial e Ribeira Organizada), sendo que se os mesmos não se desenvolverem todos os demais de tornarão inviáveis.

Ações Necessárias*	
Grupo 1: "Nova Ribeira"	1 Incentivo à moradia 2 Turismo Cultural; 3 Política de bairros (Preocupação efetiva com o desenvolvimento do bairro colocando projetos em prática) 4 Reaproveitamento dos prédios vazios: Equipamentos Públicos (trazer para o bairro escolas de informática, base de guardas municipais, entre outras coisas que possam "dar vida").
Grupo 2: "Para dar vida a Ribeira"	1 Moradia: 50% do bairro habitado 2 Zona de comércio com estímulos fiscais; 3 Turismo por via fluvial: Passeio de barco (aproveitamento da beleza do por do sol); 4 De volta a boemia: Casas de Show, casa culturais e restaurantes (espírito boêmio do passado recuperado) 5 Segurança: Polícia comunitária atuante 6 Abrigar centros administrativos: Governo Federal, Estadual e Municipal; 7 Manutenção das drenagens e limpeza pública; 8 Ribeira para todos (sem diferenciação social, sem discriminação para o turista e para a população)
Grupo 3: "Ribeira para Todos"	1. Ribeira para todos: Habitação, comércio, turismo, serviços, lazer, cultura e educação; 2 Ribeira de frente para o rio: Por um porto setoriado (sem ampliação da sua área fiscal), dotado de terminal de passageiros no Largo da Rua Chile - Realocação das empresas de pesca. 3 Ações - Vontade política dos governantes através de ações concretas, - Melhorias da infra-estrutura - Ações de vanguarda para com o patrimônio arquitetônico - Criação de imagem positiva para o bairro - Política de desenvolvimento para o bairro que contemple todos os segmentos econômicos, assegurando seu desenvolvimento sustentável com a preservação do seu patrimônio cultural. 5 Exploração dos potenciais do bairro

Quadro 5. Diagnóstico participativo / Lideranças locais

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A ausência de valorização da área como Patrimônio Histórico pela população natalense e a falta de identidade da Ribeira foram pontos levantados como empecilhos para um projeto de desenvolvimento da área. É fundamental, portanto, recuperar o valor histórico do bairro e a importância de seu patrimônio no cenário potiguar.

Transformar o patrimônio em atrativo turístico significa, atribuir-lhe um valor econômico, que está intimamente relacionado ao valor simbólico, ou seja, ao que esse patrimônio significa em seu local de origem. Para resgatar esse valor simbólico e promover a

compreensão da importância e a conseqüente valorização do patrimônio é necessário um processo educativo.

A Educação Patrimonial deve ocorrer de forma permanente no espaço da escola, bibliotecas, museus e nas próprias ruas, todos esses espaços devem ser de discussão. É necessário o estímulo a pesquisa e criação de novas metodologias que possam enriquecer o processo de ensino e aprendizagem e extrapolar os muros da escola, adentrando-se no universo da família e da própria comunidade.

Objetivos do Projeto de Educação Patrimonial:

- A formação de educadores patrimoniais que possam exercer seu papel permanentemente na sociedade natalense, estimulando a valorização da história e do patrimônio;
- O conhecimento do papel da Ribeira na história do Município de Natal e do Rio Grande do Norte;
- Reconhecimento dos ícones presentes na Ribeira que remetem a determinados contextos históricos, restabelecendo relações referenciais de tempo/espaço;
- A conscientização da importância do Patrimônio Histórico para a identidade de um grupo social e seu papel enquanto cidadão nesse processo.

Estratégias do Projeto de Educação Patrimonial:

- Cursos de formação para professores da Rede Estadual e Municipal sobre Educação Patrimonial e seu papel nesse processo;
- Cursos complementares para guias turísticos sobre patrimônio Material e Imaterial;
- Inserção no currículo escolar de conteúdos pertinentes a Educação Patrimonial;
- Promoção de visitas técnicas monitoradas por educadores patrimoniais para grupos de alunos nos espaços históricos da Ribeira;
- Realização de eventos que envolvam a percepção do lugar, desenvolvendo o olhar, como, por exemplo, concurso de Fotos, produção de Curta Metragem (diferentes olhares sobre a Ribeira).

RIBEIRA ORGANIZADA

A elaboração do mapeamento dos grupos organizados da Sociedade Civil que atuam na Ribeira permitiu uma visualização das relações dessas lideranças com o espaço, o patrimônio cultural, o empreendedorismo e a qualidade de vida. Essas lideranças convidadas compuseram oficinas de participação e discutiram os problemas propondo o cenário futuro já relatado no projeto. A gestão conjunta do Plano de Valorização Turístico Cultural é de importância central em seu processo de desenvolvimento e sua sustentabilidade. A formação de uma comissão para o acompanhamento do projeto e o monitoramento de suas ações é processo elementar para que o plano possa ser bem sucedido.

Objetivos do Projeto Ribeira Organizada:

- Estimular a organização da sociedade civil para o acompanhamento das ações do Plano de Valorização Turístico Cultural;
- Promover a gestão conjunta do espaço, de forma a viabilizar a participação dos grupos envolvidos no processo;
- Identificar a Ribeira com um espaço democrático de exercício da cidadania participação popular.

Estratégias do Projeto Ribeira Organizada:

- Promoção de oficinas de participação da sociedade civil para discutir as ações na Ribeira e

- avaliá-las permanentemente;
- Criação de uma comissão de acompanhamento do processo para facilitar a gestão participativa.

PROJETOS PREVISTOS PELO PLANO DE VALORIZAÇÃO TURÍSTICO CULTURAL

NOVOS ROTEIROS DE VISITAÇÃO

Objetivos:

- Proporcionar ao turista ou excursionista o conhecimento dos diferentes espaços (praças, monumentos, imóveis) inseridos em um contexto histórico e em um sentido, permitindo sua valorização;
- Permitir aos receptivos de Natal que possam conduzir os turistas por um roteiro que proporcione conhecimento do local, entretenimento e segurança;
- Consolidar a Ribeira como um Produto Turístico que possa atender satisfatoriamente a demanda por história e cultura presente nos diferentes grupos de turistas.

Estratégias:

- Reunião com os principais receptivos e apresentação do Inventário de Atrativos e do Plano de Valorização Turístico Cultural;
- Promoção de oficinas com os receptivos para discussão de problemas e sugestão de roteiros;
- Criação conjunta de roteiros e desenvolvimento de múltiplas atividades no local;
- Apresentação de atrativos culturais e infra-estrutura de apoio.

PROJETO RIO POTENGI

Objetivos:

- Possibilitar a transformação do Rio Potengi em atrativo turístico valorizando as paisagens em seu percurso;
- Promover o aproveitamento do Rio para passeios de barco monitorados para grupos de turistas e visitantes.

Estratégias:

- A partir da criação de Terminal Turístico de Barcos para passeio nas praias urbanas de Natal, previsto na Lei de Operação Urbana, cadastrar embarcações que possam fazer esses passeios oferecendo serviços de qualidade;
- Integrar o roteiro de passeio de barco como um suporte para o city tour pela Ribeira.

PROJETO RUA DA CULTURA

Objetivos:

- Estimular a identificação da Ribeira com arte e cultura;
- Proporcionar um espaço para artistas potiguares se apresentarem aos finais de semana promovendo a possibilidade de obterem reconhecimento junto a população;
- Estimular a aproximação da população com a arte popular promovendo sua valorização.

Estratégias:

- A viabilização do uso da Rua Tavares Lira, durante o dia todo, aos domingos para diferentes apresentações de artistas e criação de cenários.

PROJETO CINEMA DE ARTE

Objetivos:

- Proporcionar a circulação na Ribeira de um público interessado em cultura;
- Promover a criação de um espaço na Ribeira para o estímulo ao cinema de arte e o acesso permanente ao circuito cultural de cinema nacional.

Estratégias:

- Escolha de um imóvel histórico na área (sugestão: Rua Chile) e parceria com bancos, corretoras de seguros a fim de se criar o espaço do cinema de arte.

PROJETO CENTRO CULTURAL E ESPORTIVO

Objetivos:

- Estimular a prática do esporte e as atividades culturais para a população de Natal;
- Promover a circulação na Ribeira de um público permanente que realizará cursos diferenciados de artes e praticará esportes em um espaço determinado para esse fim;
- Proporcionar a identificação da Ribeira como um local destinado para adquirir cultura, saúde e qualidade de vida.

Estratégia:

- Sugere-se a transformação do espaço do Parque Ferroviário, localizado no bairro das Rocas, mas que se encaixa no cenário da Ribeira por conta do fator ferroviário, em um Centro Cultural e Esportivo, um espaço de continuidade para os diferentes cursos que ocorrerão no Projeto: Lazer com Arte;
- A construção de piscinas e quadras torna viável também o desenvolvimento de atividades esportivas.

PROJETO ATIVIDADES ESPORTIVAS

Objetivos:

- Estimular a prática de atividades físicas para a população de Natal;
- Promover a rua como espaço de sociabilidade e interação;
- Proporcionar, pela manhã e aos finais de tarde, atividades esportivas monitoradas como tai chi chuan, aeróbica, dança, caminhada, etc, monitoradas por educadores físicos que possam também oferecer orientações sobre saúde e qualidade de vida para a população viabilizando projetos da Secretaria de Saúde;
- Estimular a circulação das pessoas na Ribeira e a sociabilidade no espaço público.

PROJETO LAZER COM ARTE

Objetivos:

- Integrar a população natalense no espaço da Ribeira por meio da oportunidade do aprendizado de artesanato e demais atividades artísticas;
- Valorizar as praças como espaço de interação e sociabilidade;
- Promover espaço para a revelação de novos talentos;
- Estimular artistas locais;
- Desenvolver habilidades artísticas na população.

Estratégias:

- O Projeto Lazer Cultural além de ter atividades de recreação e lazer trabalha com a

disseminação de atividades culturais para a população. Artistas Potiguaros virão ensinar pintar telas, bordar, renda de bilro, danças, ou seja um espaço de disseminação da cultura, nas praças da Ribeira, aos domingos, pela manhã.

PROJETO NOITE BOEMIA

Objetivos:

- Resgatar a identidade da Ribeira como “Bairro Boêmio”, no qual se discute arte, política e cultura;
- Promover a ocupação do espaço com cantinas, bares e restaurantes de pequeno porte que ofereçam serviços diferenciados e com qualidade;
- Estimular o empreendedorismo na área;
- Desenvolver um circuito gastronômico no local.

Estratégia:

- Incentivo para a abertura de cantinas e bares, adegas, choperias que tenham como diferencial serem de pequeno porte, com ambientes despojados, que possam servir desde alguns petiscos típicos do RN até pratos mais sofisticados, que tenham artistas e músicos com apresentações que não ultrapassem limites de som determinados para áreas residenciais, a fim de não gerar conflitos, e onde as pessoas possam permanecer desde o *happy hour* até as madrugadas;
- A abertura das cantinas e bares deve ser acompanhada por cursos de capacitação para gestores de alimentos e bebidas a fim de que os serviços oferecidos possam ser de qualidade.

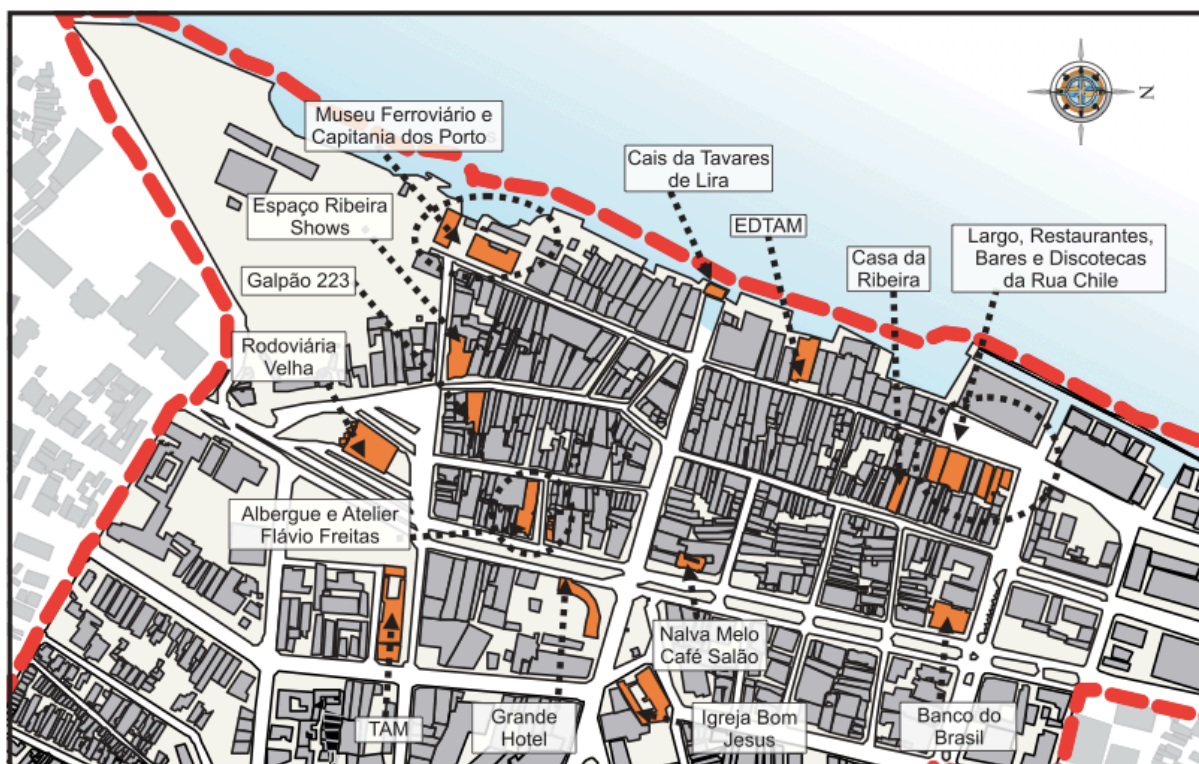


Figura 55. Observa-se que grande parte dos atrativos histórico-culturais e da infra-estrutura do bairro se encontra na mesma região dos projetos sugeridos no Plano de Valorização Turístico-Cultural, situado entre a Avenida Duque de Caxias, Travessa Aureliano (continuação da Rua Sachet), Avenida Tavares de Lira, Rua Esplanada Silva Jardim e Rua Chile.

Fonte: Relatório parcial PRAC/Ribeira (2006).